

CRISTIANE BETEMPS DA SILVA

DESENVOLVIMENTO E SUSTENTABILIDADE NO ALTO CAMAQUÃ: Um estudo de caso no município de Lavras do Sul – RS

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Pelotas, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Orientadora: Profa. Dra. Giancarla Salamoni

Pelotas, 2012.

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação:
Bibliotecária Daiane Schramm – CRB-10/1881**

S586d Silva, Cristiane de Farias Betemps da
Desenvolvimento territorial e sustentabilidade no alto
Camaquã: um estudo de caso no Município de Lavras
do Sul-RS/ Cristiane de Farias Betemps da Silva;
Orientadora: Giancarla Salamoni. – Pelotas, 2012.
224f.

Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) –
Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais.
Instituto de Sociologia e Política. Universidade Federal
de Pelotas.

1. Desenvolvimento territorial. 2. Sustentabilidade.
3. Presbíteros. 4. Disposições. I. Salamoni, Giancarla,
orient. II. Título.

CDD 338

Banca Examinadora:

Profa. Dra. Giancarla Salamoni (Orientadora)

.....

Prof. Dr. William Héctor Gomez Soto – ISP - UFPel

.....

Prof. Dr. Adão José Vital da Costa – ICH – UFPel

.....

Profa. Dra. Jussara Mantelli – ICHI - FURG

.....

“Degradar o território significa degradar o ambiente e vice-versa, sendo que o vice-versa é que tem centralidade, pois a sustentabilidade é pensada para além da proteção da natureza, incorporando o território, ou seja, a sustentabilidade política, econômica, cultural e ambiental. A natureza é um patrimônio territorial”.
(SAQUET, 2010, p.116)

AGRADECIMENTOS

Este é um dos momentos mais importantes, dentro das etapas de construção deste estudo. O de ser grato e realmente agradecer tudo o que se viveu neste período, pelos bons e difíceis tempos. Primeiro, ao meu Deus, de todas horas e do silêncio, agradeço por me proporcionar o discernimento das palavras escritas e faladas e me dar alento para elaborar este trabalho de pesquisa.

Agradeço a minha família (marido, filhos e meus pais) por enfrentarem comigo os desafios dessa conquista. Ao Arthur e Valentina por aceitarem não deixar-me sozinha na pesquisa de campo, em Lavras do Sul, profundamente obrigada. Agradeço ao Lucas, por seu carinho e ajuda indicando-me caminhos nas transcrições. Obrigada a Bárbara, que respeitou no seu jeito de ser a importância dessa titulação para minha vida. Ao pequeno Ramiro, sou grata por ser sua mãe, embora tão fora de época, me ensina a partilhar a todo o momento tudo que sou e tenho. Ao Silvio por não permitir que os meus sonhos se apagassem com o tempo e com a falta de oportunidade que o mundo, às vezes, nos apresenta, obrigada especialmente por realizar em mim seus próprios sonhos.

Também agradeço muito a todas as mães que estiveram ao meu lado representadas na pessoa da minha mãe, da minha tia, da minha avó materna. Obrigada a elas por que foram proteção, apoio e dedicação para me fazer entender o tempo (e realmente me proporcionar tempo) das coisas na nossa vida.

Ainda quero agradecer aos meus amigos e aos jovens amigos dos grupos Lírios do Campo e Kerigma pelas minhas ausências de convívio e por aceitarem estar a minha casa menos disponível, tudo isso, me auxiliaram nesta jornada de dois anos, sendo suporte para que eu alcançasse minha meta final.

Aproveito para agradecer aos professores do mestrado e da banca de qualificação, sem os quais eu não teria formado o referencial teórico que sustenta este trabalho e fundamenta as minhas convicções. Em especial, agradeço à minha orientadora Profa.Dra.Giancarla Salamoni pela aprendizagem e experiência técnica, científica e acadêmica transmitidas a mim e por sua capacidade única de crer nas potencialidades do outro, mostrando-se uma personalidade cativante. Muito obrigada pela sua presença e convívio durante este período.

E por fim, mas não atrás em escala de importância, agradeço à gestão da Embrapa Clima Temperado e aos meus colegas do Núcleo de Comunicação

Organizacional por proporcionar este crescimento acadêmico na minha trajetória profissional para que eu possa contribuir com uma Comunicação mais ajustada ao desenvolvimento regional. E agradeço imensamente às pessoas que colaboraram com a presente pesquisa, se prontificando a responder os questionamentos; os produtores rurais entrevistados que, de alguma forma, me mostraram outros valores, dividindo comigo suas experiências de vida.

Obrigada também à Bárbara Consenza, Charlene Delpuerto, Julia Pereira e Maria Claudia Pereira pela colaboração nas transcrições e à Juliana Franz pela formatação deste trabalho. Oportuno nesta ocasião, também, agradecer à Fábria Amorim da Costa da Embrapa Clima Temperado pela elaboração dos mapas e à Mariluce Chagas, da Emater/Lavras do Sul e Fernanda Teixeira, Secretaria Municipal de Turismo de Lavras do Sul por me conduzirem aos entrevistados. E a Anna Cristina Lucas pelo apoio nas apresentações e por sua disponibilidade única, agradeço muito.

Ao pesquisador Marcos Borba, da Embrapa Pecuária Sul, não poderia deixar de lembrar para agradecer, pois foi o princípio de tudo.

RESUMO

A proposta deste trabalho refere-se ao estudo das estratégias socioprodutivas presentes no território Alto Camaquã, a partir do município de Lavras do Sul-RS, a fim de compreender as relações entre sustentabilidade e desenvolvimento territorial. Para isso, buscou-se, em primeiro lugar, caracterizar quais são efetivamente as atividades socioprodutivas do município pesquisado, àquelas consideradas tradicionais e as inovadoras. A partir daí, foi possível estabelecer uma relação do desenvolvimento sustentável e o desenvolvimento territorial para entender o estabelecimento das novas estratégias socioprodutivas construídas no território. O estudo, também, realizou uma investigação para identificar a percepção sobre o desenvolvimento sob o enfoque territorial, desmistificando o uso das categorias analíticas “atrasado” ou “pobre” para o território pesquisado. Esta análise foi fundamentada nas novas práticas no uso dos recursos naturais e humanos (cultura local), diversidade produtiva (potencialidades do ecossistema) e descentralização das demandas e decisões no território (articulação, planejamento e gestão do desenvolvimento por órgãos em diferentes escalas). O trabalho preocupou-se, também, em apontar perspectivas de desenvolvimento territorial para Lavras do Sul, evidenciadas nas dimensões econômicas, culturais e políticas do território. Assim, as estratégias socioprodutivas são destacadas como importantes para valorização do lugar, sem perder de vista a sustentabilidade ecológica, social, cultural, econômica e política. No entanto, as mudanças da cultura local é que podem levar a profundas transformações socioeconômicas e político-institucionais do território, ou seja, a atuação dos atores sociais como protagonistas na construção de novos territórios é decisiva para o desaparecimento da ideia de “atraso” e “pobre” no meio rural. O processo de parceria construtiva da sociedade, com o uso adequado do poder de decisão local, é que dará rumo ao tipo desejável de desenvolvimento para o município de Lavras do Sul.

Palavras-chave: Desenvolvimento territorial. Sustentabilidade. Território. Estratégias socioprodutivas. Alto Camaquã. Lavras do Sul.

SILVA, Cristiane Betemps da. **Desenvolvimento Territorial e Sustentabilidade no Alto Camaquã: um estudo de caso no município de Lavras do Sul – RS**. 2012. 224f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Universidade Federal de Pelotas, Pelotas.

ABSTRACT

This study aimed to analyze socio-productive strategies in the Upper Camaquã area so as to understand the relations between sustainability and territorial development. For such, it sought at first to characterize what the socio-productive activities in the researched county actually were, including both traditional and innovative ones. From this, a relation between sustainable and territorial development, for the purpose of understanding the generation of new socio-productive strategies within the territory, was established. The study also performed an investigation to identify the developmental perception from a territorial approach, which demystified the use of the analytical categories “backward” or “poor” in the researched territory. This analysis was based on new practices in the use of natural and human resources (local culture), production diversity (ecosystem potentials) and decision and demand decentralization in the territory (development coordination, planning and management by agencies at different levels). The study also pointed to territorial development prospects for Lavras do Sul, as evidenced in the economic, cultural and political dimensions of the territory. Thus, socio-productive strategies are relevant for the appreciation of the area, bearing in mind the ecological, social, cultural, economic and political sustainability. However, only changes in the local culture can lead to deep socio-economic and political-institutional territory transformations, i. e. the actions of social agents as the main characters in the building of new territories is key for the eradication of the “backward” and “poor” misconceptions in the rural areas. The constructive partnership concept of human society, with the proper use of local power in decision-making, will guide the wanted kind of development for Lavras do Sul County.

Keywords: Territorial development. Sustainability. Territory. Socio-productive strategies. Upper Camaquã. Lavras do Sul County.

SILVA, Cristiane Betemps da. **Territorial Development and Sustainability in the Upper Camaquã: a case study in Lavras do Sul County, RS.** 2012. 224p. Master's thesis. Graduation Program in Social Sciences. Federal University of Pelotas, Pelotas, RS.

SUMÁRIO

LISTA DE FIGURAS	10
LISTA DE TABELAS	13
LISTA DE APÊNDICES	14
LISTA DE ANEXOS	15
1 INTRODUÇÃO	16
1.1 O Contexto Empírico: o Alto Camaquã e o município de Lavras do Sul-RS	28
1.1.1 Estratégias socioprodutivas em Lavras do Sul: do passado ao presente	37
1.1.2 Breve história de Lavras do Sul.....	41
2 DISCUSSÃO SOBRE A NOÇÃO DE RURALIDADE E DESENVOLVIMENTO	48
2.1 Do mito do desenvolvimento a tentativa de conceituação	51
2.2 O desenvolvimento na visão de Amartya Sen	58
2.3 O desenvolvimento na visão de Ignacy Sachs	60
2.4 O desenvolvimento sustentável e o desenvolvimento territorial	65
3 IMPORTÂNCIA DO TERRITÓRIO PARA O DESENVOLVIMENTO	73
3.1 A ligação entre território e desenvolvimento	75
3.2 A relação entre o território-desenvolvimento-sustentabilidade	85
3.3 A relação entre território-subdesenvolvimento-exclusão	90
4 CARACTERIZAÇÃO GERAL DAS ATIVIDADES SOCIOPRODUTIVAS NO MUNICÍPIO DE LAVRAS DO SUL - RS	99
4.1 Características Sociais	100
4.2 Características Produtivas	101
4.3 Caracterização das Propriedades Rurais Entrevistadas	104
4.3.1 Propriedade de Pecuária, Agroindústria Artesanal e Turismo Rural	108

4.3.2 Propriedade de Pecuária, Artesanato e de Tecelagem em lã	110
4.3.3 Propriedade de Fruticultura, Agroindústria artesanal e Mineração	116
4.3.4 Propriedade de Pecuária e Apicultura	121
4.3.5 Propriedade de lavouras	126
4.3.6 Exploração de rochas	130
4.3.7 Propriedade de Pecuária, Florestamento e Agroindústria artesanal	134
4.3.8 Propriedade de Pecuária, de Tecelagem, Agroindústria artesanal e Turismo Rural	141
4.3.9 Propriedade de Pecuária, Piscicultura e Apicultura	148
4.3.10 Propriedade de Pecuária e Serviços	153
5 PERSPECTIVAS PARA O DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL	157
5.1 Os órgãos oficiais	157
5.1.1 Poder Público Estadual	158
5.1.2 Poder Público Municipal	159
5.1.3 Instituições de Ensino e Pesquisa	161
5.1.4 Associações, Cooperativas e Sindicatos	163
5.2 A visão das entidades sobre o desenvolvimento territorial	166
5.3 Rumos e perspectivas para o município de Lavras do Sul: uma abordagem territorial	169
5.3.1 Dimensão econômica do desenvolvimento territorial	170
5.3.2 Dimensão cultural do desenvolvimento territorial	171
5.3.3 Dimensão política do desenvolvimento territorial	175
5.3.4 A abordagem territorial como processo a ser construído	178
CONCLUSÕES	184
REFERÊNCIAS	187
APÊNDICES	195
ANEXOS	200

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Paisagem urbana do município de Lavras do Sul-RS.....	31
Figura 2 – Mapa de localização do município de Lavras do Sul no Estado do RS.....	34
Figura 3 – Mapa de localização do Alto Camquã no RS.....	35
Figura 4 – Mapa de localização do Corede Campanha no Estado do RS.....	35
Figura 5 – Manancial de águas, praia do Paredão.....	41
Figura 6 – Santo Antônio das Lavras, padroeiro do município, e Igreja Matriz Santo Antônio das Lavras de mesma identificação.....	44
Figura 7 – Campos apropriados para pecuária	47
Figura 8 – Visão da sede da propriedade.....	104
Figura 9 – Cafés campeiros com produtos da agroindústria artesanal.....	105
Figura 10 – Caminhão de lã ovina comercializada pela propriedade.....	106
Figura 11 – Produção artesanal de doces.....	107
Figura 12 – Organização do grupo de mulheres na agroindústria artesanal	108
Figura 13 – Técnica de fazer fio de lã.....	111
Figura 14 – Técnica tradicional de lavagem de lã.....	112
Figura 15 – Lãs coloridas com pigmentos naturais.....	113
Figura 16 – Lavanderia campeira faz prestação de serviço para produtores rurais	114
Figura 17 – Espaço na propriedade para tecelagem.....	115
Figura 18 – Pomares de frutas destinadas à agroindústria artesanal de doces.	117
Figura 19 – Doces artesanais, especialmente de figo	118
Figura 20 – Fruta de qualidade produzida em sistema de práticas sustentáveis	119
Figura 21 – Visão da propriedade e presença do Rio Camaquã, no detalhe a	

	pureza da água para consumo doméstico.....	121
Figura 22 –	Produção de mel no município.....	122
Figura 23 –	Criação de caprinos como forma de diversificar a renda na propriedade rural	124
Figura 24 –	Processo de centrifugação do mel.....	125
Figura 25 –	Produção de soja no município	126
Figura 26 –	Produção de grãos (soja e milho) beneficiados na indústria local..	127
Figura 27 –	Lavoura de soja e área de açudes na propriedade.....	129
Figura 28 –	Sede da Empresa de exploração de rochas.....	131
Figura 29 –	Pedra granito principal fonte de produção do município.....	132
Figura 30 –	Variedades de granitos que predominam no município	133
Figura 31 –	Visão da sede e seus campos	135
Figura 32 –	Paisagem de campos “bons” para pecuária e plantio de eucaliptos	136
Figura 33 –	Produtos caseiros são atrativos na propriedade rural.....	137
Figura 34 –	Carvão resultado da produção de eucaliptos na propriedade.....	138
Figura 35 –	Patrimônio cultural na propriedade atrativo para o turismo rural.....	140
Figura 36 –	Ovinocultura, base de produção econômica e social da propriedade.....	141
Figura 37 –	Queijos e doces caseiros	142
Figura 38 –	Ovinocultura presente nas atividades socioprodutivas	143
Figura 39 –	Peças artesanais produzidas desde o fio até a confecção de vestuário	144
Figura 40 –	Processo de aproveitamento do esterco das ovelhas para produção de adubo orgânico	146
Figura 41 –	Criação de ovinos para produção de carne	149
Figura 42 –	Produção de peixes como atividade inovadora	150
Figura 43 –	Sede e campos da propriedade	153
Figura 44 –	Doma como parte dos serviços eqüinos	154
Figura 45 –	Garanhão recuperado através de manejo reprodutivo	155
Figura 46 –	Prédios da Emater/Lavras do Sul e da FGTAS.....	159
Figura 47 –	Prédios da Prefeitura Municipal de Lavras do Sul, da Câmara Municipal de Vereadores e da reunião dos integrantes do	

	Comude e Conder.....	160
Figura 48 –	Prédios da UERGS, Unipampa e Embrapa Pecuária Sul.....	162
Figura 49 –	Prédios da Associação/Sindicato Rural de Lavras do Sul; Associação Lavrense de Apicultura (Alapi), e Cotrisul.....	164

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 -	Tempo de residência entre os entrevistados no município de Lavras do Sul-RS.....	100
Tabela 2 -	Uso da terra nas propriedades entrevistadas em Lavras do Sul-RS..	101

LISTA DE APÊNDICES

APÊNDICE A -	Modelo de Roteiro de Entrevista Semi-Estruturada Aplicada aos Produtores Rurais de Lavras do Sul.....	194
APÊNDICE B -	Modelo de Roteiro de Entrevista Semi-Estruturada Aplicada as Representações de Entidades/Órgãos Oficiais.	197

LISTA DE ANEXOS

ANEXO A -	Folder: Lavras do Sul “Terra do Ouro” RS – Brasil.....	201
ANEXO B -	AltoCamaquã: Desenvolvimento Territorial Endógeno.....	203
ANEXO C -	Capa CD: Lãs do Taboleiro – Velos – Fios – Tecidos	204
ANEXO D -	Reportagem: Incentivo ao Agronegócio em Lavras do Sul – RS..	205
ANEXO E -	Reportagem: Pelos Caminhos do Ouro – Lavras do Sul – RS	208
ANEXO F -	Reportagem: Vocação para Produzir Terneiros – Lavras do Sul – RS.....	214
ANEXO G -	Reportagem: Sindicato Atuante, Agronegócio Fortalecido – Lavras do Sul – RS.....	220

1 INTRODUÇÃO

Neste trabalho são discutidas as concepções contemporâneas sobre o conceito de desenvolvimento, revelando que este não se realiza apenas na dimensão econômica, mas a partir de uma multiplicidade de fatores que envolvem as próprias relações do homem com a natureza e dos homens entre si. Enfim, o desenvolvimento pode ser expresso por diversos e diferentes valores, crenças, visões de mundo e modos de vida. Assim, este trabalho procura apresentar as possibilidades e restrições para o desenvolvimento, a partir da adoção do conceito de sustentabilidade aplicada ao espaço rural, tendo como ênfase o território.

Conforme esclarece Sachs (1995)

Se o desenvolvimento não satisfaz as necessidades essenciais da sociedade, então não pode ser qualificado como sustentável. É preciso ter impactos positivos para a sociedade. Numa sociedade sustentável o progresso é medido pela qualidade de vida e não pelo consumo material. (SACHS, 1995, p.10)

Sabe-se que nas áreas rurais, as transformações provocadas pelo processo de desenvolvimento, dão-se através do uso da natureza, da agricultura e da diversidade de práticas sociais. Com isso, tem se questionado até que ponto se utiliza os recursos naturais de forma sustentável para que sejam mobilizadas no desenvolvimento de um local. Pergunta-se por que algumas localidades são consideradas “pobres” ou “atrasadas” e como se pode indicar potencialidades para o desenvolvimento de um local. E, por fim, como são estabelecidas as estratégias de desenvolvimento para determinados territórios.

Assim, a partir dessas indagações é que se pretende neste trabalho, identificar as estratégias socioprodutivas presentes em um determinado local, demonstrando que, além das práticas agrícolas tradicionais é possível, in loco, implementar atividades

diversificadas, que promovam o desenvolvimento local/regional, tendo como base a perspectiva da sustentabilidade¹ e da territorialidade.

Além disso, será necessário discutir o conceito de desenvolvimento sob diferentes perspectivas teóricas, novos entendimentos e as relações que possam advir a partir da participação efetiva dos diversos atores sociais nos processos de desenvolvimento, em escala regional e local.

As abordagens sobre desenvolvimento são diversas na atualidade. Mas, muitas discussões ainda residem na diferenciação entre desenvolvimento e crescimento, especialmente, na dimensão econômica. Essa abordagem adjetiva os lugares, um país ou uma localidade, como sendo subdesenvolvidos, em desenvolvimento ou desenvolvidos. Por outro lado, existem outros elementos que indicam possibilidades de desenvolvimento em um determinado local, que não seja exclusivamente na esfera econômica, como por exemplo, a valorização de aspectos culturais, sociais, ambientais e geográficos.

Tratar o desenvolvimento como sinônimo de crescimento econômico é uma forma de simplificar a maneira de avaliar o desenvolvimento e considerar que houve uma evolução nos indicadores quantitativos como o Produto Interno Bruto per capita (PIB). Após o lançamento do Programa para o Desenvolvimento² pelas Nações Unidas, e ao criar o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que incorpora outros critérios, não exclusivamente os resultados econômicos, pode-se considerar que houve

¹ “Sustentabilidade é uma relação entre os sistemas dinâmicos, econômicos e ecológicos, orientada pelos requisitos de que a vida humana possa evoluir de que as culturas possam se desenvolver e de que os efeitos das atividades humanas permaneçam dentro dos limites que impeçam a destruição da diversidade e da complexidade do contexto ambiental”. (SALAMONI; GERARDI, 2001, p.73).

² “O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), uma das agências da Organização das Nações Unidas (ONU), atuante em – atualmente – 166 países, introduziu a partir de 1990 o conceito de desenvolvimento humano. Em resumo, essa nova idéia procura deslocar os esforços para a esfera humana do desenvolvimento (para além das esferas econômica, política, social); por isso ela carrega a ideia de expandir, através da promoção de políticas públicas, as escolhas e oportunidades de cada pessoa. Em outros termos, o PNUD procura dar centralidade às pessoas, ao ser humano, tendo como propósito do desenvolvimento o homem e não a acumulação de riquezas. Essa postura é explicitada tanto nos relatórios anuais elaborados pela agência quanto nas publicações *online* de seu *site* (<http://www.pnud.org.br>). Neste raciocínio foi elaborado o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) que, ao procurar viabilizar uma visualização dos graus de desenvolvimento humano das diferentes regiões do mundo, faz a contraposição ao Produto Interno Bruto (PIB) *per capita*, índice até então bastante utilizado mas que, segundo o PNUD, privilegia somente o campo econômico do desenvolvimento. Apesar de se apresentar como uma forma alternativa de mensurar o desenvolvimento humano, o Programa admite suas limitações. O “IDH [diz o PNUD, através de seu *site*] pretende ser uma medida geral, sintética, do desenvolvimento humano. Não abrange todos os aspectos de desenvolvimento e não é uma representação da ‘felicidade’ das pessoas, nem indica ‘o melhor lugar no mundo para se viver’. “A medição é baseada em três critérios: longevidade, nível educacional e poder de compra, ou em outra chave, saúde, educação e renda, sendo que, segundo o PNUD, os critérios possuem pesos iguais, não há um que tenha maior importância que outros”. (SHISHITO, 2010, p.668).

uma ampliação nas formas de mensurar o grau de desenvolvimento (humano). Pois, os parâmetros se alteram e se incrementam com o tempo, assim o desenvolvimento deve aprimorar a condição humana, tendo em mente que a melhoria das condições de vida deve ser continuamente buscada, e que seu custo não deve ser a degradação ambiental e da qualidade de vida das futuras gerações.

Entretanto, há um conflito em pensar nas futuras gerações, pois é bem mais simples “assinar um contrato para outros cumprirem”. Deve-se pensar na geração presente, primeiramente, pois as práticas atuais, enquanto substrato contínuo e ecológico, se refletem sobre as futuras gerações.

Surge, então, a formulação do conceito de sustentabilidade como referencial teórico e de aplicação prática para manter a existência dos recursos naturais num ambiente propício para continuidade das gerações futuras, de forma a rediscutir o ritmo e a maneira como o sistema capitalista propõem o desenvolvimento das sociedades.

Para se entender melhor o que vem a ser a sustentabilidade é necessário ter a clareza da conceituação normativa do que vem ser conservar e preservar o ambiente, no caso do Brasil. Segundo a Lei Federal 4.771/65, alterada pela Lei Federal 7.803/89, conhecida com o Código Florestal³, a Área de Preservação Permanente é a área, coberta ou não por vegetação nativa, com a função ambiental de preservar os recursos hídricos, a paisagem, a estabilidade geológica, a biodiversidade, o fluxo gênico de fauna e flora, proteger o solo e assegurar o bem estar das populações humanas. Já a Reserva Legal, na definição da mesma Lei, é a área localizada no interior de uma propriedade ou posse rural, excetuada a de Preservação Permanente, necessária ao uso sustentável dos recursos naturais, à conservação e a reabilitação dos processos ecológicos, à conservação da biodiversidade e ao abrigo e proteção da fauna e flora nativas.

Há uma diferença entre os termos “preservar” e “conservar”, apesar desta distinção não ser tão claramente exposta. Até mesmo o Glossário de Ecologia

³ A revisão do Código Florestal tem um compromisso com o desenvolvimento aliado à preservação ambiental. Assim, durante as discussões do novo Código Florestal, os principais pleitos objetivavam a contemplação da inclusão da Área de Preservação Permanente (APP's) no cômputo da área de Reserva Legal, autorização de permanência de cultivos florestais consolidados em topo de morro e a isonomia entre plantios florestais e as demais práticas agrícolas. Tais demandas foram atendidas o que possibilita a continuidade das suas atividades. As instituições financeiras somente concederão crédito agrícola, em qualquer de suas modalidades, inclusive para o plantio comercial de florestas, para proprietários de imóveis rurais que estejam inscritos no Cadastro Ambiental Rural – CAR, que comprovem o cumprimento total da legislação ambiental na sua propriedade. (PANASOLO, 2012)

(ACADEMIA DE CIÊNCIAS DO ESTADO DE SÃO PAULO, 1997), não é tão preciso na distinção dos termos, mas ajuda a diferenciá-los: a conservação seria um sistema flexível ou conjunto de diretrizes planejadas para o manejo e utilização sustentada dos recursos naturais, a um nível ótimo de rendimento e preservação da diversidade biológica. Combinação de todos os métodos de exploração e de uso dos terrenos que projetam o solo contra a deterioração ou depleção, causadas por fatores naturais ou provocadas pelo homem. A preservação ambiental é um conjunto de ações que garantem a manutenção das características próprias de um ambiente e as interações entre os seus componentes.

Em síntese, pode-se dizer que, para as ciências ambientais, a conservação está relacionada ao uso de forma sustentável, sendo permitido o manejo das áreas, ou seja, consome-se o recurso, mas em equilíbrio com a capacidade de manutenção e reposição natural, e a preservação é a não utilização da área, ou seja, manter intacto o ambiente natural.

Mendes e Silva (2005) argumentam que a sustentabilidade pode se tornar “insustentável” pelas transformações contínuas da própria sociedade, seja no plano individual ou coletivo. Defendem que ocorrem mudanças nos objetivos dos indivíduos pela transformação do coletivo, e também, dos fatores que afetam a dinâmica da própria sociedade. Para tanto, é preciso desenvolver estratégias que envolvam tanto a sustentabilidade social quanto econômica e ecológica. E, a adoção do conceito de sustentabilidade permite conciliar os objetivos de crescimento econômico com as questões sociais e a conservação ambiental. As políticas públicas precisam, desse modo, incorporar o conceito de sustentabilidade na elaboração de projetos de desenvolvimento.

A região do Alto Camaquã já foi alvo de investigação sobre a capacidade de recursos disponíveis para implementação de modelos alternativos de desenvolvimento rural sustentável. Borba (2001) buscou comprovar em um dos municípios (Santana da Boa Vista) que compõem o território Alto Camaquã, que a região embora estigmatizada como “pobre” e “marginalizada”, possui características socioambientais e culturais valiosas para o estabelecimento dos modelos alternativos de desenvolvimento ao utilizar uma perspectiva endógena (desde dentro). Este estudo mostrou uma reflexão sobre as capacidades, os recursos, os conhecimentos, as estratégias e práticas locais para o estabelecimento do desenvolvimento endógeno do território.

O trabalho de Borba (2001) apresentou também a percepção da existência de múltiplas dimensões na organização das propriedades rurais particularmente aquelas de caráter familiar, que vai além do âmbito econômico para incluir uma dimensão ecológica ou ambiental. Ao considerar as condições de marginalidade presentes, a pesquisa insistiu na relação socioambiental que se caracteriza pela não adesão às concepções modernizantes e produtivistas do desenvolvimento rural. Pois, assume uma visão ecocêntrica⁴ e menos tecnocêntrica⁵, partindo do conceito de modos de apropriação dos recursos naturais, ou seja, uma região que se caracteriza por estratégias de produção e reprodução menos agressivas com o ambiente menos dependentes de insumos industriais e menos usuárias de energia e dotada de uma rica diversidade de paisagens naturais e culturais.

Nesta pesquisa, Borba (2001) apresenta como alternativa a não inserção em mercados convencionais, mas a integração do município e região a mercados na escala local e regional, através de estratégias contra-hegemônicas, como a obtenção de reconhecimento por levar a cabo formas de produção integrada a natureza, embasada numa cultura localmente construída, por usar tecnologias brandas⁶, por preservar a biodiversidade; por não provocar contaminações ambientais; por produzir e transformar produtos de alta qualidade biológica; por ofertar serviços diferenciados (turismo de aventura em paisagens únicas do mundo).

Com isso, Borba (2001) buscou estabelecer uma proposta de desenvolvimento para o território, cuja determinação fosse dada pelas estratégias de apropriação e produção na escala local, e não apenas pela transformação e o consumo determinados por outras escalas. As estratégias produtivas locais seriam definidas respeitando os limites das características biofísicas e culturais do lugar. Isto quer dizer, que fomentaria a autosuficiência local, permitindo mais liberdade, participação e bem-estar, e os excedentes, os produtos especificamente dirigidos ao mercado estariam caracterizados fundamentalmente pela sua qualidade, que deveria ser socialmente construída. Na concepção de Borba (2001) essa seria uma estratégia para transformar o estado de

⁴ Ecocêntrica- em defesa da economia verde profunda e uma estratégia de gestão de escala reduzida da economia e da preservação. (VALADÃO; SIENA, 2010)

⁵ Tecnocêntrica- tem como rótulo ambiental a exploração dos recursos e o livre mercado como estratégia de gestão para a maximização do crescimento econômico. (VALADÃO; SIENA, 2010)

⁶ Tecnologias brandas- são as ditas tecnologias alternativas, de baixo impacto, brandas que surgiram para contrabalançar as chamadas tecnologias duras (que fazem parte da agricultura de rapina, segundo Lutzemberger). (SUERSUTTI, 2011)

“atraso” em fatores diferenciais no processo de desenvolvimento. Com isso, o autor não se posiciona contra a tecnologia nem tampouco contra o mercado, mas defende a necessidade de estabelecer novos formatos tecnológicos adequados às condições locais. Enfim, o estudo propõe alternativas ao modelo vigente que segue apontando o crescimento econômico e as inovações tecnológicas cientificamente legitimadas, como condição do desenvolvimento.

Diante dessas propostas, busca-se no território denominado Alto Camaquã, estudar o município de Lavras do Sul, que encerra em si, a ideia de que está à margem da modernização e do desenvolvimento. O conceito de “atrasado” e “pobre”, construído pela percepção dos moradores e transmitido à sociedade, tende a ser mudado ao longo dos próximos anos em virtude do potencial produtivo de Lavras do Sul, em seus mais diversos sistemas de produção.

Em face das mudanças sociais, econômicas e ambientais observadas nas últimas décadas, surge também a necessidade de novas interpretações para o desenvolvimento, buscando a superação da base conceitual que considera o crescimento econômico como imperativo.

No que diz respeito ao rural, embora com controvérsias, novas dinâmicas de diversificação nas atividades deste território já fazem as atividades agropecuárias, por exemplo, ceder espaço para novas estratégias produtivas, ampliando sua produção e a geração de renda. A globalização, as novas tecnologias, e uma sociedade de consumo pautam a forma de produzir alimentos, de trabalhar e de garantir ganhos reais para a sociedade. Isso implica tomar o desenvolvimento como um processo multidimensional (econômico, social, cultural, político e ambiental), a partir das relações entre a agricultura e a sociedade.

Entretanto, é preciso reconhecer as transformações socioambientais, pois muitos recursos naturais são utilizados em todo o seu potencial e uma oferta constante pode sofrer alterações, ou mesmo, os atores sociais, envolvidos nos processos produtivos, muitas vezes não se apercebem o quão de potencialidades há em atividades tanto tradicionais quanto inovadoras, que podem servir de mecanismos para o desencadeamento do desenvolvimento do município e para a promoção da sustentabilidade.

Diante dessas mudanças, o produtor rural, especialmente, pode adotar novas atividades para seu espaço rural. A sustentabilidade dos sistemas de produção aplicados num determinado território, serve como indicador do estabelecimento de

ações voltadas para o desenvolvimento de um território e o quanto os atores sociais contribuem para essa tese. O entendimento do desenvolvimento territorial, ou seja, da sua natureza multifacetada, permite estabelecer perspectivas do ponto de vista das peculiaridades locais e regionais e de seus efeitos nos processos e práticas associadas ao território.

Lavras do Sul, assim como outros municípios da região Sul do RS, possui um potencial para o desenvolvimento de sua economia, mas enfrenta dificuldades com relação a falta de investimentos públicos e de geração de empregos. Por outro lado, o município pode ampliar sua infraestrutura e proporcionar qualidade de vida para seus habitantes, tanto do espaço rural quanto urbano.

Alguns pontos de reflexão fazem acreditar que o município apresenta potencialidades e restrições para se desenvolver:

a) os rebanhos (bovinos e ovinos) são numerosos e as condições naturais conferem um diferencial à produção qualificada de carne certificada, contribuindo para os investimentos nessa atividade.

b) embora os cultivos agrícolas não sejam a base produtiva da economia local, o município pode se destacar na fruticultura, dando origem às agroindústrias familiares;

c) as novas prospecções sobre minerais, localizadas na zona rural, necessitam de relatórios de impacto ambiental, para que as empresas se instalem efetivamente;

d) o potencial para o turismo rural ganha destaque na região, principalmente por compor com Caçapava do Sul formações rochosas como a Pedra do Segredo e Guaritas, que são atrativos para o turismo de aventura e os recursos hídricos, que podem ser utilizados para esportes náuticos;

e) rodovias de acesso são alternativas estratégicas em direção à Bagé e região do Prata (Uruguai e Argentina), proporcionando escoamento da produção agrícola mais eficiente, e acesso mais rápido a diversos centros urbanos e turísticos internacionais;

f) a infraestrutura tecnológica chegou a Lavras do Sul nos últimos cinco anos; a população tem acesso à telefonia celular, internet, tv por assinatura, o que faz com que o município tenha conexão com o mundo;

g) o artesanato com roupas típicas gaúchas, a base de lã ovina, dão peculiaridade ao município, gerando emprego e renda para famílias, assim como, a sua culinária que conserva os hábitos característicos da região da Campanha;

Diante de tudo isso, a presente pesquisa busca refletir sobre: quais são as atividades socioprodutivas presentes na escala local e podem se constituir em

estratégias de desenvolvimento baseada na sustentabilidade para o território Alto Camaquã, e especificamente, para o município de Lavras do Sul (RS)?

Este estudo apresenta como hipótese central o seguinte: o território do Alto Camaquã, no qual está inserido o município de Lavras do Sul, possui uma diversidade de atividades produtivas baseadas na relação homem-natureza e que se constituem em perspectivas sustentáveis para o desenvolvimento territorial. Possui também um objetivo geral que é estudar as estratégias socioprodutivas existentes no município de Lavras do Sul, inserido no território Alto Camaquã a partir da perspectiva da sustentabilidade e do desenvolvimento territorial. E como objetivos específicos identificar, a partir dos informantes da pesquisa empírica (diretos e indiretos), que se constituem em formadores de opinião sobre a ideia/ideário de desenvolvimento no território do Alto Camaquã, os argumentos que justificam o uso das categorias (analíticas) “atrasado” ou “pobre”, caracterizar as estratégias socioprodutivas presentes no município pesquisado e suas relações com a sustentabilidade e apontar as perspectivas de desenvolvimento territorial para o município de Lavras do Sul – RS.

Quanto a metodologia usada para conduzir a pesquisa se fundamenta em uma pesquisa qualitativa, visto que é um método bastante utilizado na área das Ciências Sociais. A pesquisa qualitativa realiza o reconhecimento dos atores sociais como sujeitos que produzem conhecimentos e práticas, resultado de um trabalho coletivo entre pesquisador e pesquisado, e aceita que todos os fenômenos devem ser considerados como importantes e preciosos.

Na pesquisa qualitativa o pesquisador também tenta ultrapassar as aparências para alcançar a essência dos fenômenos. Assim, Chizzotti (1998) explica:

A abordagem qualitativa parte do fundamento de que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, uma interdependência viva entre o sujeito e o objeto, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito. O conhecimento não se reduz a um rol de dados isolados, conectados por uma teoria explicativa; o sujeito-observador é parte integrante do processo de conhecimento e interpreta os fenômenos, atribuindo-lhes um significado. (CHIZZOTTI, 1998, p.55).

A justificativa em utilizar o método qualitativo baseia-se no argumento de que os dados estatísticos gerados neste tipo de pesquisa teria um alto custo, além do que o método de pesquisa qualitativa seria considerado mais adequado em função de apresentar uma compreensão profunda dos fenômenos sociais. Segundo Haguette (1987) a estatística não daria conta de fenômenos tão complexos e únicos. “Os

métodos quantitativos supõem uma população de objetos de observação comparável entre si e os métodos qualitativos enfatizam as especificidades de um fenômeno em termos de suas origens e de sua razão de ser” (HAGUETTE, 1987, p.63).

Chizzotti (1998) completa sua opinião sobre a ineficiência dos métodos quantitativos na área das ciências sociais: “Os métodos quantitativos distanciam o pesquisador do verdadeiro objeto de investigação e se tornam ineficazes para compreender as ações práticas dos sujeitos, em sua vida prática” (CHIZZOTTI, 1998, p.80).

Mas, numa pesquisa pode-se usar uma combinação de métodos quantitativos e qualitativos. Pois, considera-se que a pesquisa qualitativa:

Responde a questões muito particulares. Ela se preocupa nas Ciências Sociais, com um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com um universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. (MINAYO, 1993, p.21-2).

Assim, os dados quantitativos podem aparecer na pesquisa qualitativa: “eles podem aparecer na etapa exploratória de campo ou nas etapas em que os dados podem mostrar uma relação mais extensa entre os fenômenos particulares.” (CHIZZOTTI, 1998, p.84).

Cabe ressaltar que no estudo de caso realizado no município de Lavras do Sul, não foram identificados a presença de assentamentos da Reforma Agrária – os quais poderiam influenciar no estabelecimento de ações produtivas, desenvolvendo estratégias de desenvolvimento local/regional tuteladas pelo Estado. O estudo de caso foi escolhido, pois é possível que sejam identificados os elementos-chave e os contornos dos problemas, que darão liberdade ao pesquisador para coletar informações, atendo-se às características próprias do objeto estudado. A importância em delimitar os focos de investigação e estabelecer os contornos do estudo decorre do fato de que nunca será possível explorar todos os ângulos do fenômeno num tempo razoavelmente limitado (LUDKE; ANDRÉ, 1986).

Acredita-se que os estudos de caso são imprescindíveis para testar as hipóteses elaboradas, uma vez que “a observação dá acesso a uma ampla gama de dados, inclusive os tipos de dados cuja existência o investigador pode não ter previsto no momento em que começou a estudar, e, portanto é um método bem adequado aos propósitos do estudo de caso” (BECKER, 1999, *apud* COSTA, 2011, p.20).

O estudo de caso, para Chizzoti (1998), é uma caracterização abrangente para uma diversidade de pesquisa que coletam e registram dados de um caso particular; envolve uma situação e retrata uma realidade, quando revela a multiplicidade de aspectos globais, presentes em uma dada situação.

Então, o estudo de caso serve para realizar comparações que se aproximam da realidade, com a capacidade de fazer generalizações a situações semelhantes e a fazer inferências (interpretações) em relação ao contexto da situação analisada.

Ainda, foi utilizada a técnica da entrevista, visto que para embasar a investigação foram realizadas atividades de campo, através de visitas, no município em estudo (Lavras do Sul) com o objetivo de interagir com os informantes (representantes de instituições públicas oficiais e representantes de grupos organizados de agricultores). Os questionários⁷ que nortearam as entrevistas foram elaborados com questões semi-abertas para proporcionar informações tanto objetivas (perguntas e respostas previamente indicadas) quanto subjetivas (questões previamente formuladas, mas sem respostas pré-fixadas, as chamadas “abertas”) acerca do tema em foco. (ver Apêndices A e B)

Destaca-se que a pesquisa de campo pretendeu buscar as informações com os atores sociais envolvidos direta e indiretamente com a questão das estratégias socioprodutivas presentes na área pesquisada. Diante disso, foram estabelecidos dois grupos de entrevistados, quais sejam: a) informantes diretos e b) informantes indiretos. O primeiro grupo contempla os sujeitos diretamente envolvidos nas atividades socioprodutivas – os proprietários rurais. Por sua vez, o segundo grupo engloba representantes de órgãos públicos (federais e estaduais), associações, cooperativas, prefeituras, conselhos municipais, entre outros, que estão relacionados indiretamente ao primeiro grupo.

Cabe ressaltar que não foi utilizado o processo de amostragem estatístico, portanto a escolha do número de entrevistados foi definida intencionalmente a fim de atender os objetivos da pesquisa. Ou seja, foram escolhidas 10 propriedades rurais representativas da diversidade socioprodutiva no município em questão. Quanto ao segundo grupo, foram entrevistados 18 informantes indiretos relacionados aos órgãos

⁷ Questionário é um conjunto de questões pré elaboradas sistemática e seqüencial dispostas em itens que constituem o tema da pesquisa com o objetivo de suscitar as informações respostas por escrito ou verbalmente sobre o assunto que os informantes saibam opinar ou informar. É uma interlocução planejada. (CHIZZOTI, 1998, p. 55)

públicos, associações, cooperativas, entre outros, que possuem atuação no município de Lavras do Sul.

Além disso, adota-se a observação direta como técnica complementar às entrevistas. Na concepção de Ramires e Pessoa (2009) a observação não significa apenas olhar, mas ir além das aparências, ou seja, buscar a essência. Quando se observa adquire-se algumas vantagens como a não necessidade de externalizar os pensamentos verbalmente, pois esta técnica independe do nível de conhecimento; permite checar na prática a sinceridade de respostas, às vezes, dadas só para causar boa impressão; também é possível que se identifique comportamentos não intencionais ou inconscientes e explore tópicos que os informantes não se sentem a vontade para discutir; e também permite o registro do comportamento em seu contexto espacial-temporal.

A observação direta consiste na coleta e registro de eventos observados que foram previamente definidos. O observador munido de listagem de comportamentos registra a ocorrência destes comportamentos em um determinado período de tempo. A descrição destes eventos fundamentam-se na frequência de incidências e garantem a confiabilidade das descrições. (RAMIRES; PESSOA, 2009, p.282)

Para interpretar as informações primárias obtidas em campo foi utilizada a análise de conteúdo. Segundo Bardin (1997 *apud* COSTA, 2009):

Designa-se o termo análise de conteúdo, um conjunto de técnicas de análise das comunicações... é um leque de apetrechos; ou ainda com maior rigor, será um único instrumento, mas marcado por uma grande disparidade de formas e adaptável a um campo de aplicação muito vasto: as comunicações.[...] podendo ser bastante diferentes os procedimentos de análise: [...] pôr em evidencia a respiração numa entrevista não-diretiva; avaliar a importância do interdito na sinalização urbana; seguir a evolução moral da época por meio de anúncios de uma revista; o vestuário é mensagem; o nosso apartamento fala..., etc... (BARDIN, 2011, p.37)

Ao utilizar-se da análise de conteúdo e as informações qualitativas, o entrevistador precisa estar atento não somente as respostas, mas aos gestos, expressões, entonações, sinais não-verbais, ou seja, há que ater-se a análise escrita, e de qualquer comunicação oral, visual e gestual (LUDKE; ANDRÉ, 1986). Para se analisar o conteúdo é preciso criticamente compreender o sentido das comunicações, seu conteúdo manifesto ou latente, as significações explícitas ou ocultas.

Para Bardin (2011) a análise de conteúdo acaba inserindo-se “no rigor da objetividade e na fecundidade da subjetividade” (BARDIN, 2011, p.37). Segundo ele, o

a pesquisador se torna um arqueólogo ao trabalhar com vestígios, documentos, que pode descobrir ou suscitar.

Conforme a análise, deve o pesquisador dar um tratamento as mensagens que manipula para inferir (deduzir de maneira lógica) conhecimentos sobre o emissor da mensagem ou sobre o seu meio, por exemplo (BARDIN, 2011). As etapas estão organizadas como: a descrição (enumeração das características do texto, resumida após o tratamento), a inferência, e a última, a interpretação (significação concedida a estas características).

[...] O sentido do analista é duplo: compreender o sentido da comunicação, como se fosse o receptor normal, e principalmente desviar o olhar para outra significação, outra mensagem entrevista por meio ou ao lado da mensagem primeira[...] A leitura feita, não se trata de atravessar significantes para atingir significados, mas atingir através de significantes ou de significados, manipulados, outros significados de natureza psicológica, sociológica, política, histórica etc. (BARDIN, 2011, p.47)

E ainda completa:

Então a análise de conteúdo é um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) dessas mensagens. (BARDIN, 2011, p. 48)

Para se estruturar as entrevistas foram realizadas as seguintes etapas: a apresentação dos objetivos do estudo aos entrevistados, seguida da verbalização das perguntas e registro das entrevistas; uso de gravador e diário de campo foram usados para registro das informações e o relato oral; leitura dos textos transcritos; seleção dos trechos das entrevistas que fundamentavam os objetivos propostos; construção de categorias com base nos trechos selecionados; extração dos trechos selecionados das entrevistas, de acordo com as categorias construídas; estruturação da redação. A partir das informações coletadas, realizou-se uma aproximação com o recorte geográfico delimitado pela pesquisa na qual os interlocutores contribuíram para que fossem alcançadas os objetivos propostos.

Cabe salientar que os nomes verdadeiros dos entrevistados foram omitidos e substituídos por outros fictícios, para que a identidade de cada um fosse preservada. Além disso, os trechos transcritos das entrevistas, cedidas pelos interlocutores da pesquisa, foram destacadas no texto em itálico.

E também como apoio à investigação científica foram utilizadas fotografias ilustrativas e dados documentais (Censos, Anuários Estatísticos, mapas, relatórios, etc.). E, paralelamente, foi construído o referencial teórico, por meio de levantamento bibliográfico, sobre os conceitos norteadores do trabalho, a saber: desenvolvimento, sustentabilidade e território.

1.1 O Contexto Empírico: o Alto Camaquã e o município de Lavras do Sul-RS

O Alto Camaquã corresponde ao terço superior da bacia do rio Camaquã, localizado na Serra do Sudeste do Rio Grande do Sul. A área é de 8.300 km² e a população é de 35 mil habitantes e especialmente rural, segundo dados da FEPAM (2006). Os municípios que compreendem este território são: Bagé, Caçapava do Sul, Lavras do Sul, Pinheiro Machado, Piratini e Santana da Boa Vista, e, em menor proporção, os municípios de Dom Pedrito e Candiota.

Uma importante consideração feita nos estudos de Borba (2010) é quanto a vegetação predominante na Serra do Sudeste, é caracterizada por um mosaico de floresta nativa e campos (Floresta-Campo). As florestas são mais desenvolvidas ao longo dos cursos d'água formando as matas de galeria. As formações campestres predominam no restante do território variando entre diversas formações abertas (campos limpos, caracterizados por espécies campestres baixas e de ilhas florestais).

Segundo observações locais, a região está sujeita ao processo de cultivo de árvores (Pinus, Eucalipto e Acácia) em zonas dominadas pelas pradarias, além do aumento das espécies arbustivas nativas. Estes dois processos alteram a estrutura, a riqueza e a diversidade das espécies e os tipos de plantas, inicialmente caracterizadas como de campos limpos. A maioria dos espaços lenhosos, uma vez estabelecidos nos campos, são capazes de rebrotarem vigorosamente após serem queimados, e assim se estabelecerem nas comunidades vegetais nativas. Além da resistência ao fogo, as espécies arbustivas e árvores são rejeitadas pelos animais em pastejo, diminuindo a qualidade e a oferta de forragem (BOLDRINI, 1997; BOLDRINI; EGGERS, 1997 *apud* BORBA, 2006).

Há uma combinação de características culturais, socioeconômicas e ambientais, que atua como barreira à "modernização tecnológico-produtiva" do território ao Alto Camaquã. A transformação técnico-institucional da agropecuária - intensificação produtiva, inovação tecnológica constante (tecnologia de ponta) e orientação crescente ao mercado - não teve

repercussão nesta região, porque o contexto socioeconômico, cultural e ecológico local sempre foi incompatível com as estratégias tecnológico-produtivas propostas até hoje. A "impossibilidade de adotar" modelos produtivos mais "modernos" levou a estigmatização desta região, atualmente designada como (tecnologicamente) atrasada e (socioeconomicamente) subdesenvolvida. Designação pejorativa com reflexos sobre as populações locais, por retro-alimentar o mito de que esta região e sua população são incapazes de construir alternativas próprias de desenvolvimento. Somente alternativas "exógenas" seriam capazes de transformar a realidade local. Uma noção de pretensa impossibilidade, que arraigada à cultura regional, conduziu à passividade, facilitando propostas reducionistas, que mesmo elaboradas fora de contexto regional, aparecem como solução para um suposto "subdesenvolvimento" da região". (BORBA, 2006, p.1).

O interessante a destacar nos estudos de Borba (2006) é que o território se abastece mais da natureza do que de sua economia propriamente, pois as estratégias produtivas da pecuária possuem características de produção ecológica, visto que dependem mais dos recursos naturais locais e energia renovável (vegetação natural, sol e chuva) do que de insumos e serviços. Segundo o autor,

Há uma realidade ecológica e social complexa. Complexidade esta derivada de uma situação de "modernização incompleta", ou seja, em função de um conjunto muito particular de características sócio-ambientais e econômicas, tal região não logrou transformar a agricultura tradicional (baixo uso de insumos, baixa mecanização, baixo grau de integração aos mercados, alta dependência de recursos naturais, predomínio de fontes de energias renováveis) em moderna (alta dependência de insumos, alta integração aos mercados, baixa dependência dos recursos naturais, predomínio de energias não-renováveis). Em decorrência disso, é possível caracterizar formas de produção presentes no Alto Camaquã, predominantemente pecuárias e de escala familiar, como produção camponesa, dada a predominância do uso de elementos que entram no processo produtivo como "não-mercadoria". Uma condição que determina que a produção pecuária do Alto Camaquã mantenha relações mais intensas com a natureza que com o mercado, proporcionando uma interdependência de tal ordem entre produção e recursos naturais, que impediu a degradação ambiental". (BORBA, 2006, p.1).

No entanto, primeiramente por Lavras do Sul fazer parte do território Alto Camaquã, estar distanciada do centro industrial e tecnológico do Estado (325 Km de Porto Alegre) e também por ter sua população reduzida nos últimos 50 anos de quase 14 mil para 8 mil habitantes (IBGE, 2009), e por sobreviver ainda da agricultura, tendo na criação de gado sua principal atividade econômica, visto a tradição produtiva nesta área, e ainda por possuir uma resistência em adotar alternativas inovadoras na produção pecuária e agrícola, foi se estabelecendo, ao longo do tempo, uma imagem de município "atrasado e subdesenvolvido". (Ver figura 1)

Ao revelar as características socioeconômicas, culturais e ambientais subentendidas nesta possível "resistência técnico-científica", o município de Lavras do Sul

pode apresentar uma nova conceituação de município “desenvolvido” e “ evoluído” ao serem desveladas o conjunto de potencialidades socioprodutivas.

No sentido de aprofundar os conhecimentos acerca das transformações ecológicas, técnicas, sociais e econômicas, que possam gerar produtos diferenciados capazes de garantir maiores e melhores inserções no mercado para regiões como o Alto Camaquã, que, segundo Borba (2006) esteve à margem das estratégias de desenvolvimento, este trabalho de pesquisa vem a apresentar algumas respostas, que são adotadas pelos atores desse território, configurando-se em estratégias de desenvolvimento territorial. A intenção também é de dedicar um estudo à concretização de novos estilos de desenvolvimento, em especial ao mundo rural, em função do caráter socioambiental porque é nesse espaço que encontramos o maior grau de interação entre o meio ambiente social e natural.



Figura 1 - Paisagem urbana do município de Lavras do Sul
Fonte: A autora, fevereiro, 2012.

No estudo de Borba (2010), foi implementado no complexo organizacional da Embrapa Pecuária Sul, em Bagé (RS), a 80km de Lavras do Sul, o Laboratório de Estudos Agroecológicos- LABECO, onde é realizada uma caracterização do território

do Alto Camaquã, compreendendo a elaboração de um Sistema de Informação Geográfica para o Alto Camaquã.

Para efeitos de concepção de ações estratégicas a equipe do LABECO toma a noção francesa de sustentabilidade (*développement durable*) a idéia de perenidade para assumir que se trata de estabelecer formas de produção que efetivamente possam perdurar no tempo, ainda que dinâmicas e diversas. A sustentabilidade ou “durabilidade” configura-se então como uma característica multidimensional dos sistemas socioambientais, transformando-se num conceito que deve ser analisado de acordo ao contexto social em que se leva a cabo a análise e a implementação de alternativas. Ou seja, a sustentabilidade tem um marcado caráter local já que o ambiente e os recursos são em primeiro lugar locais. Ainda que não possamos garantir o comportamento futuro dos ecossistemas locais e das funções planetárias, devido a influência humana, somente estratégias de desenvolvimento desenhadas e controladas localmente poderão reduzir as incertezas. Tendo em mente que os sistemas produtivos ou modelos de desenvolvimento local produzem interferências globais e vice-versa. (BORBA, 2010, p.12)

Para Borba (2010) a abordagem territorial proporciona uma maneira distinta de pensar, a mudança está na nova maneira de ver a realidade, isto é, apreender a realidade como dinâmica socioespacial, onde sociedade e natureza se relacionam no espaço historicamente. “Isso permite compreender que cada fragmento de realidade é uma construção sociohistorica que antes de ser modificada precisa ser decifrada, seja em suas dimensões lógico-rationais e simbólicas, seja nos seus aspectos biofísicos e sociotécnicos” (BORBA, 2010, p.15).

A visão do estudo de Borba (2010) apresenta o território como fruto da forma como as pessoas se organizaram e interagiram com seu meio ao longo do tempo para garantir a reprodução social e cultural, permitindo considerar a diversidade de atores envolvidos e a importância da participação de todos. “Na noção de território o que interessa é a integralidade das atividades, desde as mais elaboradas (industriais) às mais simples (artesanais), rurais e urbanas, bem como as relações entre elas e delas com outros territórios” (BORBA, 2010, p.16)

Segundo Borba (2010) o desenvolvimento territorial requer o descobrimento e a re-valorização do local como portador de ativos (ambientais, cognitivos, sociais, culturais e até econômicos) com potencial para suportar uma estratégia própria de desenvolvimento. Para ele, é um processo que passa pela reconstrução do poder do local para chegar ao controle sobre as estratégias de desenvolvimento.

De acordo com este estudo, o LABECO organiza suas ações de maneira que a produção de conhecimentos seja parte do processo de re-conhecimento das potencialidades territoriais.

[...] havendo apropriação dos conhecimentos gerados, os atores, em grupo, aumentem seu nível de consciência e adquiram melhores condições de atuar como sujeitos no processo de mudança da sua realidade (ação-reflexão-ação), atuando inclusive em novos espaços de concertação política na busca de redução das desigualdades nas relações de poder. Trata-se de que mais atores possam participar do diálogo e da coordenação entre os diferentes segmentos sociais da região para pensar o desenvolvimento. (BORBA, 2010, p.16)

Através do projeto de implementação do LABECO foi possível a origem do Fórum do Alto Camaquã (diálogo entre atores regionais, que se instala duas vezes ao ano), a Associação para o Desenvolvimento Sustentável do Alto Camaquã, a marca Alto Camaquã (ver Anexo B, p.203) e a Rede de Produtores e Empreendedores do Alto Camaquã.

O município de Lavras do Sul, segundo os resultados do Censo Demográfico (2010) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), possui 7.679 habitantes. Os dados do IBGE (2009) reafirmam que de 1991 para o ano corrente, a população decresceu. Há mais mulheres do que homens, ou seja, 3.904 e 3.775, respectivamente. A população rural é de 2.921 pessoas e a urbana, 4.748 pessoas. Lavras do sul é um município, localizado no sudoeste do Estado do Rio Grande do Sul, a 325 quilômetros da capital, Porto Alegre. Sua área é de 2.601 Km² e está localizado com limítrofes os municípios de Bagé (sudeste e sul), Dom Pedrito (sul, sudoeste e oeste), São Gabriel (oeste, noroeste e norte), Santa Margarida do Sul, Vila Nova do Sul e São Sepé (norte) e Caçapava do Sul (nordeste, leste e sudeste). (Ver figura 2)

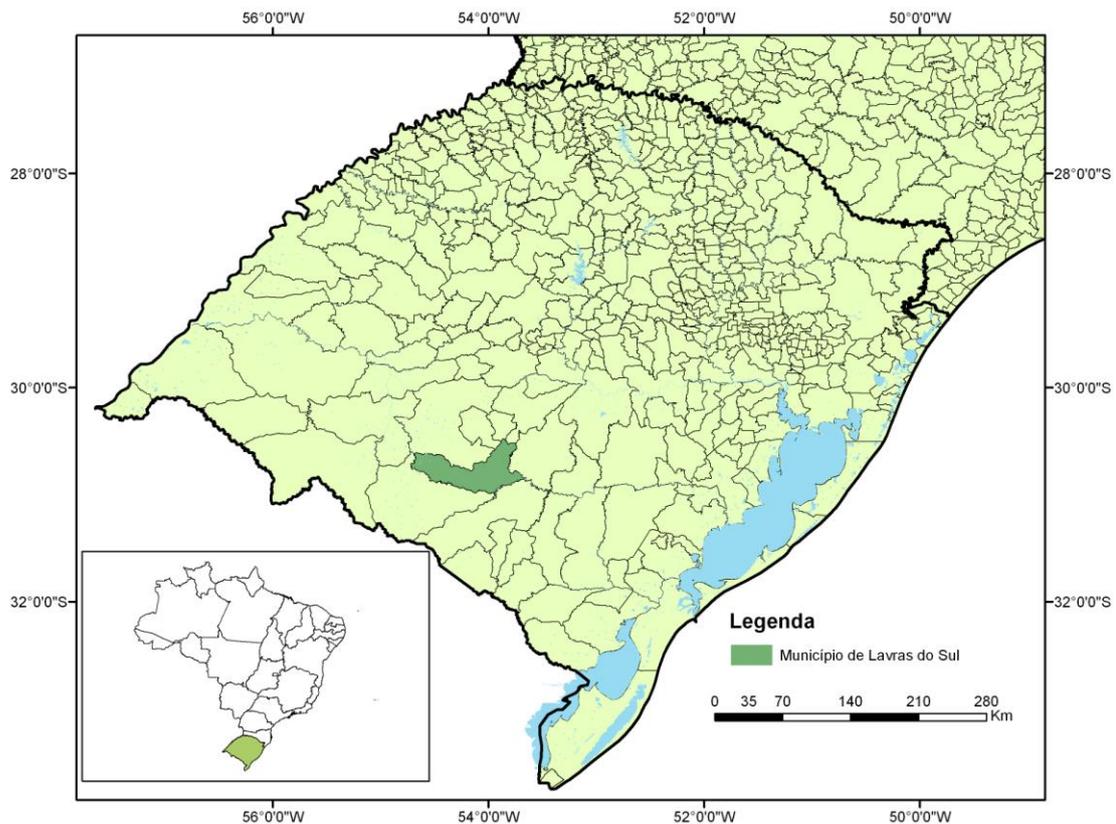


Figura 2 - Mapa da localização do município de Lavras do Sul no Estado do RS.

Fonte: COSTA, F. A. Laboratório de Planejamento Ambiental da Embrapa Clima Temperado, Pelotas, 2011.

Quanto ao contexto regional, o município de Lavras do Sul pode ser inserido no Bioma Pampa⁸ (IBGE, 2009). Mas, há diversas regionalizações e recortes em que o município pode também ser incluído, como na região do Alto Camaquã (Ver figura 3), na Serra do Sudeste, Região do Pampa, Região da Campanha, Região da Fronteira e Campanha Meridional. Além disso, o município faz parte do Conselho Regional de Desenvolvimento (COREDE), denominado Corede Campanha⁹ (Ver figura 4)

⁸ Segundo o Atlas Sócio-Econômico do RS os biomas são classificados pelo IBGE como conjunto de vida (vegetal e animal) constituído pelo agrupamento de tipos de vegetação contíguos e identificáveis em escala regional com condições geoclimáticas similares e história compartilhada de mudanças, o que resulta em uma diversidade biológica própria. O RS possui dois biomas: o Pampa e o da Mata Atlântica. O Bioma Pampa possui uma área de 176.496km², ou seja, 2,07% do território brasileiro. Ele é restrito ao RS e se define por um conjunto de vegetação de campo em relevo de planície. (BIOMAS..., 2011, p.1).

⁹ Os COREDES foram criados pela Lei 10.283 de 17 de outubro de 1994 de acordo com o sítio do Atlas Sócio-Econômico do RS. Eles são um fórum de discussão e decisão a respeito de políticas e ações que visam o desenvolvimento regional. Entre seus objetivos: a promoção do desenvolvimento regional harmônico e sustentável; a integração dos recursos e das ações do Governo na região; a melhoria da qualidade de vida da população; a distribuição equitativa da riqueza produzida; o estímulo a permanência do homem na sua região; e a preservação e a recuperação do meio ambiente. Atualmente, o RS conta com 28 conselhos regionais. (CONSELHOS...,2011)

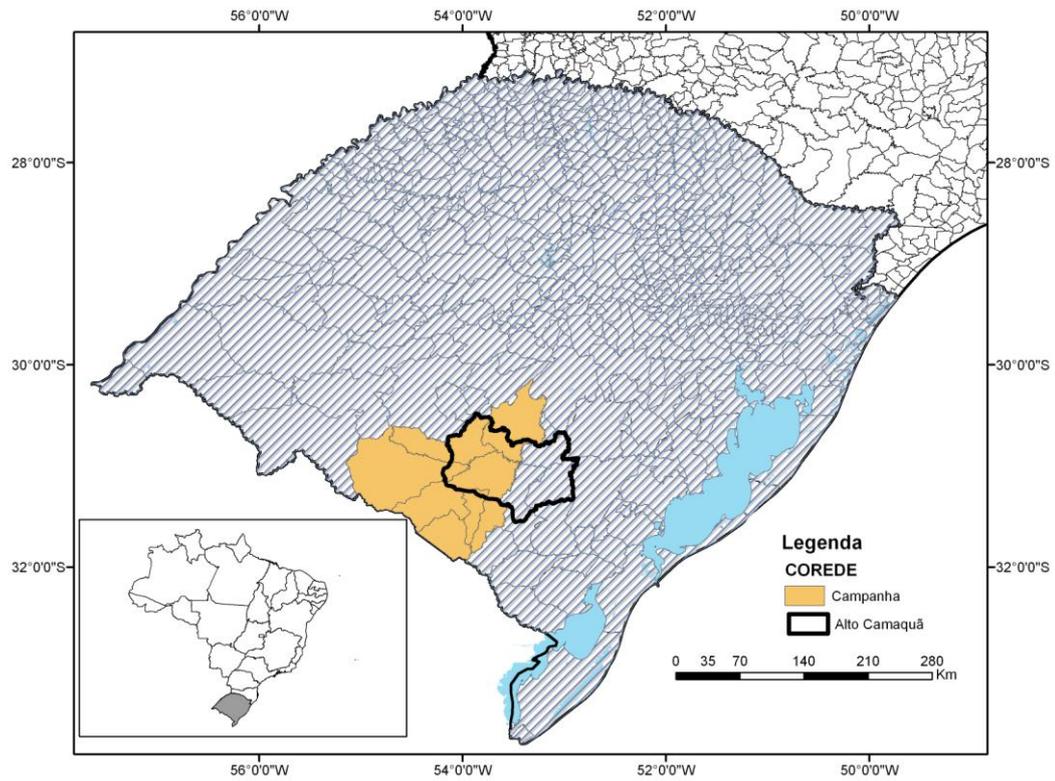


Figura 3 - Mapa da localização do Alto Camaquã no RS.

Fonte: COSTA, F. A. Laboratório de Planejamento Ambiental da Embrapa Clima Temperado, Pelotas, 2011.

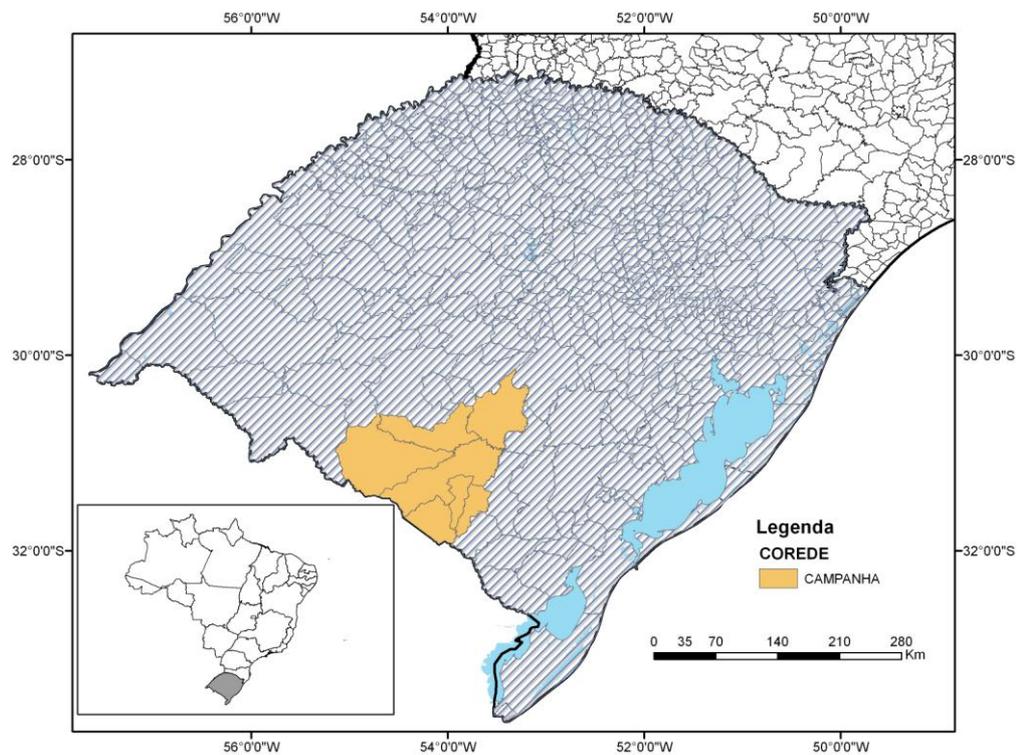


Figura 4 - Mapa de localização do COREDE Campanha no Estado do RS

Fonte: COSTA, F. A. Laboratório de Planejamento Ambiental da Embrapa Clima Temperado, Pelotas, 2011.

O município de Lavras do Sul está situado numa altitude média de 277 metros e encontra-se no chamado Escudo Sul-Rio-Grandense. A porção ocidental assemelha-se com a Região da Campanha, com campos limpos, relevo mais plano e pouca vegetação. Na porção centro oriental apresenta elevações acima de 300 metros, podendo a chegar a 440 metros em algumas serras, como a Serra da Mantiqueira (Cerro da Mantiqueira), a Serra do Batovi, a Coxilha do Tabuleiro e o Rincão do Inferno. A cidade está localizada entre três pequenas serras: Santa Tecla (norte de Bagé), Batovi (sul de São Gabriel) e de Caçapava (a leste). (ASPECTOS..., 2011, p.1)

Quanto à composição dos solos, em geral, por serem arenosos não são apropriados para os cultivos agrícolas, mas proporciona condições para a criação de gado e apresenta riquezas minerais, como cobre, estanho, chumbo, calcário e ouro. (KOCH, 2004, p.39).

O clima é subtropical úmido, com quatro estações do ano definidas, invernos e verões rigorosos. A temperatura média anual é de 18° C. Historicamente, a distribuição de chuvas no município é regular, e as secas ocorrem ainda de forma alternada.

Os principais rios do município são o Arroio Camaquã das Lavras (que banha a sede municipal e que juntamente com os Arroios do Jaques e do Hilário, forma o rio Camaquã), Arroio Ivaró, Arroio Taquarembó e Arroio Santo Antonio, que desembocam no Rio Santa Maria, este último banha uma pequena porção no extremo oeste do município, na divisa com o município de Dom Pedrito. A qualidade da água é satisfatória em quase todos os cursos d'água. O município possui o Balneário do Paredão (municipal) e a praia do Salsinho, uma propriedade particular localizada próxima ao Paredão, onde apresenta concentração de minerais como quartzitos e granitos, além de extensa faixa de areia. (ASPECTOS..., 2011, p.1)

A zona rural possui paisagens naturais e culturais utilizadas como recurso para o turismo rural, os hotéis-fazenda, que divulgam a cultura do gaúcho e a hospitalidade do povo nativo lavrense. Há grandes propriedades rurais ao longo do município que executam atividades que vão desde a condução do gado de um local a outro (as lidas) até a preparação do típico churrasco na vala.

A fundação do município, ocorreu em 9 de maio de 1882, através da Lei Provincial 1.364, emancipando-se de Caçapava do Sul e Bagé. O nome do município deriva da divisão de glebas (lotes, terrenos), destinados à mineração (lavra) do ouro.

Ao nome “lavras” é adicionada a expressão do Sul por já existir outro município denominado Lavras, em Minas Gerais. (ORIGEM..., 2011, p.1)

1.1.1 Estratégias socioprodutivas em Lavras do Sul: do passado ao presente

Algumas estratégias produtivas estão sendo retomadas de forma inovadora e implementadas no município. As principais atividades econômicas de Lavras do Sul são a pecuária (ovinos e bovinos para extração de couro e abate), comércio e serviços e o turismo rural. Os cultivos agrícolas possuem importância, principalmente no plantio de soja e arroz. Entretanto, atualmente, novas atividades como a fruticultura, vitivinicultura, apicultura, agroindústrias e a retomada da mineração vêm alterando a configuração territorial local.

A retomada da Mineração

O município, entre 1880 e 1930, se destacava na busca pelo ouro.(ver Anexo E, p.208-13). Desde essa época, diversos pesquisadores vêm analisar a região em busca de informações sobre depósitos minerais, inclusive lendas como “A Lenda da Maldição do Padre- Lavras jamais haverá de progredir” e a “Lenda do Túmulo da Cigana - A santa predileta dos humildes” e foram estabelecidas por muitos anos, tendo como pano de fundo a exploração aurífera. (TEIXEIRA, 2011, p.1).

A partir do final do século XIX diversos locais de exploração aurífera destacaram-se no município, com a atuação das seguintes empresas: Gold Mining Company, Engenho dos Irmãos Cardoso, Companie de Mines D’Or Du Cerrito, Companhia Lopes e Tallouard, Brazilian Goldfields Limited, Usina São João, Itaóca (Família Chiappetta), Os Garimpeiros, Cia. Mineração do Ouro Butiá Ltda. – Companhia do Ouro Butiá Lavrense, Engenho Comunal Lavrense e Engenho Paredão. (FORMAÇÃO..., 2011).

As perspectivas favoráveis de que este município terá novas alternativas socioprodutivas na mineração está de acordo com a reportagem lançada pelo jornal Diário de Santa Maria, em março de 2010, quando fala sobre a mineração, principalmente, a extração de ouro e cobre por parte de empresas multinacionais nos municípios de Caçapava do Sul e Lavras do Sul.

Segundo as informações contidas na Revista LavrasRural do Sindicato Rural de Lavras do Sul (2010) a empresa Amarillo Gold, do Canadá, é responsável por uma

das pesquisas mais adiantadas sobre a exploração de ouro em Lavras do Sul e que o Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) identifica como uma das áreas em prospecção de uma reserva comprovada de 12 toneladas de ouro. O objetivo é tornar elevado o depósito em pelo menos 20 toneladas, possibilitando a abertura de uma mina.

A prospecção por áreas para extração de ouro, zinco e cobre na região está em alta. Multinacionais e outras grandes empresas estão fazendo estudos em cidades como Caçapava do Sul, Lavras do Sul e São Sepé em busca de reservas que possam ser rentáveis. (DIÁRIO DE SANTA MARIA, 2010 *apud* ESTRUTURA..., 2011, p.1).

No final do ano de 2010, a empresa Ibaré Mineral se fixa no Segundo Distrito do município, Vila do Ibaré, aumentando as expectativas sobre as potencialidades minerais de Lavras do Sul. A fábrica italiana STEINEX fornece a Ibaré os equipamentos e máquinas para processamento mineral, principalmente, a transformação de mármore e granito.

A partir daí, foram pesquisadas alternativas em mineração, em especial a extração de rochas ornamentais, e foi encontrada uma jazida de mármore branco, o que oportuniza um novo mercado a ser explorado. Segundo a Revista do Sindicato Rural de Lavras (2010) já foram identificadas doze reservas de granito, todas em cores diferentes, e outras quatro de mármore, onde se destacam duas variedades de cor esverdeada. “O mármore verde só existe em Lavras, não há ocorrência em nenhum outro lugar do mundo. A comercialização tem valor inicial de 1 mil dólares o metro quadrado. Já o mármore chamado de Nero Martini só é encontrado na Itália e o granito branco, em apenas dois outros locais do Brasil” (Mauro Martini da Empresa Ibaré Gold, entrevistado pela Revista Lavras Rural, nov./2010)

A pecuária

Lavras do Sul sempre foi detentora do título de possuir uma alta qualidade dos rebanhos animais, índices de produtividade elevados na produção de terneiros de corte (ver Anexo F, p.214-9), sendo que a pecuária ocupava 80% da sua economia até pouco tempo atrás. Atualmente, segundo informações da Revista do Sindicato Rural de Lavras do Sul (2010), possui produtores de terneiros, que proporcionam touros e inseminação aos pequenos produtores para que seja incrementada a produtividade em seus rebanhos. Além disso, o município tem mostrado a sua preocupação na

conservação das pastagens naturais do Bioma Pampa. A utilização de um selo de origem e procedência da carne do Pampa¹⁰ (local onde o gado é criado e abatido), seguido por um selo de sustentabilidade ambiental (criados e alimentados com pastagens nativas, sem ração e sem confinamento), onde muitos produtores de Lavras do Sul fornecem o produto-carne para o comércio, ganham espaço diferenciado no mercado local, nacional e mundial.

As lavouras

Além da produção de arroz e soja, as lavouras de trigo e milho cresceram no município. A justificativa deve-se ao investimento em tecnologia, maior intercâmbio entre produtores e aumento da área plantada a cada safra. De acordo com IBGE (2009), a produção de arroz é de 18.600 toneladas, em 3.100ha, o que resulta em 6.000k/ha, e de soja, 17.850 toneladas, em 8.500ha, o que resulta em 2.100k/ha. As lavouras de milho atingem 3.528 toneladas, em 2.500 há, o que produz 1.260k/ha, já o trigo, chega a marca de 1.280 toneladas, em 600 ha, produzindo 2.100k/ha.

A fruticultura

Além dessas culturas, surge a fruticultura como uma estratégia para o desenvolvimento socioeconômico do município. O fomento ao cultivo de frutas, em especial o figo e o pêssego, teve impulso pela plantação de mais de 40 mil mudas de frutíferas pela administração municipal em 2009, segundo a revista do Sindicato Rural de Lavras do Sul (2009). O figo produz 42 toneladas da fruta, em 40 ha; já o pêssego, alcança o número de 99 toneladas produzidas em 14 ha (IBGE, 2009).

¹⁰ O projeto de Carne Certificada Pampa da Associação Brasileira de Hereford e Braford, lançado no ano 2000, abriu as portas para diversos programas de certificação de carne de qualidade no Brasil. O projeto busca garantir ao consumidor uma carne saudável, macia e de sabor e suculência inigualáveis, ao mesmo tempo que visa aumentar a remuneração a ser obtida pelo produtor deste produto de padrão internacional, aproveitando a qualidade de carne produzida pela genética das raças Hereford e Braford, o Brasil e a procura crescente do mercado por esta carne de maciez e sabor insuperáveis. O Projeto da Carne Certificada Pampa está em franca expansão operando com a rede Zaffari, rede Carrefour, Frigorífico Silva e Frigorífico Marfrig trazendo mais pontos para aquisição da saborosa carne proveniente de animais das raças Hereford e Braford (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE HEREFORD E BRAFORD, 2006, p.1)

A apicultura

Outra opção socioprodutiva é a produção de mel. Em 1999, foi criada a Casa do Mel, que congrega a Associação de Apicultores, onde 25 associados produzem 18.284 toneladas de mel por ano (IBGE, 2009). Como forma de empreendimento, os integrantes da associação buscam financiamento junto ao Desenvolvimento Regional Sustentável (DRS) para atingir a meta de produção anual de 90 toneladas.

A vitivinicultura

Esta é uma alternativa que pode servir de fonte de incremento de renda para os produtores rurais, uma vez que o solo e clima são propícios para produção de uvas de qualidade. Há uma produção de 26 toneladas, investidas em apenas 3 há. Um exemplo dessa produção está no 1º Distrito de Tabuleiro, de Lavras do Sul, onde há produção de uvas e a comercialização de vinho engarrafado.

As agroindústrias familiares

Com recursos do Pronaf, surge uma agroindústria de doces SABOR DA TERRA com todos os equipamentos necessários para o seu funcionamento. A implantação visa dar amplitude ao Projeto de Fruticultura e a utilização de hortifrutigranjeiros, como matéria-prima para o processamento industrial.

O turismo rural

O município além de apresentar ações de turismo histórico em função da arquitetura histórica (ver Anexo A, p. 201-2), imigração européia, e única cidade a formar-se através da mineração aurífera, também busca atividades que envolvem o turismo de eventos e o turismo de negócios, através de atividades ligadas às lavouras, as exposições e remates de animais realizados pelo Sindicato Rural. Ainda, há o turismo religioso, ligado as festividades de Santo Antonio, padroeiro da cidade. Aliada a estas ações, Lavras do Sul é atração por possuir uma prainha (Paredão)(Ver figura 5) e um carnaval de rua, que envolve a comunidade e muitos participantes de outras regiões do Estado do Rio Grande do Sul. Mas, são nas atividades ligadas ao turismo rural, que o município se destaca pelo fato de possuir hotéis fazenda, como o Santo Antonio do Estreito e São Miguel Arcanjo, com infra-estrutura para reviver as rotinas do campo (as lidas), além de proporcionar o conhecimento por meio dos cultivos agrícolas e apreciar a riqueza dos recursos naturais da região, a visita aos vinhedos Nossa

Senhora da Conceição, o desenvolvimento de trabalhos rurais com lã ovina, resultando num artesanato diferenciado realizado nas propriedades rurais locais.

Segundo a revista *LavrasRural* do Sindicato Rural de Lavras do Sul (2010), a construção de duas barragens que pertencem ao Estado, a Jaguari, a 52 km do Rio Santa Maria, no arroio do mesmo nome, com área inundada de 1350 hectares, com capacidade de reservatório de 155 mil metros cúbicos de água, vai proporcionar o desenvolvimento à agricultura irrigada (arroz, fruticultura e olericultura) e .além disso, a exploração do turismo de esportes, através de práticas náuticas, pesca e turismo de aventura.



Figura 5 - manancial de águas do município, a Praia do Paredão
Fonte: A autora, fevereiro, 2012.

1.1.2 Breve história de Lavras do Sul

O município originou-se de um acampamento mineiro instalado às margens do Rio Camaquã para exploração das pepitas de ouro depositadas no leito do rio. Antes disso, no entanto, há registros, de que o ouro do território onde hoje é o município, foi explorado por portugueses e espanhóis.

De acordo com dados históricos, o território do município pertenceu inicialmente aos municípios de Rio Grande e de Rio Pardo quando a Província de São

Pedro possuía apenas quatro municípios (Santo Antônio da Patrulha, Rio Grande, Rio Pardo e Porto Alegre), depois fez parte do território de Nossa Senhora da Conceição da Cachoeira, com o passar do tempo passou a pertencer ao território de Caçapava e, finalmente, em 9 de maio de 1882 passou a categoria de Vila com o nome de Santo Antônio das Lavras, formada por territórios dos municípios de Caçapava do Sul e Bagé. Em 1938, passa à categoria de cidade com o nome de Lavras do Sul.

Conta a história de Lavras do Sul que as disputas pelas terras conquistadas por Portugal e Espanha originaram tratados de limites como os de Madri e de Santo Ildefonso que tiveram suas linhas determinadas em documentos e posteriormente demarcadas, pois a linha do Tratado de Santo Ildefonso faz uma curva sobre o território de Lavras do Sul. Sobre o distrito aurífero, e as linhas dos dois tratados unem-se justamente sobre o território do município de Lavras do Sul, formando um vértice histórico.

Além disso, há apontamentos históricos, que Lavras do Sul foi pioneira na instalação da Abolição da Escravatura através da Lei Áurea, pois um dos personagens principais em torno deste fato, o Visconde de Serro Formoso, era morador do município e realizou a seguinte atitude histórica:

O Visconde do Serro Formoso, Francisco Pereira de Macedo, em 1865, recebeu o Imperador Dom Pedro II e sua comitiva que rumavam para Uruguaiana por ocasião da Guerra do Paraguai, em sua fazenda com uma banda composta por 60 escravos que tocaram o Hino Nacional Brasileiro. O Imperador que ia verificar a movimentação das tropas foi surpreendido pelo ato do cidadão lavrense que alforriou 50 de seus escravos para que fizessem parte do Exército Nacional, bem como quatro de seus filhos engajaram-se às tropas, forneceu ainda uma boa quantidade de cavalos crioulos para que servissem de montaria à tropa, por conta de que, recebeu do imperador o título de Barão, e depois, Visconde de Serro Formoso. Foi pioneiro, o Visconde de Serro Formoso, na libertação de seus escravos tendo alforriado a todos em 1884, quatro anos antes da Abolição da Escravatura (ORIGEM..., 2011, p.1).

A mineração é uma atividade econômica que colaborou na construção histórica de Lavras do Sul. Nos primeiros vinte anos do século, se instalaram os primeiros engenheiros, advindo os primeiros núcleos, dentro dos objetivos de exploração do subsolo.

Continuavam os trabalhos de mineração, cresciam as esperanças nos campos e começam as notícias do engajamento das convicções religiosas, surgindo o primeiro templo, em 1846. Marcante na época, o templo religioso passou a ser o centro de gravitação, pois além das religiosas, as atividades políticas do lugar ocorriam em seu interior. Na metade do século surge a necessidade de uma

administração para o povoado Santo Antônio das Lavras. A diversificação dos estrangeiros na operação de garimpo causa desordens, porquanto aventureiros das galés portuguesas e espanholas, eram enviados por seus governos às "selvas americanas", visando aliviar as suas prisões. Em 1950 instala-se a Primeira Câmara, ilegalmente constituída mas rigorosamente obedecida. Era uma trindade que representava a ordem constitucional de então. A freguesia de Santo Antônio das Lavras era dirigida por um Intendente, a quem cabia a superintendência dos negócios públicos, um Juiz de Paz, que legalizava os atos públicos e um Delegado de Polícia, a quem correspondia a ordem pública. Encerrada a Guerra do Paraguai, a mineração toma grande impulso com a chegada de uma companhia inglesa (Gold Mining Company) formada de capital privado. O povoado experimentou grande progresso, destacando-se a direção da referida empresa, exercida pelo engenheiro de minas William Chalmer, que trouxe junto consigo grande número de artífices (pedreiros, carpinteiros, padeiros, etc.). A sede de Gold Mining, construída em 1872 ainda existe, mesmo mutilada pelo tempo, mas significa um marco histórico ao áureo povoado que na época experimentou franco progresso. (IBGE, 2010, p.1)

Sobre a formação histórica de Lavras do Sul, sabe-se que no fim do século XVIII havia garipagem na região. A tradição oral conta que nos primórdios da mineração foi descoberta uma grande pepita de ouro com o formato da imagem de Santo Antonio, num remanso do Arroio Camaquã, que hoje banha a cidade. Por esse motivo, diz a lenda que a garipagem recebeu o nome de Santo Antonio das Lavras, ficando como padroeiro da localidade o milagroso santo. (Ver figura 6). Em 1796, ocorreu a primeira descoberta de ouro em Lavras, dando origem ao início da colonização do município e a exploração da mineração aurífera.



Figura 6 - Santo Antônio das Lavras, padroeiro do município e Igreja Matriz de mesma identificação
Fonte: A autora, fevereiro, 2012.

Por situar-se na área de abrangência do Planalto Uruguaio-Sul-Riograndense, Lavras teve originalmente influência açoriana. Mas, com sua proximidade com a Argentina e o Uruguai, a influência do espanhol e de elementos da região da Prata são fatores determinantes para o surgimento de uma articulação própria de linguagem e de um sotaque típico.

Quanto à importância da agricultura lavrense é possível dizer que possuem amplo espaço e potencial para o desenvolvimento. Os bovinos e ovinos produzidos em Lavras do Sul formam um dos dez maiores rebanhos do Estado, segundo o sítio do Sindicato Rural de Lavras do Sul. O município desenvolve a criação extensiva de gado para produção de carne, couro e lã. (SINDICATO RURAL DE LAVRAS DO SUL, 2011).

Segundo a revista *LavrasRural* (2009) do Sindicato Rural de Lavras do Sul confirma que há mais de três décadas os pecuaristas buscaram melhorias para sua produção, encontrando sua vocação: produzir terneiros de alto padrão, usando raças britânicas como Hereford e Angus e seus sintéticos, Braford e Brangus, o que a tornou um berço de genética de corte, um município competitivo na área pecuária. Segundo, os dados o IBGE (2009), o município possui 179.783 ha de área de estabelecimentos agropecuários, que somam 882 unidades agropecuárias.

Através do engajamento coletivo e constante inovações e experimentações científicas, somadas a vontade de comprovar que as terras lavrenses são propícias tanto para pecuária quanto para as lavouras, os produtores rurais têm buscado modernizar suas atividades, mostrando que mesmo ao uso de tecnologias mais avançadas e técnicas de manejo, o bom estado de conservação do Bioma Pampa estende-se pelos campos do município. (Ver figura 7)

O pássaro, o Veste-amarela, espécie que corre risco de extinção é um indicador de um ambiente campestre conservado. Ele mora e se reproduz nos banhados e cursos de água onde tem caraguatás e se alimenta nas áreas de pastagem nativa e pastagem nativa melhorada. Assim como outras espécies, ele está presente onde a produção respeita o meio ambiente. (SINDICATO RURAL DE LAVRAS DO SUL, 2009, p.53).

Destacam-se, ainda, microempresas do setor da agroindústria familiar como a Tecelagem Lavrense, especializada na produção de peças de vestuário a base de lã de ovelha, a Fazenda Taboleiro das Lavras e a agroindústria Sabor da Terra, que produz doces artesanais e café campeiro.

Diante dessas informações, é possível perceber que a organização sócio-produtiva de Lavras do Sul está vinculada às atividades do passado, como a mineração e a pecuária, que lhe renderam destaque tanto no cenário econômico no Estado como no país. Entretanto, mesmo com a não aptidão para a industrialização, bem como a inexistência de uma rota turística que privilegiasse a sua localização como caminho de passagem a outros locais da região, além de uma diminuição na população rural, o município denotou vocação socioeconômica para agricultura.

Por outro lado, novas potencialidades surgiram desta estagnação aparente. Assim, há uma necessidade de aprofundar os estudos que identifique no rural deste município, localizado no território Alto Camaquã, os processos de reorganização territorial basicamente de uma economia de base agrícola, solidificada na comercialização de bovinos e ovinos para o abate e seus subprodutos, a qual após

atravessar um período de estagnação, mostra sinais de revitalização, e ainda, o surgimento de novas dinâmicas territoriais, voltadas para a sustentabilidade dos processos de desenvolvimento, e o que tem provocado importantes transformações no espaço rural do município.



Figura 7 - Campos apropriados para pecuária
Fonte: A autora, fevereiro, 2012.

2 DISCUSSÃO SOBRE A NOÇÃO DE RURALIDADE E DESENVOLVIMENTO

A noção de rural e ruralidade foi por muito tempo e na visão de muitos estudiosos, atrelada à ideia de atraso, retrocesso, desinformação e alienação, não só no Brasil e na América Latina, como também em países desenvolvidos e com tradição de base rural. Faz-se necessário aprofundar-se sobre este conceito, inicialmente, visto que é referência para pressupostos do desenvolvimento e, conseqüentemente, da sustentabilidade de um território. Além disso, sua definição, na maioria dos casos, se deu por estabelecimento de critérios setoriais e quase, nunca, pela perspectiva territorial. Segundo Abramovay (2000a),

Ruralidade é um conceito de natureza territorial e não-setorial e o mesmo se aplica à noção de urbano. As cidades não são definidas pela indústria nem o campo pela agricultura. A implicação é que em vez de uma definição setorial em áreas rurais, é necessária uma definição espacial. O desenvolvimento rural é um conceito espacial e multissetorial. E a agricultura é parte dele. (ABRAMOVAY, 2000a, p.6).

Conforme os estudos de Abramovay (2000a) há formas pré-estabelecidas de delimitar essa ruralidade. Uma delas é administrativamente, sendo utilizada no Brasil, e na América Latina, o rural sendo definido pelos poderes públicos municipais, onde as conseqüências fiscais acabam sendo mais importantes que os aspectos geográficos, sociais, econômicos ou culturais. Se, há extensão de serviços públicos a um aglomerado populacional, dezenas e centenas de domicílios são definidos como urbanos; o rural, então, é definido pela carência desses serviços.

Outra forma, quanto ao peso econômico direcionado à ocupação de mão-de-obra da agricultura, como sendo um dos principais critérios para a definição de ruralidade. Este critério aboliria o espaço rural dos países desenvolvidos e faria com que seu peso fosse fortemente declinante nas nações em desenvolvimento. E o último critério, é referente a um patamar populacional, isto é, será considerada rural uma localidade que estiver abaixo de um índice populacional estabelecido pelo país. Em

alguns países como Espanha, Portugal, Itália e Grécia são rurais os que se reúnem em 10 mil habitantes e estão distante dos centros metropolitanos. Na França, são rurais com população inferior a dois mil habitantes.

Os inconvenientes na utilização dessas delimitações estão nos limites internacionais arbitrários, correspondentes a tradições histórico-institucionais e não a situação geográfica; comparações internacionais estão comprometidas por que os parâmetros são diferenciados para cada país; o patamar populacional, por exemplo, não permite uma abordagem regional da ruralidade, pois não se tem instrumentos estatísticos que permitam perceber o contexto socioprodutivo e as dinâmicas de organização espacial e suas relações com o rural.

Na visão de Galston e Baehler (1995, *apud* ABRAMOVAY, 2000a) a ruralidade supõe o contato mais imediato dos habitantes locais com o meio natural do que nos centros urbanos. Por exemplo, os franceses entendem que o campo é mais uma paisagem que um local de produção. Na Europa como um todo, é visto cada vez menos como espaço fundamentalmente produtivo, mas é nele que as funções de oferta de produtos agrícolas são sensíveis a pressão para que estas atividades convivam com a manutenção de valores naturais, onde é atribuída uma importância social crescente às práticas que associam a qualidade dos produtos com agregação de valor e atribuição de novos papéis e funções ao rural e ao agrícola.

Diante dessas reflexões, Abramovay (2000a) defende que as regiões que conseguem incorporar as condições ambientais como um trunfo para o desenvolvimento e não como um limite a ser transposto para o sucesso de empreendimentos econômicos, alcançando formas mais sustentáveis de geração de renda, então, aí, se cria uma relação duradoura entre a ruralidade e o desenvolvimento.

Segundo os apontamentos de Abramovay (2000a), na França, há duas lógicas socioeconômicas que opõem o espaço produtor e o espaço consumido. É incerto o equilíbrio entre as funções produtivas clássicas dos campos (agrícolas, industriais), que entretém o mundo rural em sua lógica de oferta e das novas funções dos espaços rurais (residenciais, recreativas ou de lazer, ambientais, etc.) ao contribuir para transformá-los em espaços que se vem consumir. Mas, é cada vez menor a legitimidade dos usos dos espaços rurais que justificam, exclusivamente, suas funções de oferta agrícola ou mesmo industrial. Para o autor,

À medida que a noção de ruralidade incorpora o meio natural como um valor a ser preservado e não como um obstáculo que o progresso agrícola deve fatalmente remover vão ganhando força as políticas e as práticas produtivas voltadas para a exploração sustentável da biodiversidade. (ABRAMOVAY, 2000a, p.9).

Ortega (1996 *apud* ABRAMOVAY, 2000a), diz que está se perfilando nas transformações sociais uma redefinição do rural, no sentido de compreender este espaço da sociedade como a vinculação com os recursos naturais, o manejo dos mesmos e, concretamente, a vinculação da sociedade com a própria natureza.

Enquanto isso, a Foundation Alimentation Organization (FAO/SDA) (1998, p.3) entende as áreas rurais “como as pessoas, a terra, e outros recursos localizados em campo aberto e pequenas cidades fora da influência direta das grandes cidades”. Na definição europeia o mundo rural abarca aquelas regiões ou zonas com atividades diversas e dentro destas regiões, os espaços naturais e cultivados, os povoados e aldeias, pequenas cidades e centros regionais, assim como, as zonas rurais industrializadas. E ainda, associa a palavra latina *rus*, apresentando o seu significado: espaço aberto (ABRAMOVAY, 2000a).

Outro aspecto revelado pela definição da ruralidade, além da relação da natureza é a relação com outros seres humanos, no trabalho de Galston e Baehler (1995, *apud* ABRAMOVAY, 2000a) em que

[...] os indivíduos e as famílias conhecem-se intimamente, assistem-se em tempos de necessidade e confiam uns nos outros para cooperar na busca de objetivos que não podem ser atingidos por meio de um esforço solitário [...] ou seja, o contrário é a imagem da vida urbana como anômica, violentamente competitiva e desprovida do impulso sentido da ajuda mútua. Há um aspecto forte ideológico na associação entre o mundo rural e a sociedade do interconhecimento. (ABRAMOVAY, 2000a, p. 10).

Comunga de reflexão semelhante Castells (1997), quando fala das identidades territoriais, onde as pessoas socializam-se e interagem em seu ambiente local, seja no povoado, na cidade ou no subúrbio, e constroem redes entre seus vizinhos.

As pessoas resistem ao processo de individualização e atomização sociais e tendem a se agrupar (os clusters) em organizações de comunidade que com o passar do tempo geram um sentimento de belonging, e em muitos casos, de uma identidade comunal, cultural (ABRAMOVAY, 2000a, p.10-1).

A respeito desse sentimento de identidade cultural, a pesquisa de Hervieu e Viard (1996, *apud* BECKER; WITTMANN, 2008) vem a contribuir com essa idéia, pois

mostra que para os franceses as palavras progresso, trabalho, medo e solidão evocam as cidades. E, os termos beleza, igualdade, saúde, aposentadoria e tranqüilidade associam-se ao meio rural. Os franceses consideram também as relações mais humanas entre as pessoas no campo.

Na França o deslocamento diário entre domicílio rural e local de trabalho urbano atingem 2 milhões de trabalhadores nas comunas periurbanas e 750 mil nos espaços predominantemente rurais; nos EUA 3/4 dos condados não metropolitanos 35% dos habitantes saem diariamente do local onde moram para trabalhar em outros lugares. Assim, a mobilidade populacional é intensa entre o rural e o urbano.

Há dois aspectos que importam na sociedade contemporânea: oposição aos transtornos e a insegurança da vida urbana e metropolitana para áreas não densamente povoadas; menor sentimento de solidão trazido pelo anonimato da vida metropolitana, onde tudo isso pode ser encontrado na área rural. Estes são valores que devem se transformar em fontes de desenvolvimento e geração de renda, mas estará na dependência de organização dos habitantes e das instituições rurais em aproveitarem oportunidades como maneira de atender necessidades da sociedade.

Na opinião de Abramovay (2000a) “o continuum rural-urbano significa que não existem diferenças fundamentais nos modos de vida, na organização social e na cultura, determinadas por sua vinculação espacial” (ABRAMOVAY, 2000a, p.15). O que realmente importa é o meio rural possui um potencial que a sociedade em geral pouco conhece e pouco valoriza.

Portanto, entende-se que o espaço rural e as diversas expressões da ruralidade podem representar novas configurações territoriais do desenvolvimento. Essa concepção é reforçada a partir da construção de relações entre a agricultura e o território que a abriga; da proposição de estratégias diferenciadas, mediante a consolidação de práticas agrícolas tradicionais combinadas com novas atividades socioprodutivas; e por fim, do estabelecimento de formas de manejo dos recursos naturais com base na sustentabilidade.

2.1 Do mito do desenvolvimento a tentativa de conceituação

Todo grupo social traz a vontade de querer o “progresso” e maneiras de melhorar as condições de vida da população. Mas, este “progresso” é muitas vezes confundido com o desenvolvimento. Assim, o desenvolvimento pode ser entendido a

partir de uma visão clássica, baseada numa concepção capitalista e uma visão moderna, baseada na concepção ambientalista e suas relações com a sociedade.

Diante dessas visões, o mundo capitalista apresenta-se com um discurso neoliberal da sustentabilidade, buscando mostrar que haverá um desaparecimento da contradição ambiente e crescimento, através dos mecanismos de mercado, aonde serão internalizadas as condições ecológicas e valores ambientais. Nesse caso, os custos ambientais do desenvolvimento podem ser valorados economicamente.

Já numa visão moderna é possível que a sustentabilidade seja praticada no capitalismo, onde seja considerado o desenvolvimento sustentável como um processo contínuo de melhoria das condições de vida para população, enquanto seja minimizado o uso dos recursos naturais, causando o mínimo de distúrbios ou desequilíbrios nos ecossistemas. Mas, independente dessas visões é possível concordar com o autor: “O desenvolvimento é uma noção universalmente desejada”, afirma Gilberto Montibeller-Filho (2008, p.59).

Entender o desenvolvimento é um exercício árduo. Há um sentimento instalado em seu cerne pela sociedade, que o faz por muitas vezes assumir uma postura definitiva. Mas, o desenvolvimento deve ser flexível e o seu conceito não é tão simples assim. Há muitas reflexões a cerca desta temática, onde esse processo pode ser entendido através da identificação de três tipos básicos de desenvolvimento, segundo Furtado (1974).

O primeiro tipo trata o desenvolvimento como sinônimo de crescimento econômico, onde procura simplificar a forma de medir o desenvolvimento, utilizando-se do PIB, um indicador considerado, pois embora esteja voltado para mensuração econômica está correlacionado também com outros indicadores de qualidade de vida.

O segundo tipo afirma que o desenvolvimento não passa de uma ilusão, crença, mito ou manipulação ideológica. O desenvolvimento sustentável ficaria isento dessa discussão, e não passaria de uma nova denominação ao desenvolvimento original.

Já o terceiro tipo é mais complexo, é um desafio para pensadores menos conformistas e tenta explicar que o desenvolvimento não tem nada de quimérico e não está atrelado somente ao crescimento econômico.

A partir disso, é necessário discutir a idéia da associação que tem permanecido ao longo do tempo, de maneira insistente, entre o desenvolvimento e o crescimento econômico, pois a idéia de desenvolvimento econômico é um simples mito. Para Celso

Furtado (1974, p.29) “os mitos têm exercido uma inegável influência sobre a mente dos homens que se empenham em compreender a realidade social”. O mito congrega uma série de hipóteses que não podem ser testadas. A função do mito é orientar a construção daquilo que o grande economista Joseph Schumpeter chamou de visão do processo social, no qual o trabalho analítico não teria sentido. O mito ilumina o campo de percepção do cientista social, tendo a visão clara de certos problemas e nada a ver de outros, proporcionando-lhe um conforto intelectual.

Mas, o que tem ocorrido nos dias de hoje é o atendimento a uma visão “de desenvolvimento à serviço da ocidentalização do mundo, à exploração capitalista em escala mundial, à destruição da etnodiversidade em nome de uma pasteurização cultural” (SOUZA, 1996, p.7).

No entanto, uma das posições mais equilibradas e atuais é a de Castoriadis, citado por Souza (1996), como o personagem que desfez o mito do desenvolvimento, onde ele reconhece tanto as dimensões negativas do desenvolvimento (degradação ambiental, etnocídio, exploração do homem pelo homem) quanto às positivas (onde se incluem as potencialidades emancipatórias dos grupos sociais, das culturas e dos territórios).

Ainda assim, muitos autores questionam o que seria o desenvolvimento fora do âmbito do desenvolvimento capitalista e justificam que não se pode definir o conteúdo da ideia de desenvolvimento restringindo o escopo de dimensões do mesmo. Como afirma Souza (1996),

A definição de desenvolvimento não tem centralização na autonomia (que é um princípio ético e político), mas ela propicia uma base de respeito ao direito de cada coletividade de estabelecer, segundo as suas particularidades de cultura, o conteúdo concreto (sempre mutável) do desenvolvimento: as prioridades, os meios, as estratégias (SOUZA, 1996, p.9-10).

Entretanto, a maioria dos modelos de desenvolvimento supõe que o crescimento econômico gera efeitos benéficos para todas as camadas da população, no mínimo, através do que se denomina de efeito vazamento do crescimento. Um dos requisitos para o enfrentamento da pobreza em uma conjuntura de crescimento econômico, torna-se o único e suficiente objetivo a ser perseguido. O fato é que o crescimento econômico não é suficiente para enfrentar a desigualdade e a pobreza, isso vem sendo confirmado por pesquisas, por correlações estatísticas, e, principalmente, pela realidade social em muitos países.

De um lado, revelam não ser possível estabelecer um claro impacto positivo do crescimento econômico no grau de equidade social. De outro lado, tais correlações deixam evidente que há uma ligação inversa entre a distribuição inicial de ativos e de renda e a natureza e amplitude do crescimento subsequente, isto é, quanto maior a desigualdade inicial, menores os ganhos para os pobres com o crescimento econômico. A redução da pobreza absoluta depende da distribuição da renda manter-se de forma menos constante.

Bruno *et al.* (1996 *apud* MALUF, 2000) afirmam que:

Não é correto afirmar que o crescimento econômico beneficia os mais pobres ou que nenhum pobre perde com reformas pró-crescimento. Há outros fatores que determinam a incidência da pobreza, a maioria localizados em âmbito nacional, entre os quais se destacam o grau de iniquidade existente em cada país (BRUNO *et al.*, 1996 *apud* MALUF, 2000, p.3).

Mesmo detectada a desigualdade e a pobreza é preciso acrescentar a condição absoluta em que vivem os que são considerados pobres, a desigualdade, mesmo que crescente, pode ocultar a melhoria nas condições absolutas dos pobres, ou ainda, pode-se ter a combinação de desigualdade crescente com deteriorização absoluta das condições dos mais pobres.

Dessa forma, é possível entender que somente o crescimento econômico não basta, embora possa ajudar em algumas condições, a equidade social pode ser mensurada, nem sua concepção se esgota na renda monetária.

O que é possível compreender é que há uma nova leitura do desenvolvimento, que está ligado a modernidade. De acordo com Maluf (2000):

A raiz profunda entre desenvolvimento e modernidade evidencia-se nas promessas de rupturas, e profundas transformações, que ambas as noções carregam: a primeira (desenvolvimento) constituindo-se numa das materializações possíveis da segunda (modernidade) com a ideia de progresso, conferindo um sentido positivo a ambas (MALUF, 2000, p. 8).

Sendo assim, é possível inferir que desenvolver envolve uma intenção de superação ao implementar mudanças qualitativas que teriam a liberdade como a finalidade do desenvolvimento. Pois, Cowen e Shenton, (1996 *apud* MALUF, 2000, p.10) propõem “o desenvolvimento livre em lugar de doutrinas de desenvolvimento”.

Mas, segundo Maluf (2000) há no conceito de desenvolvimento duas ideias muito presentes que precisam ser abordadas: a melhoria e o processo.

É o processo sustentável da melhoria da qualidade de vida de uma sociedade, com os fins e os meios definidos pela própria sociedade que está buscando ou vivenciando este processo.[...] Há observações adicionais de esclarecimento necessárias: a diferenciação entre grupos sociais e mesmo entre indivíduos em se tratando da melhoria da qualidade de vida, sem se iludir com a solução fácil e enganosa de falar em melhoria da qualidade média de vida.[...] Outro aspecto refere-se às visões sobre o que seja a qualidade de vida em termos de capacidade também desigual de concretizar tal objetivo, não fica definido por quem e para quem, deixam uma formulação implícita na sua natureza como elementos de tensão e objetos de política. (MALUF, 2000, p.11).

Desta forma o desenvolvimento busca a qualidade de vida, conforme Maluf (2000), só que esta busca não está presa a um padrão ou a um modelo de vida. Segundo ele “o respeito à diversidade das formas de materialização da qualidade de vida deve ser perpassado por uma ótica fundada na noção de direitos humanos universais que o qualifica e o delimita, não abordado neste ponto de vista” (MALUF, 2000, p.11).

Também é preciso levar em conta que diante da diversidade das formas de se confrontar a busca de critérios gerais para qualificar o desenvolvimento econômico dos países, há uma inadequada conceituação de países desenvolvidos versus países subdesenvolvidos. Assim, Maluf (2000) recomenda que essa perspectiva tradicional deve ser abandonada, quando se quer adotar estratégias de emparelhamento, e deve sim, valorizar os ambientes distintos e peculiares resultantes de fatores culturais e institucionais, históricos, entre outros.

Na concepção de Maluf (2000), o qualificativo: “países em desenvolvimento” (os industrializados até os integrantes do Terceiro Mundo) é uma expressão redundante e enganosa ao ser aplicada em países de baixa renda, substituindo a desesperança associada ao termo subdesenvolvido. Pois, se não há melhoria na qualidade de vida não há desenvolvimento econômico. Assim, estabelecem-se os conflitos no interior dos países ou entre países.

No entanto, é possível e mesmo desejável, que a busca da melhoria da qualidade de vida inclua estratégias de desenvolvimento econômica definidas e implementadas em nível local ou regional, as quais favoreçam a participação das comunidades envolvidas. Conforme Maluf (2000) a noção de diversidade é a idéia mais “penetrante” nos debates sobre desenvolvimento.

A diversidade de situações como expressão de desigualdade com sentido quantitativo é a dimensão tradicional realçada nas análises sobre os processos de desenvolvimento. Expressa uma característica intrínseca de desenvolvimento capitalista que dá lugar aos processos de diferenciação entre

agentes econômicos, entre regiões e entre países. O sentido quantitativo da desigualdade fica evidente quando é feita a comparação entre os que têm mais e os que têm menos, que carregam implicitamente, uma expectativa de convergência. Esse é o caso das demandas para diminuir a distância entre ricos e pobres, por superar o atraso, por emparelhar-se aos desenvolvidos. Atraso e subdesenvolvimento são categorias que supõem a possibilidade ou a pretensão de convergir a uma condição julgada superior, segundo critérios quantitativos, mesmo que esta condição superior comporte elementos qualitativamente distintos em termos de qualidade de vida, padrão tecnológico, etc. A referida convergência dos que tem menos com os que têm mais são alvo da crítica da subordinação dos objetivos do desenvolvimento aos valores predominantes nas sociedades ocidentais industrializadas e com nível de renda elevado, resultando na adoção de estratégias tendentes a reproduzir os modelos econômicos e sociais daquelas sociedades. Rejeitar a perspectiva da homogeneização não implica em desconhecer a criação de espaços desiguais e a permanente geração de pobreza, os quais são fenômenos de expressão de injustiça social. (MALUF, 2000, p.13).

Entretanto, a desigualdade também tem um significado qualitativo, quando é estigmatizada como “diferente”, e não só encerra em seu conceito o quantitativo, no caso, ter menos ou ser insuficiente. E nessa idéia da desigualdade é que também reside o conceito de diversidade, seja, a diversidade cultural (quando intervêm nos processos econômicos e sociais de cada povo), seja a diversidade humana (quando coloca em prática a equidade social), ou mesmo, a diversidade natural (quando faz a distribuição desigual entre os países dos recursos naturais).

Contudo, a concepção de Furtado (1974) traz a idéia de que o desenvolvimento está no cerne da visão de mundo que prevalece nessa época. Nela se funda o processo de invenção cultural que permite ver o homem como um agente transformador do mundo. O desenvolvimento deve ser compreendido como processo de transformação da sociedade não só em relação aos meios, mas também aos fins.

É certo que o crescimento é um fator muito importante para o desenvolvimento. Mas o crescimento é quantitativo e o desenvolvimento é qualitativo. Eles estão intimamente ligados, mas eles não são sinônimos.

De fato, para melhor entender a questão do desenvolvimento Furtado (1974) recomenda às denominações realizadas por Ignacy Sachs, quando faz uma distinção entre desenvolvimento e crescimento. Ele critica as duas visões quando renuncia a ideia de desenvolvimento ligado ao fato de funcionar como “armadilha ideológica” para perpetuar as relações entre minorias dominantes e as maiorias dominadas nos países e entre países.

Por outro lado, Sachs (1995) apresenta a abordagem dos fundamentalistas do mercado que consideram o desenvolvimento como algo redundante. Para eles, o

desenvolvimento viria como decorrência natural do crescimento econômico, o que se chama “efeito cascata”. “Essa teoria é inaceitável do ponto de vista ético, pois não funciona na prática” (FURTADO, 1974, p.80)

Ao contrário dos fundamentalistas e dos pós-modernistas, Sachs (1995) está convicto de que o desenvolvimento pode permitir que cada indivíduo revele suas capacidades, seus talentos e sua imaginação na busca da auto-realização e da felicidade, mediante esforços coletivos e individuais, combinação de trabalho autônomo e heterônomo e de tempo gasto em atividades não econômicas. Os aspectos qualitativos são essenciais, maneiras viáveis de produzir meios de vida que não explorem esforços excessivos, empregos mal remunerados, condições insalubres, serviços públicos inadequados e padrões subumanos de moradia.

Dessa forma, o desenvolvimento tem a ver com a possibilidade de as pessoas viverem o tipo de vida que escolheram e com a provisão dos instrumentos e das oportunidades para fazerem as suas escolhas. É uma ideia tanto política quanto econômica. Vai desde a proteção dos direitos humanos até o aprofundamento da democracia. Mas, certamente pobres e marginalizados não influenciam ações políticas de âmbito local e nacional, não tendo acesso equitativo a empregos, escolas, hospitais, etc.

Furtado (1974) esclarece que:

O crescimento econômico que se funda na preservação de privilégios das elites que satisfazem seu afã de modernização; já o desenvolvimento se caracteriza pelo seu projeto social subjacente. Dispor de recursos para investir está longe para preparar um melhor futuro para a massa da população. Mas, quando há um projeto social que prioriza a melhoria das condições de vida da população, o crescimento se metamorfoseia em desenvolvimento (FURTADO, 1974, p.81).

Na concepção de Sen (2007) só há desenvolvimento quando os benefícios do crescimento servem à ampliação das capacidades humanas, entendidas como o conjunto das coisas que as pessoas podem ser, ou fazer na vida. E são quatro as principais: ter uma vida longa e saudável, ser instruídas, ter acesso aos recursos necessários a um nível de vida digno e ser capaz de participar da vida da comunidade. Na ausência dessas, estarão indisponíveis todas as outras possíveis escolhas. As pessoas têm que ser livres para que suas escolhas possam ser exercidas, para que garantam seus direitos e se envolvam nas decisões que afetarão suas vidas. O objetivo básico do desenvolvimento é alargar as liberdades humanas. As pessoas são tanto

beneficiárias desse desenvolvimento como agentes do progresso e da mudança que provocam.

2.2 O desenvolvimento na visão de Amartya Sen

É importante e necessário compreender mais sobre o desenvolvimento e suas correlações. Um dos estudiosos em desenvolvimento é Amartya Sen (2007). Para ele a liberdade é meio e fim para o estabelecimento do desenvolvimento. Ele traça uma constatação entre as ideias e ideais de povos no século atual, mostrando que os conceitos de direito e liberdade fazem parte da retórica e que muitos dos problemas novos, que são apresentados na sociedade ainda convivem com antigas dificuldades.

Vive-se num mundo de privações, tanto em países ricos quanto em países pobres. Atualmente, têm-se fomes coletivas, violação de liberdades políticas e sociais, concentração de rendas pessoais, avanço tecnológico, etc. Mas tudo isso, não passa de uma visão restrita de desenvolvimento, segundo Sen (2007), onde as liberdades individuais não são vistas e consideradas. Para se ter o desenvolvimento se requer a remoção das principais fontes de privação de liberdade: pobreza e tirania; negligência dos serviços públicos, carência de oportunidades econômicas e destituição social.

Por isso, Sen (2007) enfatiza o exercício da liberdade, que deve ser mediado por valores, os quais influenciam as discussões públicas e interações sociais e são influenciadas pelas liberdades de participação.

Sen (2007) afirma que a riqueza é questionada para conceituar o desenvolvimento, pois ela permite que se tenha mais liberdade, já que podemos levar o tipo de vida que se quer e que se pode valorizar. Assim, o contrário disso, faz com que se pense que a pobreza traz a negação de direitos sociais e civis estimulando a incorporar a ideia de que se não há um crescimento econômico, não há desenvolvimento. Além disso, Sen (2007) explica a condição da liberdade para fazer coisas que são valorizadas como importante para conquistar a liberdade global da pessoa e, importante também, por que favorece a oportunidade de a pessoa ter resultados valiosos; a segunda razão é a de que ter mais liberdade melhora o potencial das pessoas para cuidar de si mesmas e para influenciar o mundo, e isso tudo, são questões para o desenvolvimento.

Para isso, Sen (2007) estimula a atuação dos agentes (que são também os atores) de forma que ajam, provocando a mudança, e que suas realizações sejam julgadas pelos seus próprios objetivos e valores.

Amartya Sen (2007) também mostra que a intensidade das necessidades econômicas aumenta e não diminui a urgência das liberdades políticas. Assim, quando os atores provocarem mudanças estará conduzindo-os aos seus direitos políticos e civis básicos: sua importância direta para a vida humana como a capacidade de participação política e social; seu papel instrumental de aumentar o grau em que as pessoas são ouvidas quando expressam e defendem suas reivindicações de atenção política; seu papel construtivo na conceituação de necessidades como a compreensão das necessidades econômicas em um contexto social.

Na visão do autor, aos pobres ao ter que escolher entre ter liberdade política e satisfazer necessidades econômicas, eles escolherão a segunda alternativa. Assim, existe uma contradição entre a prática da democracia e a sua justificativa. A questão de fato é a razão para escolher.

É preciso considerar o impacto da democracia e das liberdades políticas sobre a vida e as capacidades dos cidadãos. Os direitos políticos e civis dão às pessoas às oportunidades de chamar a atenção eficazmente para necessidades gerais e exigir a ação pública apropriada. Por isso, defende a prática dos direitos políticos (votar, criticar, protestar). Assim, a democracia não depende somente das regras e procedimentos adotados, mas de como as oportunidades são usadas pelos cidadãos.

Fidel Valdez Ramos, ex-presidente das Filipinas, em 1988, disse: “[...] o desafio político para os povos de todo o mundo atualmente não é apenas substituir regimes autoritários por democráticos. É, além disso, fazer a democracia funcionar para as pessoas comuns. (SEN, 2000, p.183)

O papel da interação pública deve estar atento na formação de valores e ideias de justiça. E quanto na elaboração de políticas públicas, a atuação da sociedade tem de ser considerada a partir de diferentes perspectivas. A política pública tem o papel não só de implementar as prioridades que emergem de valores e afirmações sociais, como também de facilitar e garantir discussão pública mais ampla sobre as concepções que cada sociedade tem do desenvolvimento. O alcance e a qualidade das discussões abertas podem ser melhorados por várias políticas públicas como liberdade de imprensa e independência dos meios de comunicação (como ausência de censura), expansão da educação básica e escolaridade, aumento da independência econômica,

por meio do emprego, incluindo o emprego feminino e outras mudanças sociais e econômicas que ajudam os indivíduos a ser cidadãos participantes.

É importante considerar que não se precisa exatamente de ter regras para agir, e sim, reconhecer que é relevante que se possa fazer escolhas que se apresentam em nossa vida. Dependendo de terceiros enfraquece nossas iniciativas individuais e nosso respeito próprio. Perde-se motivação, envolvimento e auto-conhecimento. Não existe substituto para responsabilidade individual. As liberdades substantivas que se usam para exercer as responsabilidades são dependentes das circunstâncias pessoais, sociais e ambientais. O adulto sem recursos, a criança sem escola, o trabalhador sem terra, são privados não só de bem-estar, mas do potencial para levar uma vida responsável, pois esta depende de certas liberdades básicas. Responsabilidade requer liberdade.

Sem a liberdade substantiva e a capacidade para realizar alguma coisa, a pessoa não pode ser responsável por fazê-la. Mas a capacidade e a liberdade para fazer alguma coisa impõem a pessoa o dever de refletir sobre fazê-la ou não, e isso traz envolvimento e responsabilidade individual.

Sen (2007) afirma o que entende por desenvolvimento:

Considero a extensão do conjunto de escolhas, ou seja, um aumento do conjunto de alternativas efetivas disponíveis às pessoas, o principal objetivo e critério do desenvolvimento econômico e julgo uma medida principalmente segundo seus efeitos prováveis sobre o conjunto de alternativas disponíveis aos indivíduos. (SEN, 2000, p.328)

Tanto o aspecto do processo quanto das oportunidades, exige que se avance para uma visão além da tradicional do desenvolvimento, que se baseia no crescimento econômico. O papel das capacidades humanas tem uma compreensão mais integral: sua relevância direta para o bem-estar e a liberdade das pessoas; seu papel indireto, influenciando a mudança social; seu papel indireto, influenciando a produção econômica. Sen (2007) considera a liberdade um fator eficaz na geração rápida da mudança.

2.3 O desenvolvimento na visão de Ignacy Sachs

Outro estudioso do desenvolvimento é Ignacy Sachs e considera-se pertinente refletir sobre seus pensamentos. Em seus estudos sobre desenvolvimento, Sachs (1995) alega que há uma crise ambiental totalmente ligada a uma crise social, que se

desencadeia no desemprego, e ainda, no subemprego como conseqüências da busca por esse crescimento-desenvolvimento. Para ele, essa crise além de descapitalizar a natureza, utiliza-se de um crescimento que ele chama de “perverso” ou “mau desenvolvimento”, pois esse crescimento cobra um alto custo social e ecológico para se estabelecer.

Esse entendimento origina-se da reprodução de uma ideia advinda dos países industriais de modelos de desenvolvimento por eles empregados nos países periféricos como forma de resolver o subdesenvolvimento, instalando-se uma homogeneização das sociedades e do mundo. Para Sachs (1995) o que vem acontecendo na atualidade, é denominada de “terceiromundialização” do planeta, emergindo a exclusão social, a segregação espacial e a pobreza endêmica.

Ao defender a sustentabilidade do desenvolvimento, Sachs (1995) vê sob um prisma mais amplo, incorporando a sustentabilidade social, ecológica, econômica e política. E ainda, sob esses aspectos, acrescenta dois critérios: o cultural (é preciso considerar os paradigmas de desenvolvimento que não correspondem à cultura de um determinado grupo ou povo) e o espacial-territorial (é preciso considerar os problemas de distribuição dos homens e das atividades humanas sobre o território).

No pensamento de Sachs (1995) é preciso refletir sobre o modelo de desenvolvimento rural, ancorado no paradigma da modernização da agricultura. Na sua concepção o país padece das conseqüências de uma modernização que implantou em grande escala uma “agricultura sem homens” (substituição da mão de obra pelas máquinas e insumos químicos). Assim, pagou-se um preço para isso: o êxodo rural que criou os refugiados do campo. Pois, para Sachs (1995) eles não são urbanizados. “Urbanizados são aqueles que têm moradia decente, emprego decente, exercício da cidadania e filhos com igualdades de oportunidades.” (SACHS, 1995, p.11). Então, ele conclui que há problemas sérios no campo, e que estes, não estão resolvidos. E vislumbra que o maior desafio é como fazer que a propriedade rural moderna concilie a modernidade com o respeito ao ambiente.

Assim, Sachs (1995) volta a defender que a crise ambiental encontra-se interligada a crise social. E para isso, argumenta:

O problema da ética ambiental frente à ética social. As duas só podem andar de mãos dadas, ou seja, é óbvio que o ponto central é o contrato social fundado na solidariedade e no reconhecimento dos cidadãos. Só quando um contrato social existe é que faz sentido falar de um contrato natural como

complemento desse contrato social [...] Eu sempre disse que o ecodesenvolvimento recusa tanto o economicismo como o ecologismo, ou seja, não se pode fazer da ética ambiental um substituto da ética das relações inter-humanas. (SACHS, 1995, p.21).

O ecodesenvolvimento defendido por Sachs (1993) é o que se chama de desenvolvimento sustentável. Essa expressão continua a ser usada em diversos países europeus, latino-americanos e asiáticos, tanto por pesquisadores quanto por governos.

O ecodesenvolvimento ou desenvolvimento sustentável, na sua visão, é um relacionamento entre sistemas econômicos dinâmicos e sistemas ecológicos maiores e também dinâmicos, com mudanças mais lentas, mas aonde: a vida humana pode continuar indefinidamente; os indivíduos podem prosperar; as culturas humanas podem desenvolver-se; os resultados das atividades humanas obedecem a limites para não destruir a diversidade, a complexidade e a função do sistema ecológico de apoio à vida. (SACHS, 1993, p.24).

Para a União Internacional para a Conservação da Natureza e dos Recursos Naturais – IUCN, “o desenvolvimento sustentável é o processo que melhora as condições de vida das comunidades humanas, e ao mesmo tempo, respeita os limites da capacidade de carga dos ecossistemas” (SACHS, 1993, p.24).

O ecodesenvolvimento defendido por Sachs (1993) engloba cinco dimensões e que se faz necessário conhecê-las para entender melhor a amplitude desse conceito.

A sustentabilidade social, que busca construir uma civilização do ser, em que se tenha maior equidade na distribuição do ter e da renda, de modo a melhorar os direitos e as condições de amplas massas de população e reduzir a distância entre os padrões de vida de abastados e não-abastados.

A sustentabilidade econômica que quer: possibilitar uma alocação e gestão mais eficientes dos recursos monetários e por um fluxo regular do investimento público e privado. A eficiência econômica deve ser avaliada mais em termos macrossociais do que apenas por meio de critérios de lucratividade individual. Já a sustentabilidade ecológica propõe o uso dos recursos potenciais dos vários ecossistemas com um mínimo de dano aos sistemas de sustentação da vida; limitação do consumo de produtos facilmente esgotáveis ou ambientalmente prejudiciais, substituindo-os por recursos ou produtos renováveis ambientalmente inofensivos; redução do volume de resíduos e poluição, através da conservação e reciclagem de energia e recursos; autolimitação do consumo material pelos países ricos; intensificação da pesquisa de tecnologias limpas; definição das regras para uma adequada proteção ambiental. (SACHS, 1993, p.25-6).

A sustentabilidade espacial está voltada à configuração e à ocupação dos territórios rural-urbano mais equilibrados e uma melhor distribuição territorial de assentamentos humanos e atividades econômicas, buscando a melhoria da

concentração excessiva nas áreas metropolitanas; a destruição de ecossistemas frágeis, promoção de projetos de agricultura regenerativa, industrialização descentralizada com atenção às indústrias de transformação da biomassa, a criação de empregos rurais não-agrícolas; o estabelecimento de uma rede de reservas naturais e de biosfera para proteção da biodiversidade. Ainda, encontra-se a sustentabilidade cultural, que através de processos endógenos, busca introduzir o conceito de ecodesenvolvimento em uma pluralidade de soluções particulares que respeitem as especificidades de cada ecossistema, de cada cultura, e de cada local. (SACHS, 1993).

E para completar o estudo de Sachs sobre o ecodesenvolvimento está a dimensão da sustentabilidade ecológica baseada em algumas ações: na intensificação do uso dos recursos potenciais dos vários ecossistemas com o mínimo de dano aos sistemas de sustentação da vida; limitação do consumo de recursos e produtos facilmente esgotáveis ou ambientalmente prejudiciais, substituindo-os por recursos ou produtos renováveis ou abundantes e ambientalmente inofensivos; redução de resíduos e poluição por meio da conservação e reciclagem de energia e recursos; autolimitação do consumo material pelos países ricos e camadas privilegiadas; intensificação da pesquisa em tecnologias limpas; definição e asseguarção do cumprimento das regras para uma adequada proteção ambiental.

Para Sachs (1993) a agricultura sustentável deve resultar de um processo dinâmico de desenvolvimento rural em que a promoção de geração de emprego e renda para além das atividades estritamente agrícolas constitui importante objetivo.

Em seus estudos, Sachs (1993) entende haver alternativas para promover o desenvolvimento sustentável, através de mudanças que assegurem: o envolvimento e a participação da população rural; a descentralização, elevando-se o status e a capacidade de gestão das comunidades locais; o estabelecimento de direitos e obrigações legais ao uso da terra e dos recursos naturais; o investimento na reabilitação e na conservação dos recursos naturais para aumentar a capacidade de carga dos ecossistemas; no uso combinado das tecnologias tradicionais e de ponta para que os pequenos produtores tenham acesso, grupo que busca a conservação dos recursos naturais; o incentivo ao estabelecimento de “bioaldeias” utilizando o máximo de biopesticidas, biofertilizantes, bioenergia, aquacultura moderna e biorrefinarias para o processamento de biomassa para usos industriais.

Entretanto, Sachs (1993) preocupa-se com a explosão urbana, defendendo-a como uma das principais causas da destruição ambiental. Pois, para ele, aqueles que

estão nas cidades vivem a miséria, a poluição da pobreza, a formação de moradias que são o reflexo do desemprego ou subemprego, aumentando a desigualdade entre os povos. Para os espaços urbanizados, também há algumas estratégias inovadoras de desenvolvimento urbano que podem contribuir na construção desse processo como adotar modelos institucionais e gerenciais; buscar novas formas de associação entre a sociedade civil, as empresas e as autoridades públicas; modificar as mudanças de oferta para políticas de capacitação e estimular a criatividade popular; esforço para eliminação do desperdício e poupança dos recursos; gestão competente do pluralismo tecnológico e esforço da pesquisa de novas soluções tecnológicas.

Sachs (1993) propõe que a agenda 21 coloque em prática a criação de observatórios urbanos¹¹ para melhor compreender, monitorar e prever os processos de desenvolvimento.

Considera-se fundamental apresentar as semelhanças entre Sen e Sachs, assim como, suas divergências. Para isso, busca-se alguns apontamentos feitos por Domingues (2003) em que faz críticas aos estudos de Amartya Sen, quando esse estudioso do desenvolvimento lida com a liberdade e as suas capacidades de maneira deficiente, pois na sua ótica, há uma melhor forma de articular essa problemática. Para o autor há uma diluição dos conceitos de liberdade e igualdade e que se deve contrapor a esse movimento. Domingues (2003) vê a fragmentação da modernidade e a sua incapacidade de lidar com o problema da dominação, como obstáculos à abordagem proposta por Sen (2007), além de uma rejeição a uma concepção mais assertiva do desenvolvimento.

Domingues (2003) entende que Sen preocupou-se em postular a igualdade de “alguma coisa”, mas, ignorou as variações interpessoais, considerando uma igualdade para todos, o que poderia resultar num tratamento desigual em favor daqueles em situação de desvantagem. Em sua análise, Sen (2007) trata da redução da pobreza e nunca da luta contra a desigualdade, que se destaca em sua perspectiva acerca da liberdade, da privação de capacidades e das metas do desenvolvimento.

¹¹ Observatórios urbanos - Segundo o Programa das Nações Unidas UN-Habitat a função principal dos “Observatórios Urbanos” é fazer o acompanhamento sistemático e periódico da evolução das condições de sustentabilidade urbana dos territórios em observação. A recomendação dos organismos internacionais é que este tipo de atuação tivesse um alcance territorial semelhante à jurisdição da autoridade de governo a qual esse apoio seria prestado, ou seja, podendo ser municipal, metropolitano, regional, nacional e/ou global. Os seus princípios norteadores seriam a identificação de boas práticas em gestão urbana, bem como a promoção de uma cultura de informação que permitisse a sua difusão e ampliação com ênfase na incorporação das comunidades. (PEREIRA, CHIARI, ACCIOLY, 2010).

Já a visão de Ignacy Sachs foi examinada por Salamoni e Gerardi (2001) as quais identificam uma abordagem interdisciplinar no pensamento desse autor, unindo elementos da economia, sociologia, antropologia e ecologia. Para as autoras, Sachs definiu estratégias de mudanças na relação entre homem e meio, apresentando ideias contra o capitalismo selvagem e contra o ecologismo abusivo.

Os princípios básicos do ecodesenvolvimento formulado por Sachs são: satisfação das necessidades futuras; solidariedade com as gerações futuras; participação da população evoluída; preservação dos recursos naturais e do meio ambiente em geral; elaboração de um sistema social, garantindo emprego, segurança social e respeito a outras culturas; programas de educação; (SACHS, 1993 *apud* SOTO, 1996).

Para Salamoni e Gerardi (2001) o ecodesenvolvimento fundamentado nos objetivos citados busca auxiliar as populações a educarem-se e a organizarem-se em vista da valorização dos recursos de cada ecossistema, com o propósito de atenderem suas necessidades fundamentais. O desenvolvimento adquire uma expressão qualitativa, junto ao crescimento econômico (crescimento de forças produtivas de bens produzidos, de necessidades e de consumo) aparecem os custos ecológicos e os sociais, cujo resultado final será o de chegar a uma vida digna de ser vivida, de acordo com o grau de satisfação da população, dotada de um senso de limite em relação ao uso dos recursos naturais.

Salamoni e Gerardi (2001) destacam no pensamento de Sachs a centralidade das ações humanas como um fator de transformação dos ecossistemas e nas estruturas econômicas, socioculturais e políticas. Para ele, o ponto de partida é harmonizar os critérios de sustentabilidade. Além disso, é preciso resgatar o que ainda se sabe e se conhece da riqueza potencial de cada ecossistema e dos produtos que deles podem ser extraídos.

2.4 O desenvolvimento sustentável e o desenvolvimento territorial

O título da presente pesquisa traz à tona a ideia fundamental para elaboração deste estudo: a sustentabilidade para o desenvolvimento do território. São os conceitos de desenvolvimento sustentável e desenvolvimento territorial que irão direcionar a compreensão sobre o desenvolvimento rural e sobre as novas estratégias socioprodutivas construídas nos territórios.

A perspectiva do desenvolvimento sustentável está direcionada a um conceito amplo e permite apropriações diferenciadas. A ideia de eficiência econômica associada à equidade social e conservação ambiental é um indicativo de qualidade de vida, da população atual, sem comprometer as possibilidades das gerações futuras. E este é o padrão desejado pela sociedade na atualidade, sendo uma das visões mais utilizadas na conceituação de desenvolvimento sustentável.

Em busca de entendimento sobre as relações do homem com a natureza, de acordo com Montibeller-Filho (2008), há diferenças nas concepções da natureza na cultura ocidental. Dentro de uma visão teológica a natureza é divina, e o homem possui o lugar mais elevado na cadeia do ser criado pela sabedoria de Deus, e o homem pode fazer crescer e multiplicar; enquanto que na visão teleológica, a natureza tem a finalidade de servir ao homem, sendo obra divina, não acredita que a ação do homem possa prejudicar a natureza. Assim, a visão de mundo vai sendo modificada em decorrência das mudanças na relação do homem com a natureza, na busca da satisfação de suas necessidades ou dos interesses da classe dominante.

Verifica-se que nas décadas de 50 e 60 é que foram elaboradas as teorias desenvolvimentistas, ou seja, pelo crescimento econômico sem atentar para seus efeitos sociais e ambientais adversos, segundo Montibeller-Filho (2008). Destaca-se, por exemplo, a teoria de David Ricardo, teoria do desenvolvimento econômico, é a que estimula a acumulação de capital, ou de novos investimentos, perdendo intensidade até chegar a um ponto limite, que no caso, seria o esgotamento da fertilidade natural do solo. Ricardo defende o desenvolvimento tecnológico como solução aos rendimentos decrescentes, o que de fato teriam ganhos em produtividade, mas assumiria o aumento dos custos das inovações, o que também ocasionaria custos crescentes (MONTIBELLER-FILHO, 2008).

Mas, ainda há a outra tendência que percorre a chamada dialética ambiental. Para Montibeller-Filho (2008), que recorda as concepções de Enrique Leff, a dialética da questão ambiental ao produzir seu contrário, o discurso neoliberal de sustentabilidade, faz desaparecer a contradição existente entre ambiente e crescimento, através dos mecanismos de mercado, internalizando as condições ecológicas e valorando os custos ambientais. Para ele, a sustentabilidade é um conceito apropriado diferentemente no seio dos vários grupos sociais de interesse. Assim, há uma perspectiva da sustentabilidade nos negócios: todos se relacionam

exclusivamente ao ambiente físico, com ênfase nas mudanças intra-firma ou inter-firmas, visando à redução de custos e aumento de lucros.

Entretanto, é na “teoria de Schumpeter” que o crescimento econômico fica exposto a mudanças quantitativas. Existe um desequilíbrio, conforme Montibeller-Filho (2008) entre o desenvolvimento, como um fenômeno distinto, e o fluxo circular ou na tendência para o equilíbrio do restante da economia. Schumpeter diz que isso ocorre em função das inovações, que são introduzidas pelos capitalistas. Ao longo do desenvolvimento do capitalismo as possibilidades de introduzir inovações com a característica de grande impacto irão reduzindo-se até o ponto em que isto se torna um impasse para a obtenção do lucro (extra). Nesta tendência está incluída a eliminação do ganho diferenciado na exploração da natureza mediante novas técnicas e a inexistência futura de novas reservas de recursos naturais, devido à exploração de todas as fontes disponíveis.

Até 1970, as teorias econômicas não levavam em conta os componentes ambientais. Não quer dizer que a degradação ambiental não existisse até este momento, ela sempre esteve presente, inclusive quando se iniciou a concentração populacional nos centros urbanos e as atividades da indústria moderna. Há um marco teórico que divide um período de preocupação social quanto à degradação do meio ambiente: um na escala local e outro, em que a consciência ambiental é amplamente difundida. O meio ambiente é incorporado às teorias existentes e novas teorias são elaboradas e reelaboradas para considerar os novos elementos da realidade. (MONTIBELLER-FILHO, 2008)

A ideia do ecodesenvolvimento é introduzida por Maurice Strong, secretário geral da conferência de Estocolmo, que ocorreu em 1972. Na sua concepção o desenvolvimento de um país ou região está baseado em suas próprias potencialidades, num sistema endógeno, sem criar dependências externas.

Para Montibeller-Filho (2008) dado à crescente relevância das questões ambientais para a sociedade, toda a ciência econômica deverá estar considerando em suas teorias e proposições de políticas econômicas a questão ambiental, e então deixará de existir o enfoque ambiental como um ramo da economia, para se constituir no todo, ou seja, a ciência econômica subentendida como ciência socioeconômica-ambiental.

A economia neoclássica ambiental ainda encontra dificuldades para valorar monetariamente os bens e serviços do meio ambiente, que não são valorizados pelo

mercado. Segundo Montibeller-Filho (2008) internalizar externalidades significa computar custos ou benefícios ocultos e imputá-los ao seu responsável econômico, as quais passam pelo princípio da negociação, uma corrente de pensamento que rege o mercado.

Pigou foi o primeiro economista a estabelecer o conceito de externalidade, em 1920. Depois, às externalidades ambientais, propôs a fórmula o poluidor paga: a empresa é obrigada a reparar ou compensar o dano ambiental que causa. Há um ponto de equilíbrio entre o valor que deve pagar e sua escala de produção, estabelecendo um nível de poluição considerado ótimo. (MONTIBELLER-FILHO, 2008)

Karnopp *et al.* (1999) acabam reafirmando as mesmas posições de Sachs (1995) quando escrevem que as mudanças no ambiente humano mostram que os impactos são mais fortes sobre o ambiente global, comprometendo a qualidade e a manutenção da vida. Há uma crise mundial que além de econômica é ética. Por isso entende-se que o desenvolvimento sustentável atende as necessidades do presente sem comprometer a qualidade e a manutenção da vida.

O contexto das crises paradigmáticas em torno do desenvolvimento e do meio ambiente, que surgiram nos anos 80 em várias instituições, ainda não foram totalmente superadas, em síntese propõem que o desenvolvimento sustentável requer: um sistema político, onde haja a participação dos cidadãos no processo decisório; um sistema econômico para gerar conhecimento em bases confiáveis; um sistema social para resolver conflitos causados pelo modelo de desenvolvimento não-equilibrado; um sistema de produção que respeita a obrigação de preservar a base ecológica do desenvolvimento; um sistema tecnológico que apresente novas soluções; um sistema internacional que estimule padrões sustentáveis de comércio e financiamento; um sistema administrativo capaz de autocorrigir-se.

Assim, para CEPAL (1990 *apud* BUARQUE, 2008):

A perspectiva de países emergentes estabelece uma articulação necessária entre a racionalidade econômica e a ética social de modo que a combinação de competitividade e equidade, antes vistas como antagônicas, passam a constituir o marco central de um modelo de desenvolvimento. (CEPAL, 1990 *apud* BUARQUE, 2008, p.59).

Nesse sentido, Karnopp *et al.* (1999) alegam que há um novo paradigma de desenvolvimento sendo construído para a agricultura onde há diversos níveis de interdependência (troca de energia, ciclo de nutrientes e água, manutenção das

populações, etc.) entre cultivo, fauna, solo, floresta, rios que irão interagir com as populações humanas. Nos países altamente industrializados tem aumentado o mercado consumidor de produtos orgânicos, bem como o número de produtores que abandonam as práticas convencionais, onde as políticas agrícolas estão sendo questionadas e repensadas na direção da sustentabilidade. Assim, aparecem dois tipos de sustentabilidade agrícola: a orgânica e a de insumos químicos reduzidos. A orgânica compromete-se em proteger o meio ambiente e a saúde com uma produtividade a longo prazo; já de insumos químicos reduzidos vincula-se à priorização da questão econômica, sendo seu objetivo fundamental a diminuição dos custos de produção que é conseguida diante a redução parcial de insumos químicos e a menor utilização das fontes de energia não renováveis. Há um emprego mais racional dos insumos químicos, apontando uma alternativa para o uso excessivo e pernicioso encontrado na agricultura convencional.

E quem fará essa passagem, de um modelo convencional ou moderno para formas alternativas de agricultura? Nas reflexões de Soto (1996) o agricultor familiar é o ator social que tem condições de realizar a passagem para um modelo de desenvolvimento sustentável. O desenvolvimento sustentável deverá criar condições para atingir uma sociedade mais igualitária ou uma sociedade menos injusta para que a equidade social seja uma característica da sustentabilidade. O desenvolvimento sustentável é o fim desejado.

Segundo Soto (1996) a transformação ou substituição de um modelo de desenvolvimento para outro supõe um processo de transição que caminha a passos lentos e que pode trazer mudanças bruscas e qualitativamente diferenciadas. Isso significa a conversão de uma agricultura desequilibrada ou tradicional para uma agricultura ecológica e socialmente equilibrada. Contudo, Sachs (1993) indica quatro premissas básicas como essenciais neste processo de transição para o desenvolvimento sustentável: deverá cobrir um período de várias décadas; os países industrializados deverão assumir uma parte proporcional dos custos de transição e do ajuste tecnológico; estabelecer uma capacidade institucional para redirecionar o progresso tecnológico; e dar atenção às mudanças no estilo de vida.

Entretanto, Soto (1996) entende que a falta de uma definição clara e precisa sobre a conceituação do que vem a ser a agricultura sustentável é um dos entraves que devem ser superados no processo de construção de uma estratégia de desenvolvimento sustentável. E ele questiona ainda que não possa existir

desenvolvimento sustentável sem igualdade social. Nada indica que não possa existir um desenvolvimento sustentável do capitalismo. Segundo Soto (1996) há interpretações que consideram a agricultura sustentável como um fim e não como um meio para alcançar uma sociedade menos desigual. Nessas interpretações a igualdade social fica excluída como uma característica essencial do desenvolvimento sustentável.

As posições que defendem os agricultores familiares como sujeito histórico do desenvolvimento, e que entendem que a lógica do capital é antagônica com o desenvolvimento sustentável. Existe a possibilidade de um capitalismo que para continuar a reproduzir-se implemente ações e desenhe políticas que visem minorar a destruição dos recursos naturais e os ambientes.

Para Soto (1996) os atores sociais do desenvolvimento sustentável são os que o fazem por influência de uma filosofia de vida ou uma religião, buscando reduzir os custos de produção, desejando atender a demanda de produtos limpos, procurando o equilíbrio do ecossistema. Há outras posições que entendem que os grandes proprietários rurais seriam os potenciais adotadores, pois teria melhores condições financeiras, melhor entendimento das práticas (acesso às informações) a serem realizadas. Mas, considera a agricultura como uma atividade empresarial e não um modo de vida. Ainda, não existe consenso sobre os atores-chave desse novo modelo de desenvolvimento, para muitos é a agricultura familiar para outros são as empresas capitalistas.

Para outros autores a racionalidade econômica do capitalismo é contraditória com a sustentabilidade. Os partidários da taxa zero de crescimento ficam presos a uma falsa alternativa: crescimento ou qualidade do meio ambiente. É uma falsa alternativa, pois com um crescimento econômico zero continuaria a destruição dos recursos naturais e do meio ambiente por causa da racionalidade econômica do capitalismo. “A racionalidade das necessidades sociais terá que substituir a racionalidade econômica do capitalismo, só dessa forma será possível uma sociedade sustentável” (SOTO, 1996, p.159-60).

Então, ao longo do tempo, surgiram várias definições para explicar o entendimento por agricultura sustentável. A maioria expressa a necessidade de estabelecer um novo padrão produtivo que não agrida o meio ambiente e que mantenha as características dos agroecossistemas à longo prazo. Os estudos de Karnopp *et al.* (1999) relacionam o desenvolvimento sustentável combinando práticas convencionais e alternativas. A definição de agricultura sustentável permanece cercada

de imprecisões onde há os que defendem ajustes no atual padrão produtivo até os que vêem um objetivo de longo prazo para mudanças estruturais em toda a sociedade.

Ao lado do desenvolvimento sustentável está o desenvolvimento regional. Na verdade, de acordo com estudiosos do desenvolvimento, o desenvolvimento social regional existente, ele só o é, por que algumas regiões conseguem responder positivamente aos desafios regionais da globalização construindo seus próprios modelos de desenvolvimento. Conseguem desenvolver suas potencialidades e aproveitar as oportunidades decorrentes da dinâmica global de desenvolvimento. E tudo isso, é possível pelo fato de abrir caminhos para a participação social no processo de decisão e construção regional, garantindo adaptação rápida às constantes mudanças provenientes do dinamismo global.

A competitividade faz parte de um novo padrão ambiental de desenvolvimento regional, conforme Becker (1996). Segundo este autor o que se impõe é um desenvolvimento regional responsável. Responsabilidade com sustentabilidade do processo produtivo, que vai além da dimensão ecológica. É uma sustentabilidade econômica, ambiental, social, política, cultural e tecnológica do processo de desenvolvimento de cada local, de cada região produtora.

O princípio de uma nova racionalidade no uso dos recursos, isto é, uso das potencialidades autóctenes em recursos naturais e humanos, significando uma valorização seletiva das diferenças, o princípio da descentralização, implicando não apenas a distribuição territorial da decisão, mas sobretudo a forma inovadora de planejamento e governo, gestão do território, entendida como um processo em que os esforços do desenvolvimento são baseados na parceria construtiva entre todos os setores do desenvolvimento através da discussão direta, onde normas e ações são estabelecidas e responsabilidades e competências são definidas. Privilegia-se o poder local como base do desenvolvimento. (BECKER, 1996, p.135).

É também localmente que as vontades são determinadas no nível dos interesses materiais e econômicos e passam por um processo de universalização (politização) que leva a formação de sujeito os coletivos, o que os torna protagonistas diretos e mediatos, ativo no desenvolvimento local-regional.

É preciso entender que o desenvolvimento regional é um processo de transformações econômicas, sociais e políticas, onde sua dinâmica acontece de dentro para fora e por iniciativa dos sujeitos (inovadores tecnológicos e criadores ideológicos de coletivos regionais), ou seja, manifesta nas suas mudanças estruturais ou

qualitativas um processo de desenvolvimento regional a partir de alterações endógenas.

Quanto à participação social, aposta Becker (2008) numa antiga tese que o desenvolvimento não é causa, mas a consequência da democracia e de que esta por sua vez é resultado da organização social. Uma sociedade organizada é uma sociedade mais democrática, e assim, mais desenvolvida. Assim as diferentes dinâmicas de desenvolvimento regional dependem de uma crescente organização social das comunidades regionais. Uma melhor participação política leva a um maior desenvolvimento econômico das comunidades regionais. Também se pode dizer que uma sociedade mais organizada socialmente é uma sociedade mais participativa politicamente.

Assim o desenvolvimento regional está inserido dentro das dimensões do desenvolvimento sustentável. Ele prima pelos mesmos aspectos do desenvolvimento sustentável, embora estimule com maior ênfase os valores culturais regionais para que seja construído um modelo próprio de desenvolvimento. Ou seja, o desenvolvimento regional acaba redimensionando um espaço, um território. Assim, remete-se ao pensamento de Sachs: “O desenvolvimento só pode se manifestar lá onde vivem as pessoas, isto é, localmente” (SACHS, 1995, p.115).

3 IMPORTÂNCIA DO TERRITÓRIO PARA O DESENVOLVIMENTO

Especialmente no Brasil, a história da ocupação e formação do território esteve associada a história da formação econômica da nação. Conforme Kageyama (2008) a primeira unidade regional e historicamente mais relevante na formação do território brasileiro foi a faixa costeira, onde desenvolvia-se a agricultura tropical que serviria de base econômica e ponto de irradiação da colonização. A bacia amazônica e o interior nordestino semi-árido posteriormente foram incorporados à colonização. O planalto centro-meridional pelas condições climáticas e riquezas minerais, atraiu a colonização, que aí se concentrou a partir do século XVIII.

Após a decadência da atividade de exploração do pau-brasil nas matas costeiras, a ocupação efetiva da colônia (1530-1640) teve início com a divisão do território em 12 capitanias, faixas do litoral para o interior, com a perspectiva de cultivar cana de açúcar. Durante um século e meio o açúcar representaria a única base da economia brasileira, com dois núcleos iniciais na Bahia e em Pernambuco. Neste período, então, para manter a atividade de exportação de açúcar, desenvolveram-se atividades acessórias de produção de gêneros alimentícios e outros, tanto no interior das grandes propriedades dos engenhos, para suprir suas necessidades de subsistência como fora delas, com pequenos autônomos, índios e caboclos, para suprir parte das necessidades dos pequenos núcleos urbanos que já se formavam. A atividade pecuária se desenvolvia no interior, no sertão nordestino para o abastecimento dos povoados do litoral norte; para abastecer os núcleos coloniais do sul, outras regiões de criação de gado se desenvolveram entre Rio, sul de SP e PR. A partir de meados do século XIX, com o declínio e abolição do trabalho escravo e a consolidação do mercado interno, esses complexos rurais se decompõem, dando lugar à separação entre as atividades agrícolas, de um lado, e as atividades industriais comerciais financeiras, de outro, definindo-se claramente a divisão das funções entre as cidades e as áreas rurais. (KAGEYAMA, 2008, p.86)

Nos apontamentos de Kageyama (2008), no século XVIII, a mineração transformou completamente o aspecto da ocupação e do povoamento. E em meados deste mesmo século, surgiu uma cultura tropical concorrente, o algodão. Desde a vinda da corte portuguesa para o Brasil, em 1808, até a abolição do tráfico de escravos, em 1850, transcorre uma fase de transição em que reformas e circunstâncias políticas e

sociais transformam a colônia em Estado soberano, aberto à livre concorrência internacional.

Entretanto, da abolição do tráfico até a proclamação da república tem dois fatos que revolucionaram a distribuição das atividades produtivas no território, indicadas por Kageyama (2008): 1) o deslocamento da primazia econômica do norte-nordeste para o centro-sul; 2) a decadência das lavouras tradicionais (cana, algodão, tabaco) e 3) o florescimento da cafeicultura em Minas Gerais, São Paulo e Espírito Santo. Assim, a rápida ocupação agrícola do território brasileiro está vinculada à base da grande plantação e as pequenas propriedades só começam a tomar vulto no século XIX.

De acordo com Kageyama (2008) a formação da economia é ao mesmo tempo a formação do território. E diz:

Na medida em que a economia tomou a forma de ciclos exportadores, de produtos primários, com auges e declínios, o território resultou numa justaposição de áreas densas e áreas rarefeitas geradas durante os diferentes momentos da ocupação econômica. O território colonial foi no Brasil, o suporte para a formação territorial do país. O longo litoral no hemisfério sul é apontado como uma qualidade locacional do Brasil de interesse para os portugueses. A necessidade de instalar e iniciar uma exploração econômica na colônia cujo modelo era o de exploração de lavouras tropicais, levou à adoção do sistema de capitânicas. As sedes das capitânicas constituíam núcleos de povoamento e à época da instalação do governo-geral existiam 16 povoados na costa brasileira. Na segunda metade do século XVI a proliferação de expedições em direção ao interior, à procura de minérios ou à caça do gentio para suprir de mão-de-obra as grandes plantações, constitui um movimento irradiador a partir dos núcleos costeiros. O litoral foi povoado de maneira descontínua (litoral da zona da mata atlântica nordestina, o recôncavo baiano, o litoral fluminense e o litoral paulista). (KAGEYAMA, 2008, p.101)

À chegada dos anos 1945-50, destaca Kageyama (2008), foi chamado este período da integração nacional, onde a indústria brasileira ganharia novo ímpeto e São Paulo reafirmaria-se como uma metrópole industrial. Desta forma, as demandas por matérias primas e alimentos para as cidades necessitavam de um grande desenvolvimento da agricultura tanto no Nordeste, como em São Paulo e na região Sul do país por alimentos. Então, Kageyama (2008) lembra:

É num Brasil integrado pelos transportes e pelas necessidades advindas da industrialização que vão nascer importantes cidades no interior. Estas decorrem do crescimento populacional, da elevação dos níveis de vida e da demanda de serviços em número e frequência maiores, que anteriormente. (KAGEYAMA, 2008, p.105-6).

Os anos 70 são também um marco da modernização agrícola e de expansão da fronteira agrícola. É nesse período que ocorreu um movimento migratório da região

sul, estados de Minas Gerais e Bahia em direção as metrópoles e a fronteira agrícola. O último momento da periodização é do meio técnico-científico-informacional, integrando a ciência e a técnica, que vinham definindo o território desde os anos 70, com recursos da informação tornados disponíveis com a globalização. Abrem-se novas possibilidades de produção e circulação de insumos, produtos, dinheiro, informações, ideias e pessoas, que dão novo conteúdo ao território. “São as informações e as finanças que definem as diferentes densidades e os diferentes usos do território”. (KAGEYAMA, 2008, p.107)

Com tudo isso, os territórios rurais se desenvolveram nesse pano de fundo de forma heterogênea, apresentando-se como um mosaico de situações que vão desde áreas rurais entremeadas pelas cidades paulistas e as prósperas zonas de agricultura familiar do sul do país.

3.1 A ligação entre território e desenvolvimento

Entende-se que é necessário compreender a conceituação de território, uma vez que o desenvolvimento está relacionado com o espaço apropriado, ou seja, é sobre o território que se estabelecem as dinâmicas socioprodutivas (dimensão econômica), as ações do Estado (dimensão político-jurídica) e os processos de construção de vida das pessoas (dimensão cultural).

Conforme Haesbaert (2007) a dimensão econômica está vinculada as dinâmicas socioprodutivas, as quais, por sua vez, estão vinculadas a natureza. “A ligação do território com a natureza é explícita, ele se torna, antes, uma fonte de recursos, meios materiais de existência”. (HAESBAERT, 2007, p.47) Ainda, podem-se encontrar alguns lugares, onde os territórios carregam uma ideia de ligação profunda com a terra e, ou então, é preciso levar em conta, os fenômenos naturais (vulcões, furacões), que se tornam reestruturadores da vida social. “Eles são uma outra força, não-humana, interferindo na construção da territorialidade”. (HAESBAERT, 2007, p.48) Tartaruga (2008) observa que essa dimensão é a menos difundida, e que incorpora o território no embate entre classes sociais e na relação capital-trabalho.

Quanto à dimensão cultural, o território é capaz de reforçar sua dimensão enquanto representação, valor simbólico. “Ele é primeiro um valor [...] onde se estabelece uma relação forte, ou mesmo uma relação espiritual com seu espaço de vida [...]” (HAESBAERT, 2007, p.50). Dessa forma é estabelecido que o território revela

que o espaço está investido de valores não apenas materiais mas também éticos, simbólicos, espirituais e afetivos.

Para Bonnemaïson e Cambrèzy (1996 *apud* HAESBAERT, 2007) os povos tradicionais eram muito ligados ao espaço de vida, pois os territórios além de uma fonte de recursos eram ocupados de maneira intensa pela apropriação simbólico-religiosa.

Pertencemos a um território, não o possuímos, guardamo-lo, habitamo-lo, impregnamos-nos dele. Além disso, os viventes não são os únicos a ocupar o território, a presença dos mortos marca-o mais do que nunca com o signo do sagrado. Enfim, o território não diz respeito apenas à função ou ao ter, mas ao ser.[...] perder seu território é desaparecer (BONNEMAISON; CAMBRÈZY, 1996 *apud* HAESBAERT, 2007, p. 51).

Já a dimensão político-jurídica é aquela em que o território é ligado principalmente ao Estado nação moderna. As questões do controle, do ordenamento e da gestão do espaço são centro de discussão sobre o território. Assim, é preciso integrar o território as diversas dimensões sociais, pois Haesbaert (2007) lembra em seus apontamentos que o território desempenha o papel que cabia à região com o conceito de integrador e que a configuração desse espaço se dá a partir da mediação nas suas relações de poder. “As formas de propriedade de um território são ao mesmo tempo uma relação com a natureza e uma relação entre os homens, sendo esta última uma relação entre as sociedades ao mesmo tempo, que uma relação no interior de cada sociedade entre os indivíduos e os grupos que a compõem. (GOLDELIER *apud* HAESBAERT, 2007, p.54).

Na concepção de Saquet (2010) o significado de território está vinculado as relações de poder em consonância com as características de cada sociedade. Isto é, mudam os significados do território conforme se altera a compreensão das relações de poder. Sobre os significados do território, ele ressalva que o território é um compartimento do espaço, fruto de sua diversificação e organização, tendo duas funções principais: servir de abrigo, como forma de segurança e servir como um *trampolim* para oportunidades. Segurança e oportunidade requerem uma organização interna do território bem como relações externas, de poder e dominação. Mas, o reconhecimento da existência dos territórios não é constatação deste século. Para Saquet (2010)

[...] a ideia de território já existia e era debatida no século XV, ligada as questões políticas inerentes à época dominação de uma determinada área de terras como ocorrera nas cidades-estados gregas, em cidades romanas e em

idades italianas medievais, como Florença, Genova, Pisa, Milão e Veneza que tinham soberania territorial. A partir do século XVI, intensifica-se a difusão de doutrinas políticas que reforçam a noção de soberania como um atributo dos Estados e dos reinos. A soberania era tratada como questão de jurisprudência sendo que o significado de território estava fundado na teoria de Platão, no que se refere a República e a polis. No século ainda XVI, as ideias de Machiavelli influenciaram as teorias de repartição política de lugares e na formação de Estados, marcando uma nova fase no pensamento político europeu sobre desenvolvimento, identidade nacional e cooperação internacional. Outro fator importante deste período histórico, diz Gottmann(1973/2005) com implicações na compreensão do conceito de território foi o descobrimento e a ocupação do chamado Novo Mundo que correspondia a classe dominante de alguns países europeus, a novos territórios para dominação e exploração. (SAQUET, 2010, p.27)

Saquet (2010) entende que o território passaria a ser compreendido como “um receptáculo de investimentos econômicos feitos por pessoas. O território é experimentado para além de habitat do homem” (SAQUET, 2010, p.27). Esta concepção é percebida no período dos séculos XVII e XVIII. Novos desenhos sociais e novas práticas de apropriação e dominação territorial, então surgem, segundo o autor, há um reforço num complexo sistema de mercado unificado estabelecido sobre as bases do território nacional, cada vez mais integrado ao sistema internacional. Isto, se realiza a partir do século XIX e tem continuidade no século XX.

Saquet (2010) traz à luz as concepções de Gottmann, mas também as de Friederich Ratzel, que se apropria de procedimentos e conceitos das ciências naturais como a biologia na qual o conceito de território era entendido como área de proteção de animais, que tentam permanecer em seus territórios . Ou seja, uma concepção naturalista de território, a questão da proteção instintiva, o controle da reprodução animal no processo de seleção natural, há neste ponto a interação de um grupo ou bando pelo sentido locacional.

Noutra perspectiva de compreensão do poder, Saquet (2010) recorre a Michel Foucault, que recentemente o define como “uma rede de relações variáveis e multiformes”. (SAQUET, 2010, p.32)

Cabe então fazer ainda uma relação do conceito de território com alguns outros conceitos que muitas vezes acabam se confundindo entre si. Assim, toma-se separadamente o trabalho de conceituação realizado por Dallabrida e Becker (2008) onde define-se que espaço é a totalidade dos lugares, um conjunto indissociável de sistemas de objetos e de sistemas de ações, que contém ao mesmo tempo solidariedade e contradição. A região é uma dimensão espacial das especificidades sociais em uma totalidade espaço-temporal. É a realização de um processo geral,

universal, em um quadro territorial menor; enquanto que território é a terra pertencente a alguém. O território é o espaço territorializado apropriado. É lugar de relações, relações sociedade-natureza e homens-homens, espaço de ação e de poder. Ou seja, “que o desenvolvimento é necessariamente socioespacial, ou seja, da sociedade e do espaço”. (CUNHA, 2007, p. 11).

Existe, ainda, a denominação territorialização-desterritorialização-reterritorialização (TDR), que é o processo de apropriação do espaço pelas ações públicas ou privadas e correspondem a toda forma de ocupação ou apropriação do espaço. Esses processos contínuos e combinados podem fazer surgir novos territórios (T), destruir antigos (D) ou reconstruir outras formas de territorialização (R); por exemplo, a desapropriação de agricultores próximos a um rio; favelas populacionadas por subempregados e desempregados que não conseguem morar mais onde moravam. E a reterritorialização é o processo de assentamento dos desterritorializados que tem uma nova chance de apropriar-se de algo que perderam ou nunca tiveram, no caso dos sem-terra, a terra, no caso dos sem-teto, a casa.

Saquet (2010) busca nos apontamentos de Deleuze e Guatari (1976) um outro entendimento sobre o processo de produção desejante como movimento da produção social que vai até o fim de sua desterritorialização, envolvendo a produção e a reprodução do desejo em uma nova terra. O descolar-se no espaço também é um estar aqui e isto revela uma das principais contribuições desses autores no que diz respeito ao território, ou seja, a colagem entre a dês e a reterritorialização (T-D-R). Fica claro em sua abordagem o movimento existente desterritorialização e nas territorialidades: há fluxos, conexões, articulações, codificação e decodificação, poder. Com isso, é possível inferir que o desejo produz fluxos desterritorializados.

São novas territorialidades constituídas na reterritorialização. As territorialidades são culturais (folclóricas), políticas (do Estado, de partidos e de bairros) e econômicas (centradas na criação e reprodução do capitalismo) e estão presentes nesta reterritorialização. Tem uma postura múltipla frente ao conceito de território, apreendendo aspectos (i)materiais de sua constituição no real. A ênfase é para a rotação de capital. (SAQUET, 2010, p.56)

Segundo Saquet (2010), nos estudos de Gottmann são sinalizados uma abordagem múltipla do território, considerando suas dimensões da economia, da cultura e da geopolítica, destacando o caráter político-administrativo, ligado ao Estado-nação, o uso do espaço e fluidez do mundo moderno. Para ele, o território tem componentes materiais e psicológicos ligados a vida social de grupos separados e

interdependentes que organizam o espaço e estão em movimento, superando os limites e as fronteiras. Gottmann retoma esse debate quando reconhece a existência de centros e periferias, de desigualdades e centralidades, ratificando a fluidez moderna, facilitada pelas redes de circulação e comunicação, como produto de mudanças econômicas e políticas. “Movimento e reorganização do espaço no nível mundial [...] o que resultará em uma argumentação em favor de um complexo de redes que caracteriza e envolve as cidades: as cidades globais, produtos da mundialização do capital” (SAQUET, 2010, p.69)

Outras discussões em torno do território revelam uma abordagem econômica e material da organização social do território. Segundo Saquet (2010) baseadas na teoria de Marx (noções de apropriação e uso juntamente com o processo de valorização do capital). “O território num primeiro plano é um produto socialmente organizado e num segundo é condição para a valorização do capital” (SAQUET, 2010, p.73).

No entanto, a dinâmica territorial do desenvolvimento diz respeito às diferentes formas de atores/agentes locais/regionais organizarem-se para atuarem no processo de ordenamento/reordenamento do território para atuarem no processo de desenvolvimento local/regional. Enquanto que o desenvolvimento local/regional refere-se ao processo de territorialização que contempla a dimensão da reterritorialização, capaz de estimular as potencialidades e contribuir para a superação dos desafios locais/regionais, privilegiando a inclusividade, capaz de eliminar privações ou não-liberdades, capaz de promover atores/agentes regionais à condição de sujeitos, envolvendo os territorializados, os em processo de desterritorialização e os já desterritorializados, potencializando sua capacidade de auto-organização, com uma dinâmica territorial do desenvolvimento mais autônoma, não privatista, menos desigual e de acordo com a lógica da sociedade.

De acordo com Saquet (2010) não há território sem tramas de relações sociais. Para seu estudo o território é um lugar mantido por essas relações ou territorialidades e é constituído histórica e geograficamente.

Nesta trama há interações entre a Terra e o território, o que indica uma proposição múltipla considerando principalmente as relações economia-política-natureza. Nesse sentido é possível ver o território e representá-lo através de imagens que podem ser compreendidas como paisagens. (SAQUET, 2010, p.81)

Além disso, o território é fundamentado em relacionamentos, com comportamentos humanos e opostos, envolvendo a comunicação, a cooperação e a troca, as formas de socialização em uma formação territorial.

Esclarecendo estes pontos, é também importante rever a significância dos territórios para um dado espaço e o quanto pode haver de diferenciações entre eles. Milton Santos (1996 *apud* ELIAS, 2007) diz:

O espaço deve ser considerado como um conjunto de relações realizadas através de funções e formas que se apresentam como testemunho de uma história escrita por processos do passado e do presente. Isto é, o espaço se define como o conjunto de formas representativas de relações sociais do passado e do presente e por uma estrutura representada por relações sociais que estão acontecendo diante dos nossos olhos e que se manifestam através de processos e funções. O espaço é um verdadeiro campo de forças cuja aceleração é desigual. Daí porque a evolução espacial não se faz de forma idêntica em todos os lugares. (SANTOS, 1996, *apud* ELIAS, 2007, p.20-1).

E ainda Saquet (2010) diz:

[...] a territorialidade como um componente do poder não significa somente criação e manutenção da ordem [...] experimentamos o mundo e lhe damos significados. Dessa forma os povos primitivos e o lugar que eles ocupam se torna extremamente próxima, não apenas por causa da familiaridade e dependência, mas também por que as pessoas compreendem os lugares orgânica e espiritualmente, de maneira conectada. Há um apego a terra nativa, com amor e reverência. O riacho, as montanhas e as fontes naturais são obras ancestrais de quem ele mesmo, o homem primitivo, é descendente. O lugar é sua vida. Limpar, plantar, capinar e colher são atividades estáveis no espaço e no tempo. As comunidades agrícolas tendem a subdividir a terra, criam-se pequenas extensões de controle, há comunidades que podem ter subterritórios dentro do domínio de um grupo, a partir da designação das famílias para caçar, fazer as hortas e para construir. (SAQUET, 2010, p.84)

Segundo Dallabrida e Becker (2008) o poder do uso do território está em conformidade com a importância das empresas. As mais poderosas escolhem os pontos que consideram instrumentais para sua existência produtiva. E o resto fica com empresas menos poderosas. É um processo de construção-destruição-reconstrução de diferenciações e hierarquias, o que conduz as desvalorizações e revalorizações de partes do território.

No entendimento de Saquet (2010) o território se destina ao controle da produção feito pelos sujeitos sociais que estão dispersos, isto quer dizer, estão em áreas articuladas (sistemas agrícolas) e localização empresarial, revelando outro traço do território nos anos 80-90: o estabelecimento de sistemas produtivos articulados entre si.

Outros estudiosos indicam que nos anos 80 e 90, houve investigações quanto às questões territoriais sendo apontado o território como “trunfo” para o desenvolvimento. A abordagem de Anastasia e Coró (1996 *apud* SAQUET, 2010) sobre o território possuir uma condição para o desenvolvimento, entendem que as relações produtivas locais assumem uma importância crescente e concomitante o território assume a possibilidade de construir redes, oferecendo recursos e sendo flexíveis para produção dos sistemas produtivos locais.

Já a reflexão de Governa e Dansero (*apud* SAQUET, 2010) consideram as áreas, as redes, os lugares, a identidade, a memória, as mudanças, um subsídio para a valorização e a potencialização de estratégias de desenvolvimento local. O território está em constante transformação e é patrimônio, e o patrimônio, é territorial.

Noutra visão, Saquet (2010) argumenta que o território aparece como enraizamento, fixação, natureza não transformada. De outra forma a desterritorialização, como mudança, transformação, separação e desligamento. Os processos são simultâneos e realizam-se ao mesmo tempo. “O território é condição de processos de desenvolvimento; é a natureza e a sociedade, manifestando-se de maneira específica em diferentes lugares”. (SAQUET, 2010, p.113)

Para Abramovay (2000b), o território representa:

[...] uma trama de relações com raízes históricas, configurações políticas e identidades que desempenham um papel pouco conhecido no próprio desenvolvimento econômico. É o fenômeno da proximidade social que permite que uma forma de coordenação entre os atores capazes de valorizar o conjunto do ambiente em que atuam possam convertê-lo em base de empreendimentos inovadores. (ABRAMOVAY, 2000b, p.5).

Ao resgatar ainda, a ideia de que os territórios encerram um conceito de meio inovador, os apontamentos de Dallabrida e Becker (2008) indicam que no conjunto de relações territorializadas, e ligadas ao seu exterior, às inovações podem ser vistas como uma criação do meio, ou seja, do seu território, que ao integrar saberes, normas e valores locais, constitui seu capital relacional, constrói uma matriz de desenvolvimento, que produz competências distintivas próprias, ou locais. Dá ao meio um papel essencial de fazer do território a base para o desenvolvimento. E ainda, ele passa a se tornar um meio inovador na medida em que expressa o conjunto de habilidades coletivas oriundas das práticas sociais e sua mobilização (capacidade de articulação e participação dos grupos sociais nos projetos de desenvolvimento) que fazem avançar a busca por soluções dos problemas enfrentados pela sociedade. As

manifestações da cultura, expressa-se por formas de organização em cooperativas/participativas e pela sua maior capacidade de mobilização e inovação local.

Assim, defende também Abramovay quando define desenvolvimento territorial como “ambiente de inovações e de troca de informações entre indivíduos e empresas, onde a colaboração é tão importante quanto à própria concorrência” (ABRAMOVAY, 2000b, p.7).

Partindo de suas premissas é possível compreender a importância dos territórios como elementos de inovação.

A empresa não é um agente inovador isolado. Ela é parte do meio que a faz agir. O passado dos territórios, sua organização, seus comportamentos coletivos, o consenso que os estrutura são componentes maiores da inovação. Portanto, os comportamentos inovadores não são nacionais, mas dependem de variáveis definidas no plano local ou regional (Maillot, 1996:256) O que caracteriza os meios inovadores não é sua dotação em atributos naturais ou de localização, mas antes de tudo, a densidade de seu tecido institucional, seu capital de relações. (MAILLOT, 1996 *apud* ABRAMOVAY, 2000b, p.8).

A principal linha de ruptura com as abordagens que não tomam o território como centralidade é o fato deixarem de enfatizar o papel das hierarquias espaciais e das vantagens corporativas de localização das regiões para se centrarem na compreensão das dinâmicas endógenas dos territórios e na especificidade dos seus modos de organização de produção. Para a abordagem centrada na dinâmica dos territórios ou na dinâmica territorial do desenvolvimento podem ser destacados trabalhos de origens diversas, de acordo com Abramovay (2000b):

- a) Estudos centrados na problemática da organização industrial - é um novo paradigma tecnoeconômico e na interpretação de um novo processo de inovação através do conceito de sistema nacional de inovação;
- b) Estudos centrados na crise do fordismo - caracterizam a concepção de novas formas de organização industrial, baseados no modelo de acumulação flexível;
- c) Estudos centrados nos meios inovadores – mostraram a transformação das hierarquias espaciais não compatíveis com as teorias dominantes do crescimento desigual, baseada no esquema centro-periferia;
- d) Estudos centrados nos distritos industriais – estudos realizados nos distritos industriais.

No que diz respeito, em transferir menor importância às espacialidades, Abramovay (2000b) enfatiza as vantagens do desenvolvimento territorial.

Mais importante do que vantagens competitivas dadas por atributos naturais, de localização ou setoriais é o fenômeno da proximidade social que permite uma forma de coordenação entre os atores capaz de valorizar o conjunto do ambiente em que atuam e convertê-lo em base para empreendimentos inovadores. (ABRAMOVAY, 2000b, p.3).

Abramovay (2000b) esclarece que há duas correntes de pensamento em torno do desenvolvimento territorial e sua aplicação sobre o rural: uma primeira, que mostra a dimensão territorial do desenvolvimento, que não é apontar vantagens ou desvantagens geográficas de localização, mas compreender a formação de redes, das convenções, das instituições que permitem ações cooperativas, que incluem a conquista de bens públicos como educação, saúde, informação, capazes de enriquecer o tecido social de uma localidade. A este processo de enriquecimento é chamado de capital social¹², estudos de James Coleman (1990) e Robert Putnam (1993), que diz: “características da organização social como confiança, normas e sistemas, que contribuam para aumentar a eficiência da sociedade, facilitando as ações coordenadas”. (COLEMAN, 1999; PUTNAM, 1993, *apud* ABRAMOVAY, 2000a). A segunda corrente sugere que haverá obstáculos a serem superados para criar capital social onde ele não existe.

Na concepção de Dallabrida e Becker (2008) o território é uma parte atuante que possui uma solidariedade organizacional, ou seja, interdependência entre ações e atores que emanam a sua existência no lugar.

Dentro dessa ideia, os autores trazem a concepção de desenvolvimento relacionada à ideia de liberdade, reforçada por Amartya Sen ao afirmar que o desenvolvimento é essencialmente um processo de expansão das liberdades reais de que as pessoas desfrutam. Isso implica superar os grandes males sem precedentes do mundo em que vivemos: a pobreza extrema, a fome coletiva, a subnutrição, a destituição e a marginalização sociais, a opressão e a insegurança econômica, política e social. A existência desses males evidencia as diferentes variedades de privação de liberdade existentes mundialmente, conseqüentemente, a inexistência de desenvolvimento nesses lugares, regiões ou territórios.

¹² A noção de capital social é um resposta aos mitos fundadores da civilização moderna, de que a sociedade é um conjunto de indivíduos independentes, cada um agindo para alcançar objetivos a que chegam independentemente uns dos outros, o funcionamento do sistema social consistindo na combinação destas ações dos indivíduos independentes (COLEMAN, 1990). O capital social não permite ver indivíduos independentes, os objetivos não são estabelecidos de maneira isolada e seu comportamento nem sempre é egoísta. Ele aparece para servir de instrumento da solução aos dilemas da ação coletiva. (ABRAMOVAY, 2000b).

Abramovay (2000b) aponta alguns elementos para vencer os desafios na implementação do desenvolvimento territorial: mobilizar atores em torno de uma ideia guia; contar com o apoio destes atores não apenas na execução, mas na elaboração do projeto; definir um projeto que seja orientado ao das atividades de um território; realizar o projeto em um tempo definido; criar uma entidade que expresse unidade entre os protagonistas do pacto territorial.

De acordo com Abramovay (2000b) trata-se de “um novo sujeito coletivo do desenvolvimento” que vai exprimir a capacidade de articulação entre as forças dinâmicas de uma determinada região.

É preciso uma mudança do ambiente educacional no campo. Até hoje, não se tem uma reflexão, orientação quanto ao que deve ser a educação no meio rural. Um dos pressupostos sobre inovação e territórios está na dinâmica de aprendizagem, de valorização das práticas produtivas e da cultura técnica locais. O desenvolvimento territorial trabalha e apóia-se na formação de uma rede de atores em busca da valorização dos atributos de uma região. Os agricultores não são encarados pelo restante da sociedade local como potenciais protagonistas de um pacto territorial. Isso mudará quando uma ação voluntarista de coordenação e criação de um clima de confiança se estabelecer entre os atores locais, onde os agricultores são em maioria em muitas regiões. (ABRAMOVAY, 2000b, p.11).

Novos territórios tem se estabelecido com a criação de novos mercados que valorizam as potencialidades regionais territorializadas. Abramovay (2000b) destaca em um de seus estudos que uma nova atitude diante das atividades artesanais possui um potencial de geração de renda tanto maior quanto conseguem reunir num só produto a imagem do resgate de conhecimentos e modos tradicionais de fabricação dos produtos. Outra questão importante indicada pelo autor são as Universidades, podendo ter papel na formação de redes territoriais de desenvolvimento, sendo formadoras de incubação de empresas, na difusão das informações sobre linhas de créditos acessíveis para cada caso. “Também na formação de consórcios para o desenvolvimento local” (ABRAMOVAY, 2000b, p.12).

Assim, a visão territorial do desenvolvimento pode revelar potenciais no meio rural que o meio urbano não conhece. “O meio rural precisa ser encarado não como sustentação geográfica de um setor, a agricultura, mas como base de um conjunto diversificado de atividades e mercados potenciais e, então, seus horizontes serão ampliados” (ABRAMOVAY, 2000b, p.13).

No entendimento de Cunha (2007) os potenciais do meio rural são valorizados em quatro dimensões: o espaço produtivo, não apenas atividades agrícolas e

agroindustriais; o espaço de residência tanto para rurais quanto para urbanos; o espaço de serviços (lazer e turismo) e como espaço patrimonial, condições de subsistência, valorizado pela preservação dos recursos naturais e culturais.

Entretanto, a baixa densidade demográfica, a maior ou menor distância de grandes centros urbanos e a relação com a natureza não são condições suficientes para explicar o “atraso” em que se encontra em alguns territórios rurais.

Para Abramovay (2000b) é preciso construir novas instituições propícias ao desenvolvimento rural: fortalecer o capital social dos territórios muito mais do que promover crescimento desta ou daquela atividade econômica. Segundo ele, a própria urbanização aumenta a demanda por novos produtos oriundos do meio rural. “O desafio é fazer dos agricultores, a população rural, tornar-se protagonista central da construção de novos territórios” (ABRAMOVAY, 2000b, p.13).

3.2 A relação entre o território-desenvolvimento-sustentabilidade

O desenvolvimento também se orienta por pressupostos criados pela própria sociedade. No caso do desenvolvimento territorial acaba propiciando uma nova relação com o espaço (o território), pois aí se figuram as possibilidades e restrições para a implementação de dinâmicas socioprodutivas com vistas ao desenvolvimento.

Para Sposito (2008) é essencial realizar a conceituação das diferentes abordagens do desenvolvimento para que se visualize as dimensões do território nas suas várias concepções. O desenvolvimento regional é um processo de mudanças estruturais localizadas, em um âmbito territorial denominado região, que se associa a um permanente processo com a participação da comunidade, que nela habita e de cada indivíduo membro daquele território; o desenvolvimento local é o fenômeno global/local; onde as interferências mundiais respingam nas pequenas espacialidades geográficas; e o desenvolvimento endógeno evidencia os aspectos educativos de uma população de um território, está voltado para dentro, considera a educação um aspecto capaz de transformar socialmente as pessoas para adquirirem conhecimentos, capacidades, atitudes e valores que possibilitem o exercício da cidadania. Quanto ao desenvolvimento territorial é o desenvolvimento que se apresenta em diversos lugares, com diferentes intensidades, em forma de rede, para agregar valor aos produtos gerados por uma localidade, ao explorar potencialidades territoriais.

Mas, independente de qual concepção de desenvolvimento é colocada em prática, o que se precisa ter é a presença da noção de território inserida no contexto,

pois mesmo com as diferenças entre as regiões, elas ganham características para alavancar o desenvolvimento. Assim é possível resolverem problemas de maneira mais articulada; experimentar novos enfoques; aproveitar conhecimentos anteriores acumulados como experiência própria; absorver práticas e experiências de outras organizações; e transmitir o conhecimento de maneira rápida e eficaz.

Quando Saquet (2010) fala que o território é condição para o desencadeamento de processos de desenvolvimento, possui um entendimento de que a natureza e a sociedade estão manifestando-se de forma específica em diferentes lugares. Assim, quando se degrada o território, degrada-se o ambiente e vice-versa, pois a sustentabilidade é pensada para além da proteção da natureza, ela incorpora o território, quer dizer, com a sustentabilidade política, econômica, cultural e ambiental. “A natureza é um patrimônio territorial” (SAQUET, 2010, p.116).

Por isso, o território abre portas para uma dinâmica que também se apropria da natureza, buscando a sustentabilidade. Desta forma, o controle do território coloca-se como fundamental para garantia de suprimentos crescente em recursos naturais. Segundo Porto-Gonçalves (2006) os recursos naturais quando explorados socialmente obedecem às relações sociais e de poder, o que o autor chama de relações de “pertencimento” e “estranhamento”.

Na leitura deste autor é evidenciado que quando privamos um bem, o tornamos escasso. Então, riqueza é o contrário de escassez. Por isso, há um desafio em transformar a ideia de que a natureza é riqueza, é abundante. Além disso, exige-se que se aprofunde em concepções que tenham a riqueza como base teórica, e não a escassez (a pobreza).

Sob o capitalismo haverá sempre relações espaciais de dominação/exploração, tirando dos lugares e, mais, tirando dos do lugar, o poder de definir o destino dos recursos com os quais vivem. Desta forma, é preciso não só agir localmente como agir regional, nacional e mundialmente, posto que é a sociedade e seu espaço como um todo que está implicada no desafio ambiental. (PORTO-GONÇALVES, 2006, p. 290).

As abordagens sobre o desenvolvimento territorial em zonas rurais tendem a privilegiar os fatores econômicos, em detrimento da dimensão socioambiental. O enfoque setorial prevalece, segundo o trabalho de Miranda e Tiburcio (2011b) com direcionamento de políticas públicas para o setor primário (agronegócio e agricultura familiar), sem levar em consideração a visão intersetorial tida como necessária para se compreenderem as novas e complexas interconexões existentes entre os diferentes

setores da economia e as diferentes categorias sociais presentes no mundo rural, bem como as suas articulações com os espaços urbanos.

A articulação entre as políticas territoriais e sustentabilidade implica a construção de normas operacionais, que permitam aflorar contradições quando se coloca por objetivo articular três dimensões competitivas no processo de desenvolvimento (econômica, social e ecológica).

Os estudos de Miranda e Tiburcio (2011b) indicam que as regiões rurais do mundo que alcançaram altos índices de desenvolvimento socioeconômico sem comprometer de forma preocupante a base de recursos ambientais construíram e qualificaram ao longo do tempo arranjos institucionais capazes de gestar projetos inovadores. “O desenvolvimento territorial sustentável é tributário de um processo de formação, que procura requalificar o saber fazer local, lançando mão de novas tecnologias socioeconômicas e ambientais” (MIRANDA; TIBURCIO, 2011a, p.46)

Contudo, é importante pensar que o desenvolvimento deve ser concebido num quadro territorial, muito mais que a visão setorial (tipos de atividades) e sim, como criar condições para que a população valorize o território num conjunto variado de atividades e de mercados.

O sucesso de certas regiões rurais dos países desenvolvidos na geração de ocupações produtivas não podem ser atribuídas simplesmente a uma composição setorial favorável: o desempenho na criação de empregos resultam de uma dinâmica territorial específica que não é compreendida, mas que comporta aspectos da identidade regional, um clima favorável ao espírito empreendedor e a existência de redes públicas e privadas ou a atração do meio ambiente cultural e natural. (ABRAMOVAY, 1999, p.50).

Da mesma forma, Cunha (2007) possui uma visão de revalorização do mundo rural, onde o agrícola “não se confunde com o rural e a perspectiva setorial deve ser substituída pela perspectiva territorial, tendo as potencialidades de cada local valorizadas pela dinâmica da globalização” (CUNHA, 2007, p.11).

As estratégias de desenvolvimento rural apontam com mais freqüência a enfoques territoriais, nos quais os modelos de gestão rompem com as visões tradicionais do rural e do seu desenvolvimento. Na abordagem de Miranda e Tiburcio (2011a) a priorização do território, o multissetorial e multidimensional, a equidade e a coesão, assim como a relação entre o urbano e o rural se constituem suportes sobre os quais se definem os eixos estratégicos de desenvolvimento rural em concordância com os sistemas territoriais. “Estes modelos vem se fortalecendo por meio de experiências como da Europa, a dos Estados Unidos ou as do México e Brasil que oferecem

importantes aprendizagens para os demais países da região” (MIRANDA; TIBURCIO, 2011a, p.15)

O trabalho de Miranda e Tiburcio (2011a) apresenta a ideia de que o território deve ser entendido como uma construção social, que incorpora dimensões ambientais, econômicas, sociais, políticas e culturais. Isso gera a ideia de multidimensionalidade ao reconhecer que o território não é uma única coisa, pelo contrário é espaço, meio ambiente, institucionalidade, política, sociedade, economia e cultura com todas essas peculiaridades dinâmicas e em permanente construção e interdependência. Segundo os autores a multidimensionalidade traz a ideia de sistemas complexos que devem ser atendidos por políticas capazes de gerir mais de um cenário e que requeiram grande coordenação intersetorial.

A partir de 1970, o processo de urbanização brasileiro exerceu forte poder de atração sobre a população rural por sua dinâmica própria e por sua capacidade de geração de renda.

Como oposição a esta visão, apresenta-se alguns pensamentos defendidos pela política nacional, voltado especificamente para o segmento familiar da agricultura, o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)¹³, a respeito do viés urbano do desenvolvimento nas relações entre campo e cidade. O pressuposto é que existe um potencial de geração de renda no meio rural que a sociedade não tem sido capaz de valorizar.

Um dos pressupostos do PRONAF é de que não se pode esperar que os benefícios do crescimento econômico atinjam as populações mais pobres pela simples expansão da demanda por trabalho é preciso dotá-las dos meios que vão convertê-las em protagonistas do processo de crescimento econômico nas regiões em que vivem.

Mas é relevante lembrar que até 1990 não havia políticas diferenciadas e com abrangência nacional que levasse em conta a ampliação do meio rural e dos segmentos sociais que o integram. “As políticas para o meio rural eram coincidentes com objetivos setoriais, pautando-se em instrumentos de crédito agrícola indiferenciado ou em mecanismos para manutenção dos preços dos produtos agrícolas e do setor agrário brasileiro” (MIRANDA; TIBURCIO, 2011b, p.62)

¹³ PRONAF tem como objetivo financiar as atividades agropecuárias e não agropecuárias exploradas mediante emprego direto da força de trabalho do produtor rural e de sua família, entendendo-se por atividades não agropecuárias os serviços relacionados com turismo rural, produção artesanal, agronegócio familiar e outras prestações de serviço no meio rural que sejam compatíveis com a natureza da exploração rural e com o melhor emprego da mão de obra familiar. (BNDES, 2012, p.1)

Outro desafio é que as unidades familiares de produção na agricultura convertam-se na base do desenvolvimento rural para que possam participar de mercados dinâmicos, competitivos e exigentes em inovações. De acordo com essa perspectiva, o desenvolvimento rural não pode ser concebido como simples expansão das atividades agropecuárias. As atividades no meio rural (por mais que seja a tendência ao crescimento das atividades não agrícolas no campo) terão um peso determinante. A “quadratura do círculo” do desenvolvimento rural brasileiro será resolvida pela mudança decisiva nas formas de organização dos agricultores apoiados pelos movimentos sociais e pelo poder público. (ABRAMOVAY, 1999).

Outra ideia para contribuir para o desenvolvimento territorial é a busca por novos mercados. O rural passa por mudanças, onde busca-se a produção de gêneros diferenciados; produtos que não contenham químicos na sua composição e destinados a indústria farmacêutica; processo de diferenciação na demanda com características específicas dos produtos se sobrepõem a quantidade e ao preço; aparecem os casos de produtos orgânicos, não transgênicos, e outros.

Outro olhar da sociedade sobre o espaço rural é ser um espaço visto não exclusivamente com uma função produtiva (alimentos e matérias primas); tem função de preservação ambiental; de espaço ao lazer; valorização do espaço diferenciado do viver nas cidades. No caso, os hotéis-fazenda e o turismo ecológico tem meios necessários a seu aproveitamento econômico. Associados a essa oportunidade a democratização dos meios de comunicação, a descentralização dos investimentos e a construção de novas rotas de transporte no país beneficiam estas novas atividades rurais.

O trabalho de Miranda e Tiburcio (2011a) esclarece:

Mais da metade dos empregos rurais se encontram em áreas não agrícolas, abrindo alternativas para a busca de estratégias econômicas mais integradas ao território. Então busca a inclusão na agenda produtiva econômica de setores-chaves como os serviços ambientais, o comércio, a agroindústria, o artesanato, o turismo e a construção, dando grande potencialidade de desenvolvimento aos territórios rurais. A priorização do sentido de coesão social em vez da compensação, reconhecendo a produção das rendas sociais territoriais, como efeitos multifuncionais das atividades econômicas privadas. Predominam as limitações da segmentação entre o urbano e o rural, onde deve primar a integração de mercados e a existência de redes sociais, institucionais e culturais, entre o urbano e o rural, em territórios em que as economias primárias ou de serviço são explicadas pelas economias de localização, definidas por recursos naturais como agricultura, pesca, desenvolvimento florestal, mineração, ecoturismo e os serviços ambientais. (MIRANDA; TIBURCIO, 2011a, p.16-7)

Por outro lado, há uma visão pessimista de que os agricultores familiares seriam marginalizados pelo processo de globalização, mas aqueles que buscarem a valorização dos atributos de sua localização na produção de produtos diferenciados terão mais chances de desenvolvimento do que os ligados a mercados anônimos e indiferenciados; o desenvolvimento rural passa pela construção de novos territórios, isto é, pela capacidade que terão os atores econômicos locais de manejar e valorizar ativos específicos às regiões em que habitam; os vínculos territoriais motivam ao surgimento de potenciais adormecidos na cultura local, como é a formação de produtos de identificação geográfica, de procedência.

A valorização dos atributos territoriais pode trazer desenvolvimento, propiciando oportunidades de geração de renda e de manutenção e fixação da população no campo.

Diante de todos esses pressupostos que fortalecem a desmistificação do viés urbano do desenvolvimento, Abramovay (1999) defende que a organização local, a ampliação do círculo de relacionamentos dos agricultores, o aumento para acesso ao crédito e os investimentos públicos em infra-estrutura e serviços, investimentos em educação e formação tem o poder de alterar o ambiente institucional do meio rural e fazer com que ele deixe de ser assimilado como atrasado e abandonado. O capital social substitui, em parte, o capital físico, é onde os agricultores tem sua participação garantida no processo de desenvolvimento.

Diante disso, é possível trazer as contribuições de Miranda e Tiburcio (2011a) quando se referem as mudanças necessárias no fazer política e no papel das instituições. Eles dizem:

A evolução do desenvolvimento rural aponta uma mudança para fazer política no território, deixando de ser uma política setorial produtiva ou política setorial social, para transformar-se em uma política transversal que engloba e inclui o setorial. Há sinais de profundas transformações nas tendências das políticas e instituições do meio rural, mudanças para ajustes que envolvem entidades territoriais em modelos de federalização ou descentralização, superando o âmbito dos ministérios da agricultura. Está se apresentando a necessidade de especialização das instituições. (MIRANDA; TIBURCIO, 2011a, p.17)

3.3 A relação entre território-subdesenvolvimento-exclusão

No Brasil a incorporação da abordagem territorial, segundo os estudos de Miranda e Tiburcio (2011b) vem trabalhando a questão da significação do papel dos

espaços rurais nos processos de desenvolvimento econômico. Segundo eles, os espaços não são vistos apenas como produção, mas assumindo uma dimensão como espaço de vida, ao mostrar seus aspectos sociais e culturais presentes.

A necessidade de rever o rural no Brasil constitui um pressuposto das políticas de desenvolvimento territorial. Ínfimos vilarejos ou simples povoados foram transformados em cidades, de acordo com José Eli da Veiga, onde os critérios reforçaram ainda mais o distanciamento entre as áreas rurais e urbanas. Assim, as taxas de urbanização cresceram, subestimando a real dimensão dos espaços rurais, tendo uma influência forte sobre as concepções de promoção do desenvolvimento e sobre a representação social do lugar do rural na sociedade. O espaço fica que como condenado a desaparecer ou a reduzir bastante em termos de população como de atividade econômica. (MIRANDA; TIBURCIO, 2011b, p.16).

O território pode contribuir com a economia contemporânea, em seus processos dinâmicos, incluindo e excluindo regiões. Através do território é possível fazer uma mediação entre o global e o local. Assim afirma Raud (1999):

As estratégias de desenvolvimento se disseminam globalmente, mas só podem ser implantadas localmente. Santos afirma (1997b, p.271): o mundo é apenas um conjunto de possibilidades cuja efetivação depende das oportunidades oferecidas pelos lugares. O imperativo da competitividade exige que lugares da ação sejam global e previamente escolhidos entre aqueles capazes de atribuir a uma dada produção, uma produtividade maior. (RAUD, 1999 *apud* DALLABRIDA; BECKER, 2008, p.196-7)

Desta maneira, o que acontece em uma determinada região e/ou localidade em ser estigmatizada de desenvolvida ou subdesenvolvida está vinculada ao modelo adotado. Esclarece Haesbaert (2007):

Trata-se de espaços arrasados e padronizados a feição do modelo dominante, muitos preferem considerar espaços sem história, sem identidade. A velocidade atroz das novas tecnologias transforma num ritmo alucinante a paisagem e incorpora áreas imensas numa mesma rede hierarquizada de fluxos alinhavada em escalas que vão muito além dos níveis local e regional. As redes que conectam os capitais sem as bolsas mais importantes do mundo aceleram a circulação planetária, por outro geram uma massa de despossuídos, sem as menores condições de acesso a essas redes e sem autonomia para definir seus circuitos de vida [...] ficam totalmente marginalizada do processo de produção, formando assim verdadeiros amontoados humanos... de exclusão... (HAESBAERT, 2007, p.160)

Uma dos principais dilemas da ação do Estado nas suas tentativas de promover o desenvolvimento rural, segundo Miranda e Tiburcio (2011b) é a ideia de rural e de ruralidade, determinado pela concepção do destino urbano do progresso social.

A percepção do rural como residual e sua associação automática a ideia de pobreza e de atraso restringem as possibilidades de investimentos científicos, políticos e econômicos, onde a posição marginal é sempre reforçada, seja simbolicamente, seja materialmente. (MIRANDA; TIBURCIO, 2011b, p.17)

Ao refletir, e mesmo questionar-se, por que as regiões respondem diferentemente aos interesses do processo de globalização. Dallabrida e Becker (2008) tentam responder:

Certamente é por que algumas regiões reagem passivamente não conseguindo desenvolver seu modelo próprio e específico de desenvolvimento, enquanto outras agem ativamente e o conseguem. [...] As últimas são as regiões (lugares) que conseguem articular os interesses locais (sociais e ambientais) regionalmente e inseri-los na dinâmica local de desenvolvimento articulando os interesses socioambientais regionalizados aos interesses econômico-corporativos transnacionalizados. (DALLABRIDA; BECKER, 2008, p. 46-7)

Assim, Dallabrida e Becker (2008) ensinam que as regiões que agem passivamente não lhes resta outro caminho a não ser inserir-se globalmente, de forma submissa, construindo um modelo de desenvolvimento que corresponde aos interesses econômicos-corporativos multinacionalizados (o mercado capitalista), tendo o mercado como determinante da dinâmica do desenvolvimento local-regional.

Já Boisier (2006) tem um entendimento diferente, mostra que o processo de desenvolvimento regional é um processo de mudança social que tem como finalidade o progresso permanente da região, da comunidade regional como um todo e de cada indivíduo residente nela. Ele completa:

Construir socialmente uma região significa potencializar sua capacidade de auto-organização, transformando uma sociedade inanimada, segmentada por interesses setoriais, pouco perceptiva de sua identidade territorial e em definitivo, passiva, em outra, organizada, coesa, consciente da identidade social-região, capaz de mobilizar-se por projetos políticos coletivos, isto é, capaz de transformar-se em sujeito de seu próprio desenvolvimento. (BOISIER, 2006 *apud* DALLABRIDA; BECKER, 2008, p.181)

A capacidade de articular as dimensões (econômicas, sociais, culturais, políticas e territoriais), no sentido de superar as contradições e resolver os conflitos através da articulação dos interesses locais com as demandas regionais, nacionais e até mundiais. E após essa articulação, construir um projeto próprio e específico de inserção diferenciada e diferenciadora, portanto, alternativa do desenvolvimento local-regional no desenvolvimento global, vinculando os interesses econômicos-corporativos

multinacionalizados aos interesses socioambientais regionalizados. Essa articulação na sua forma de reação ativa somente é e será possível se os atores sociais, enquanto protagonistas diretos do desenvolvimento territorial contarem com um aparato político institucional mediador e viabilizador do seu processo de desenvolvimento.

No documento da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OECD)¹⁴, de 1995, intitulado *Local Economies and Globalisation* afirma que a solução para esse problema depende de um esforço de construção institucional, capaz de difundir na região novas atitudes mais funcionais para promoção do desenvolvimento. O documento propõe: desenvolver a confiança e a cooperação (instalação de um fórum, onde aja um fluxo de informações que capacita os atores sociais e as empresas a avaliarem-se mutuamente); criar coalizões políticas (criar conselhos econômicos regionais para dar publicidade a determinados temas, constatando possibilidades de desenvolvimento a longo prazo); cooperação inter-regional (o sucesso do crescimento econômico regional traz consigo o problema das relações com outras regiões concorrentes dentro ou fora do país, a concorrência acirrada pode trazer prejuízos sobre a riqueza nacional).

Também é recorrente no debate sobre desenvolvimento territorial a questão da valorização da participação social, a implementação e gestão das decisões referentes às políticas públicas. Conforme Miranda e Tiburcio (2011b) esse tema emerge desde 1980, e a constituição de 1988 refletiu esse debate com a pressão trazida pelas lutas sociais. Como resultado, hoje há uma proliferação de conselhos (saúde, educação, desenvolvimento, etc) cujo objetivo é conformar espaços de debate e concertação que ampliem a participação cidadã e as possibilidades de gestão democrática das políticas públicas.

Em diversas avaliações sobre a participação nas políticas de desenvolvimento rural, o trabalho de Miranda e Tiburcio (2011b) evidencia que entre a intenção da ampliação da participação e sua realidade há limites e impedimentos importantes. Com a obrigatoriedade de paridade entre os órgãos do governo e representantes da sociedade civil na composição dos conselhos, o poder efetivo sobre a elaboração e a

¹⁴ A Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) é uma organização internacional e intergovernamental que agrupa os países mais industrializados da economia do mercado. Tem sua sede em Paris, França. Na OCDE, os representantes dos países membros se reúnem para trocar informações e definir políticas com o objetivo de maximizar o crescimento econômico e o desenvolvimento dos países membros. (CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO, 2007, p.1)

gestão dos projetos se concentrava, na maioria dos municípios, nas mãos dos prefeitos. Com uma ampla pesquisa no tema, destacam-se as diferenças de poder no interior dos colegiados que se expressam na maior capacidade de prefeitos ou de algumas lideranças em se apropriar de projetos.

A criação de colegiados territoriais restringiu o poder das prefeituras, impondo sua divisão com organizações não governamentais e entidades representativas de interesses organizados mas não resultou em novas estratégias. Isso é o que chamam de vícios de origem, a falta de uma proposta estratégica de desenvolvimento que reposicione o lugar do rural e que inclua os diferentes atores e não apenas os ligados à agricultura familiar. (MIRANDA; TIBURCIO, 2011b, p.20)

Segundo esses autores caberia abrir possibilidade para agregar nos conselhos os mais diferentes segmentos em especial os portadores de maior capacidade inovativa e maior capacidade econômica para potencializar as ações previstas nos projetos. Alguns acreditam que essa participação poderia propiciar um controle desses atores nos conselhos, trazendo políticas para o seu campo de interesse, produzindo novas formas de exclusão dos agricultores familiares. (MIRANDA; TIBURCIO, 2011b)

As atividades de desenvolvimento rural e as políticas públicas que as sustentavam não estão incorporando uma parcela importante das populações que aparecem, em tese, como seu público alvo. Assim, é reforçado o fato de que a participação política demanda recursos, capacidade organizativa e legitimação social.

Nos municípios rurais pobres e com baixa densidade populacional pouco se conseguiu impulsionar transformações locais. Outro aspecto é que os conselhos mostram fragilidades na articulação com outras institucionalidades e com os atores fundamentais para o desenvolvimento rural territorial, caracterizando o processo como não democrático, centralizador e como legitimador, em muitas vezes, das relações de poder já existentes. (MIRANDA; TIBURCIO, 2011b, p.22)

Na concepção de Miranda e Tiburcio (2011b) o que se constata é que os territórios não conseguem exercer pressão ou construir acordos que tornem os seus projetos demandas públicas mais amplas. Os projetos são quase sempre reivindicações de segmentos específicos que estão presentes nos colegiados territoriais.

Não há hierarquias estabelecidas entre os diversos níveis de colegiados de desenvolvimento rural. As relações entre o Condraf, os colegiados estaduais, os conselhos municipais e os colegiados territoriais ocorrem principalmente por meio de

articulações políticas. A política de desenvolvimento territorial supõe uma articulação, mas não especifica de que forma e os instrumentos para viabilizá-la.

Ela parece ficar a mercê da vontade política dos atores sem instrumentos efetivos para implementá-las. Os territórios da cidadania como ação política que busca dar continuidade à política de desenvolvimento territorial parece ser uma iniciativa que se propõe a essa articulação. (MIRANDA; TIBURCIO, 2011b, p. 26)

Boisier (1997) explica como garantir o desenvolvimento:

Não há nenhuma receita que garanta o êxito em matéria de desenvolvimento. No entanto, há pelo menos duas afirmações certas: se o desenvolvimento se encontra em nosso futuro, não serão com as ideias do passado que o alcançaremos; se o desenvolvimento é um produto da própria comunidade, não serão os outros, senão seus próprios membros, quem o constituirá. (BOISIER, 1997 *apud* DALLABRIDA; BECKER, 2008, p.202).

Com tudo isso, as mudanças nos processos produtivos e nos seus resultados nas diferentes regiões forçaram profundas transformações nas teorias e políticas de desenvolvimento. Os desequilíbrios regionais, intensificados pela reorganização da produção globalizada, passaram a ser estudados sob duas categorias analíticas, embora diferentes, convergentes e complementares: a sustentabilidade e a endogenia.

O desenvolvimento sustentável está mais direcionado para o estudo das condições ambientais relacionadas com a qualidade de vida humana das gerações atual e futura. Já a teoria do desenvolvimento endógeno procura responder às questões relacionadas às desigualdades regionais e à sua solução.

Segundo Moraes (2008) a principal contribuição da teoria endogenista seria verificar como instituições e fatores de produção, como capital social, capital humano e capital imaterial (conhecimento, pesquisa, tecnologia e informação), poderiam ser gerenciados de dentro da região, e não mais a partir de fora como proposto nos anos 60 e 70. Conclui-se, então, que a região dotada com esses fatores ou estrategicamente direcionada para desenvolvê-los internamente teria maior potencial de dinamização.

De acordo com Soto (2008), o desenvolvimento regional é e não é, ao mesmo tempo, desenvolvimento global e desenvolvimento local. Daí seu caráter contraditório, pois o desenvolvimento regional aparece como projeto político em que a democracia, a organização e a participação social são os elementos que o fundamentam.

Na expectativa de superação da pobreza, o desenvolvimento deve ser entendido como melhoria da qualidade de vida, sendo muito mais que o mero

crescimento econômico. Assim, Etges (2001) aponta a existência de diferenças amplas entre as iniciativas de caráter regional e de caráter local.

Conforme os apontamentos de Etges (2001) as ações que integram o desenvolvimento regional são de infra-estrutura na região e seus principais gargalos, os principais eixos estruturantes da região, a competitividade sistêmica em relação a outras regiões e meios para fortalecê-la, a disponibilidade de recursos naturais e formas de utilizá-los de maneira sustentável. Já o contexto do desenvolvimento local é voltado ao fomento de empreendedores locais, para programas de inclusão social, para melhoria da qualidade de vida, em comunidades do município, forma de potenciais para o trabalho no fomento a redução da pobreza, através do apoio a processos de desenvolvimento no meio rural a saber: a agricultura como elemento importante no desenvolvimento rural (melhoria de qualidade de renda familiar, geração de novos postos de trabalho e manutenção de um tecido social saudável no meio rural, mas não no modelo produtivista da Revolução Verde nos anos 70); agricultura familiar com potencial atuação na segurança alimentar na propriedade (demanda por produtos diferenciados, produzidos sem dano a natureza) e na exportação com produtos de potencial; atividades não agrícolas (base da agricultura familiar), tem potencial de crescimento no meio rural e não é valorizada pelas políticas públicas; educação de qualidade é necessária para o estabelecimento de processos de desenvolvimento; parceria e organização comunitária (os processos de desenvolvimento não são formados por apenas um ator, é preciso que o potencial trabalho da agricultura familiar esteja num novo tipo de cooperativismo); direção dos recursos públicos com o fim do discurso globalizante, colocando a discussão sobre o papel relevante de localização dos recursos públicos a favor da redução das desigualdades); mobilização dos atores locais para promover o desenvolvimento rural (construído de dentro para fora e viabilizar as mudanças).

Conforme Soto (2008), o reconhecimento da importância das potencialidades e da acumulação de valores culturais (capital social) para que as regiões consigam responder de maneira positiva aos desafios da globalização, construindo seus próprios modelos de desenvolvimento, aproveitando as oportunidades e ampliando suas potencialidades. O autor levanta a tese de que o desenvolvimento é a consequência da democracia, e esta é por sua vez, resultado da organização social. Então, uma sociedade organizada, é mais democrática e é mais desenvolvida.

Moraes (2008) argumentam que as empresas globais escolhem os pontos que consideram estratégicos para sua existência produtiva e o resto do território torna-se espaço preterido, marginalizado dos fluxos mais dinâmicos da economia. Com isso, o território sofre um processo de ocupação seletiva constituindo as desigualdades regionais.

Assim, as localidades concorrerão entre si mesmas para conseguir os escassos recursos ao invés de confrontar os ricos. O papel passivo dos territórios locais, segundo Saquet (2010) pode ser justificado como encantador de nossa liberdade de escolha e movimento, pois o território se torna uma ferramenta muitas vezes dos ricos para explorar as massas.

Ao estabelecer as desigualdades, aparece então o fenômeno exclusão social. Esse processo é identificado especialmente à situação de não ter. Mas, as abordagens estudadas mostram que ela vai bem mais longe, vai além da situação de não ter. Para Martins (1997) trata dos constrangimentos do ter, o que torna o fenômeno da exclusão social uma temática do ser muito mais do que simplesmente ter.

Assim, a exclusão moderna está na desumanização própria da sociedade contemporânea, “que os torna ‘panfletários’ na mentalidade ou os torna indiferentes em relação as manifestações visíveis no sorriso pálido dos que não tem um teto, ou não tem trabalho, e sobretudo, não tem esperança”. (MARTINS, 2002, p.21).

O território é espaço para o desenvolvimento e para as contradições advindas de suas ações e transformações. Oliveira (2002) entende que as relações sociais de produção e o processo contínuo e contraditório de desenvolvimento das forças produtivas que dão a configuração ao território. Ou seja, ao mesmo tempo em que o desenvolvimento avança reproduzindo relações eminentemente capitalistas, produz também igual e contraditoriamente, relações camponesas de produção (não-capitalistas) necessárias à lógica de desenvolvimento.

Para o estudioso, o processo de construção do território se dá de maneira simultânea, onde se constrói, destrói, mantém e se transforma. Então: o processo de construção do território é construção, destruição, manutenção e transformação. O que também é chamado de desenvolvimento desigual, simultâneo e combinado. “As desigualdades internas de um país são produto do que o autor denomina de desenvolvimento territorial desigual” (OLIVEIRA, 2002, p.281). Nesta concepção, o território é a contínua luta da sociedade pela socialização igualmente contínua da natureza. Como o território é entendido como multifuncional e multiescalar, ele está

estabelecido por redes e fluxos, pode-se dizer que existem territórios-zonas; territórios-redes e aglomerados de exclusão.

De acordo com Oliveira (2002) é possível se construir territórios diferentes no mundo ou ainda frações de um mesmo território, que conheçam processos desiguais de valorização, produção e reprodução do capital. Para ele, o capital “espacializou-se” (internacional), a terra “nacionalizou-se” (nacional). Com isso, a agricultura passa por transformações, unindo campo e cidade, rural-urbano; não há mais separação, unem-se nos processos produtivos e nas relações sociais de trabalho.

Na concepção de Etges (2001) os países que fizeram a reforma agrária como Alemanha e França, passaram a ter a sua população distribuída de forma mais homogênea por todo o território, fazendo com que hoje não se distinga mais o espaço urbano do rural, devido à proximidade em espaço relativo, os aglomerados de população, com acesso à infraestrutura, que garante a qualidade de vida, mesmo nos espaços menos povoados.

Para Oliveira (2002) o capitalismo está unificando o que ele separou no início de seu desenvolvimento: indústria e agricultura. E esses processos de desenvolvimento capitalista no campo revelam um processo de territorialização do capital monopolista na agricultura; e também, o capital monopoliza o território sem territorializar-se (é o processo de monopolização do território pelo capital monopolista, onde os agricultores estão integrados ao capital urbano-industrial, financeiro e comercial).

A distribuição desigual e o acesso à terra são questões levantadas como maneira de estabelecer novos territórios (as novas territorializações): a incorporação de formas usuais do passado e atuais para tomar posse da terra. Oliveira (2002) destaca a concentração de terras nas mãos de poucos proprietários (os latifundiários) e a existência de um crescimento dos pequenos estabelecimentos (a agricultura familiar). Este último segmento, sendo apontado como os principais atores para as perspectivas de desenvolvimento para o fim do século.

4 CARACTERIZAÇÃO GERAL DAS ATIVIDADES SOCIOPRODUTIVAS NO MUNICÍPIO DE LAVRAS DO SUL - RS

Esse capítulo se refere a caracterização das atividades socioprodutivas do município de Lavras do Sul com a finalidade de situar o recorte regional em estudo, e também, introduzir as informações da pesquisa de campo na análise do desenvolvimento sob o enfoque territorial.

O estudo foi realizado no município de Lavras do Sul (RS), utilizando a técnica da entrevista, com visitas a campo, com o objetivo de interagir com os informantes diretos (representantes de grupos organizados de produtores rurais).

Foram utilizados questionários, contendo questões semi-abertas para proporcionar informações objetivas e subjetivas (conforme Apêndice A). As questões 1, 2 e 8 do questionário de questões semi-abertas compuseram dados informativos sobre as características sociais das atividades rurais desenvolvidas em cada propriedade participante deste estudo. Já as questões 3, 4, 5, 6 e 7 demonstraram as características produtivas.

As questões abertas, conformaram um questionário que contém um conjunto de 23 questões, que abordaram a identificação das atividades socioprodutivas (agrícolas ou não-agrícolas e inovadoras) nas propriedades participantes; investimentos financeiros e técnicos dedicados ao desenvolvimento das atividades socioprodutivas; geração de empregos; modificações no manejo ou no sistema de produção das atividades implementadas nas propriedades; a relação das atividades socioprodutivas e o meio ambiente; influência das atividades socioprodutivas e a população; categorização do desenvolvimento no município de Lavras do Sul; melhorias no município de Lavras do Sul.

A pesquisa de campo foi realizada em duas etapas. A primeira parte no início do mês de fevereiro, e a segunda, na primeira quinzena do mês de março do ano

corrente. Participaram destas entrevistas 10 propriedades rurais, perfazendo um total de 14 produtores rurais.

4.1 Características Sociais

Dos 14 entrevistados neste trabalho, 06 são naturais de Lavras do Sul (RS), 02 são de Bagé (RS), 01 é de Lajeado (RS), 01 de Santo Augusto (RS), 01 de Campo Novo (RS), 01 de Santa Maria (RS), 01 de São Borja (RS) e 01 de Porto Alegre (RS). Entre o número de entrevistados 50% são mulheres e 50% homens.

Na categoria tempo de residência no município de Lavras do Sul, o universo de entrevistados está conformado da seguinte maneira:

Tabela 1 - Tempo de residência entre os entrevistados no município de Lavras do Sul-RS

Menos de 01 ano de residência	01 proprietário rural
De 01 a 10 anos de residência	02 proprietários rurais
De 10 a 20 anos de residência	03 proprietários rurais
De 20 a 30 anos de residência	06 proprietários rurais
De 30 a 40 anos de residência	01 proprietário rural
De 50 a 60 anos de residência	01 proprietário rural

Fonte: Pesquisa de Campo, 2012

Quanto a forma como foi constituída a propriedade rural, os entrevistados da pesquisa informaram que 03 proprietários rurais conquistaram as suas terras através da compra; 02 proprietários rurais receberam a propriedade como herança; 01 proprietário rural comprou parte da propriedade e outra parte recebeu como herança; 02 proprietários rurais compraram a sua propriedade e possuem arrendamentos; 01 proprietário rural herdou sua propriedade rural e possui arrendamento e 01 proprietário rural possui outra forma de constituição da propriedade.

Esta mão de obra familiar é dividida entre 07 mulheres e 15 homens na propriedade rural. E a média de idade nesta divisão de trabalho familiar compreende as seguintes faixas etárias: de 25 a 40 anos, 08 proprietários rurais; de 40 a 65 anos, 11 proprietários rurais e de 65 a 80 anos, 03 proprietários rurais.

As propriedades rurais também contam com a utilização de mão de obra extra-familiar. Nas entrevistas realizadas a divisão de trabalho se dá através da contratação de empregados temporários e permanentes, 04 propriedades rurais; uso da ajuda mútua, 01 propriedade rural; empregados permanentes e ajuda mútua, 01 propriedade rural e por fim, empregados temporários, permanentes e ajuda mútua em 04 propriedades rurais.

Os números absolutos de trabalhadores extra-familiar estão estabelecidos em 58 empregados temporários; 40 empregados permanentes e 13 pessoas envolvidas em ações de ajuda mútua.

4.2 Características Produtivas

A pesquisa verificou que 08 propriedades rurais utilizam as terras para produção agrícola e não-agrícola e 02 propriedades rurais para uso exclusivamente não-agrícola. Destas, 04 propriedades rurais dedicam-se aos cultivos e 06 propriedades somente a pastagens. Das propriedades envolvidas na pesquisa, 08 possuem áreas de mata, assim como, 08 propriedades possuem terras não aproveitadas ou com construções (incluindo, aqui, os açudes) e uma das propriedades destina a terra à outra utilização que não à agricultura (mineração).

Quanto à distribuição no uso da terra as propriedades inseridas neste trabalho estão arranjadas da seguinte forma:

Tabela 2 - Uso da terra nas propriedades entrevistadas em Lavras do Sul-RS

Lavouras temporárias	04 propriedades rurais
Pastagens permanentes	01 propriedade rural
Pastagens temporárias	05 propriedades rurais
Matas permanentes	08 propriedades rurais
Não aproveitadas e com construções	09 propriedades rurais

Fonte: Pesquisa de Campo, 2012

Em termos de atividades agropecuárias, há 07 propriedades que desenvolvem trabalhos agrícolas e pecuários, 01 propriedade que se dedica ao cultivo, 01 propriedade que trabalha com rebanhos e 01 propriedade dedicada ao trabalho de exploração mineira. Das propriedades rurais visitadas foi possível identificar que os

cultivos mais freqüentes são aveia e azevém para pastagem. Em segundo lugar, ocupa a cultura do milho e da fruticultura, seguida pela soja e feijão.

Em relação à criação de animais, nas propriedades entrevistadas foram encontradas: 2.130 cabeças de gado de corte, 02 cabeças de gado de leite, 886 cabeças de ovinos, 257 aves (peru, pavão, galinha caipira, ganso, marreco, jacu, angulista e outras), 83 equinos e 18 suínos. Além disso, existem nas propriedades visitadas 25 cabritos, 09 jegues e 80 caixas de apiários.

A respeito da comercialização de produtos oriundos das atividades socioprodutivas do município de Lavras do Sul temos: a carne bovina que em 05 propriedades rurais estão destinando como matéria prima aos frigoríficos da região e venda direta. A carne ovina em 04 propriedades rurais, que estão investindo para viabilizar a matéria prima aos frigoríficos da região, associação de produtores, venda direta e consumo familiar. O leite em 01 propriedade rural que destina toda a sua produção de leite para consumo familiar e para própria agroindústria (doces e queijos). E a produção de frutas, especialmente figos em 02 propriedades rurais, que realizam o repasse da produção da cultura à agroindústria da região, venda direta e consumo familiar. A pastagem de azevém em 02 propriedades rurais, que destinam a sua produção para consumo dos animais e 01 propriedade faz a venda direta como silagem. A produção de sementes de soja em 01 propriedade rural, que encaminha a produção para clientes diretos. Já a produção de soja, 01 propriedade rural repassa sua produção para indústria (Granello Cereais). A produção de milho, em 01 propriedade rural destina sua produção para indústria e para o consumo animal. A produção de lã em 01 propriedade rural, que repassa a matéria prima à cooperativa da região e 01 propriedade rural, que faz venda direta. A produção de mel em 01 propriedade rural, que destina 10% do produto à comercialização no município e 90% da matéria prima, é exportado e 01 propriedade rural usa sua produção para consumo próprio. A produção de lenha, 01 propriedade rural destina sua produção para padarias e fábricas de calcário da região. Nesta propriedade, produz-se carvão como subproduto da lenha de eucalipto, encaminhado ao comércio local do município. A produção é de 30 mil quilos de carvão/ ano.

Quanto à formação da renda nas propriedades pesquisadas é exclusivamente agrícola em 08 propriedades rurais, enquanto que 07 delas sustentam-se por atividades não-agrícolas, combinadas com a renda agrícola.

Quanto aos recursos financeiros nas 10 propriedades rurais entrevistadas, foi constatado que em 06 delas, há um retorno de 80 a 90% de recursos financeiros com a produção de bovinos; a produção de ovinos representa de 15 a 20% de recursos financeiros em 03 propriedades rurais; as frutas compõem de até 20% de recursos financeiros em 02 propriedades rurais. Em 01 propriedade rural, 90% de recursos financeiros são advindos da produção de soja para compor a renda da propriedade. Também em 01 propriedade rural compõe 10% dos recursos financeiros, a produção de aveia e azevém, 01 propriedade rural obtém 10% da sua renda com a produção de milho e 01 propriedade rural também tem 10% da sua renda obtida com a produção de eucalipto (lenha e carvão).

Também há 01 propriedade rural que forma 15% de sua renda, através da piscicultura, avicultura e suinocultura. Em outra propriedade rural 15% é o retorno financeiro da produção de mel. Há 01 propriedade rural que forma sua renda com 30% de recursos financeiros advindos da agroindústria. E 01 propriedade rural tem 10% dos recursos na formação da renda pela produção de eucaliptos, assim como, a produção de caprinos, representa 1% na composição da renda em 01 propriedade rural.

Já as atividades não-agrícolas, mas que compõem a renda nas propriedades entrevistadas foram distribuídas da seguinte forma: 02 propriedades rurais formam sua renda através da aposentadoria; 01 propriedade rural forma sua renda através da prestação de serviços; 01 propriedade rural forma sua renda a partir, e exclusivamente, (100%) das atividades de mineração; 01 propriedade rural dedica a prestação de serviços como formação da renda; 01 propriedade rural apresenta o turismo rural como opção na formação da renda; 01 propriedade rural destina de 15 a 50% à produção de tecelagem para compor sua renda e 01 propriedade rural, 10% de recursos financeiros para a realização da cinofilia¹⁵.

De outra forma, é necessário compreender como é investido ou reinvestido a renda nas propriedades rurais. Das 10 propriedades entrevistadas, 02 propriedades não souberam identificar a aplicação de sua renda. Apenas 01 propriedade rural assinalou a alimentação o item que mais investe. Em outra, identificou-se a renda da propriedade com 70% de investimento no item empregados. Depois, o item “outros” é o que recebeu maior percentagem de destino de investimento da renda da propriedade.

¹⁵ Cinofilia- significa amor aos cães e também o estudo e dedicação à criação e desenvolvimento das raças caninas. Para essa segunda opção, existem diversas federações espalhadas pelo mundo que servem para criar regras de criação e emissão de pedigrees. (CINOFILIA..., 2012, p.1)

Nesta categoria, as propriedades variaram entre 30% a 80%, podendo ser incluída às diversas despesas/necessidades (capacitação, uso de tecnologias, combustível, insumos, reposição de animais, compra de automóveis, passeios e outros bens duráveis e não-duráveis).

4.3 Caracterização das propriedades rurais entrevistadas

4.3.1 Propriedade de Pecuária, Agroindústria artesanal e Turismo rural

A propriedade Meia Lua, de Maria, 66 anos, está situada na localidade da Meia Lua no município de Lavras do Sul, e tem uma dimensão física de 350 ha, que foram adquiridos por compra. (Ver figuras 8 e 9)



Figura 8 - Visão da sede da propriedade
Fonte: A autora, fevereiro, 2012.



Figura 09 - Cafés Campeiros com produtos da agroindústria artesanal
Fonte: A autora, fevereiro, 2012.

A principal atividade desenvolvida é a pecuária, particularmente a produção de carneiros, que são comercializados junto ao Núcleo de Carneiros do município. A propriedade também possui rebanho de ovinos, em menor volume de cabeças, mas também comercializa seus produtos de maneira informal, diretamente na propriedade (carne e lã) (Ver figura 10). *A pecuária, o gado é de boa qualidade [...] então, tem facilidade de vender o gado*, fala a entrevistada.



Figura 10 - Caminhão com lã ovina comercializada pela propriedade
Fonte: A autora, fevereiro, 2012.

Como identificação de atividade agrícola e não-agrícola considerada inovadora, Maria diz ter sido a agroindústria. A produtora rural faz doce de figo, laranja, abóbora, ambrosia, cidra, rapadurinhas. (Ver figura 11)



Figura 11 - Produção artesanal de doces
Fonte: A autora, fevereiro, 2012.

Ela procura aproveitar tudo o que tem na propriedade, como o leite, fazendo queijo, manteiga, e com o soro do leite fabrica pães. Esses produtos são vendidos no quiosque da Emater/RS, na cidade, por meio do grupo da agroindústria chamado

“Sabor da Terra”, do Programa RS Rural¹⁶. Nesse quiosque, um grupo de 10 mulheres divulga e comercializa a produção de produtos oriundos de suas propriedades rurais (Ver figura 12).



Figura 12 - Organização do grupo de mulheres na agroindústria artesanal
Fonte: A autora, fevereiro e março, 2012.

¹⁶ Programa RS Rural Conhecido como RS Rural, resultou de um acordo de empréstimo do Banco Mundial ao Governo do Rio Grande do Sul. Iniciou-se em julho de 1997 com duração prevista para seis anos, tendo como meta melhorar o manejo e a conservação dos recursos naturais de forma integrada com a melhoria das condições de vida das comunidades pobres. Foi concebido em consonância com a política do Banco Mundial de apoio a fundos sociais voltados ao combate à pobreza estrutural através da transferência de recursos para organizações locais da sociedade civil. Obedecendo a critérios predeterminados de elegibilidade, essas agências direcionam os recursos demandados em forma de pequenos projetos para a sociedade civil e assumem a responsabilidade da sua gestão. (WEISS, 2000 apud GRANDO, 2007)

As taxas de manutenção do ponto de venda são financiadas pela Emater/RS. E, com essa divulgação no quiosque, Maria tornou-se conhecida pela produção e também é procurada diretamente na sua casa na cidade e na propriedade rural. O grupo Sabor da Terra também realiza cafés campeiros direcionados a eventos no município.

Maria recebeu apoio da Emater/RS para implementar sua atividade e também participar de capacitações técnicas. *Eu nunca me vi vendendo doces, até no começo eu tinha uma certa vergonha, que a Mariluce (extensionista da Emater municipal) sabe que a nossa cultura daqui é assim: tu dá para parentes, a gente fazia figada para distribuir para família, amigos, vizinhos...*, conta Maria.

O caso da produtora rural vem referendar a teoria de Sen (2007), que defende que só há desenvolvimento quando os resultados do crescimento servem à ampliação das capacidades humanas. Assim como, ao que Sachs (1995), também argumenta sobre como o desenvolvimento pode permitir que cada indivíduo revele suas capacidades, talentos e sua imaginação na busca da auto-realização.

O que levou a produtora rural a implementar uma agroindústria informal doméstica na sua propriedade foi a habilidade em fazer doces, passado de geração a geração, um saber-fazer herdado dos antepassados. *Eu acho que herdei da minha mãe, de não ver nada se perder, e aí, as frutas se perdem, né [...] eles plantavam e tiravam leite e aquilo tudo sobrava demais [...] e eu pensava que se tivesse um lugar, uma feirinha[...]eu gosto de aproveitar as coisas*, lembra ela.

A produtora rural internaliza o pensamento de Sachs (1993) quando coloca em prática o uso adequado de todos os recursos existentes na propriedade, pois segundo o autor para promover o desenvolvimento sustentável é preciso mudar para assegurar o envolvimento e a participação das pessoas do campo e conservar os recursos naturais para aumentar a capacidade do ecossistema.

Em relação aos cuidados com o ambiente, a produtora rural fala que as atividades da agroindústria doméstica não trazem prejuízos ambientais. Os doces são totalmente naturais, os resíduos das frutas são destinados a alimentação dos animais na propriedade. *A abóbora eu pico, passo no liquidificador e vai para os animais; o que é fruta vai para horta, eu tenho um canto lá, que eu vou botando*, explica Maria.

Sobre ministrar cursos, a produtora rural conta que foi convidada para realizar treinamentos como instrutora numa instituição em Gramado, mas sua família (filhos e netos) não avaliara como uma boa proposta. Maria diz ter muitas idéias, mas não

dispor de recursos financeiros para concretizá-las, então, julga que essa seria uma oportunidade. *Minha família disse que o proponente dos cursos poderia ficar com minhas ideias. Então, eu disse: eu não me importo, ideias não se vendem, e também, como não tenho dinheiro para pô-las em prática, daí ia servir para outra pessoa, eu penso assim...*, conta a entrevistada.

Ela diz que o município não é desenvolvido, mas que tem potencial pelo fato dos lavrenses possuírem um nível cultural diferenciado. *Lavras é uma cidade diferente. É a única cidade do RS que começou com a exploração do ouro, então teve influência de europeus que vieram para cá e trouxeram coisas. E as nossas origens todas têm a ver com isso*, identifica a entrevistada. Assim, ela apresenta a exploração da mineração como solução para o desenvolvimento, respeitando a capacidade de geração produtiva do próprio ecossistema, o que Sachs (1993) chama de sustentabilidade ambiental.

4.3.2 Propriedade de Pecuária, Artesanato e de Tecelagem em lã

A propriedade de João e Rita, respectivamente, de 55 e 45 anos de idade, está situada nas proximidades do segundo distrito do município de Lavras do Sul, o Ibaré. A propriedade possui 10 ha e foi adquirida através de herança. Há 30 ha ainda, mas que são utilizados em parceria com os irmãos de João.

A principal atividade desenvolvida é a pecuária, com a produção de gado para invernar, onde os animais são comercializados nos remates da Associação Rural do município ou por meio de venda direta na propriedade. Há cabeças de ovinos, mas somente para consumo familiar. A criação bovina foi a alternativa da família por que o ecossistema tinha maior predisposição natural para as pastagens e porque a atividade faz parte da tradição cultural da família. No passado, dedicava-se também a criação de porcos e aves (galinhas). Hoje, esses animais existem na propriedade, mas para consumo da família.

Como identificação de atividade agrícola e não-agrícola considerada inovadora, Rita identifica o artesanato. Ela começou a tecer quando participou de vários cursos promovidos pela Emater/RS. (Ver figura 13)



Figura 13 - Técnica de fazer fio de lã
Fonte: A autora, fevereiro, 2012.

A produtora rural conta que com essa nova atividade, eventualmente oportuniza ocupação para mais duas artesãs. E, foi motivada a essa nova função pelo fato de ver que poderia ter maior resultado, por que gosta de tecer e criar peças artesanais. Por tudo isso, participa do grupo de mulheres tecelãs da Emater/RS e toda a produção é comercializada no município de maneira direta e, em alguns casos, intermediado pela própria Emater/RS.

Antes do processo de fiação da lã, os velos¹⁷ passam por uma lavagem. A produtora explica que não utilizam nenhum produto químico nesta atividade, pois o sabão usado é glicerinado, feito em casa. (Ver figura 14)

¹⁷ Velos- a lã retirada do animal sem passar pelo processo de limpeza e fiação. (Emater/Lavras do Sul, 2012)



Figura 14 - Técnica tradicional de lavagem da lã
Fonte: Emater/Lavras do Sul, fevereiro, 2012

O tingimento das lãs também é feito naturalmente com restos da cozinha, alimentos e ervas encontradas na propriedade. *Ervas, casca da cebola e algumas cascas de árvores, carquejas que são usados como chás, a gente usa para o tingimento*, explica Rita ao acreditar que não produza algum dano ao ambiente com esse trabalho. (Ver figura 15)



Figura 15 - Lãs coloridas com pigmentos naturais
Fonte: A autora, fevereiro, 2012.

Na propriedade de João e Rita existe uma lavanderia de lã artesanal, que faz parte da atividade da tecelagem e artesanato. Segundo a produtora rural é feita uma prestação de serviço para produtores interessados e o grupo de mulheres tecelãs, da qual a produtora rural faz parte, as tarefas são realizadas sem ônus para ela e o grupo, as despesas desse serviço ficam inclusas na produção da tecelagem fornecida ao projeto da extensão rural. (Ver figura 16)



Figura 16 - Lavanderia campeira faz prestação de serviço para produtores rurais
Fonte: Emater/Lavras do Sul, fevereiro, 2012

A produtora Rita, quando fala de sua lavanderia de lã, é um exemplo do desenvolvimento sustentável influenciado por uma filosofia de vida, onde busca-se reduzir os custos de produção, apresentar produtos limpos e manter o equilíbrio do ecossistema.

Quando a produtora rural falou sobre as modificações na sua vida com essa atividade, ela disse que tudo se transformou para melhor. *Para mim mudou em tudo, por que quando a gente não tem um trabalho, a gente fica muito submissa, a gente fica muito dependente, aí depois que começa a trabalhar, a gente se valoriza antes, que os outros venham valorizar, a gente começa a 'se achar', como dizem os jovens [...], conta a entrevistada.*

Rita recebeu duas premiações em concursos de artesanato realizados na Expointer, uma das maiores feiras agropecuárias do Estado do RS. Para ela, é motivo de conquista e reconhecimento. *Eu não pensei que ia chegar tão longe [...] ganhar dinheiro é bom, mas também a gente ser reconhecido é muito bom”, falou ela.* Assim, afirma que o grupo de mulheres tecelãs e ela têm uma imagem respeitada no município. *É como a gente sair do casulo, por que a gente não é nada, só uma dona de casa [...] a gente não pode ficar para trás, a gente tem que acompanhar (no caso, os filhos), melhorar um pouquinho para que eles não sintam vergonha do pai e da mãe que ficaram lá fora e não querem melhorar como pessoa,* disse Rita. (Ver figura 17).



Figura 17 - Espaço na propriedade para tecelagem
Fonte: A autora, fevereiro, 2012.

As afirmações de Rita reafirmam as posições de Sachs (1995), quando indica que as mudanças no ambiente humano local mostram impactos sobre o ambiente

global. Entretanto, esse processo não poderá comprometer a qualidade e manutenção da vida e das pessoas em seus respectivos territórios.

Sobre o desenvolvimento do município, Rita acredita que Lavras do Sul, é desenvolvido, mas poderia ser mais desenvolvida, por que tem muitas riquezas. *Aqui mesmo na nossa propriedade, o João é o proprietário, mas como ele te disse [...] esse campo é muito ruim [...] quando ia lá instalar a lavanderia [...] eu amava aquela beira d'água, achava lindo [...] uma natureza tão bonita, eu considero uma riqueza. E ele não, ele dizia assim: ah, isso é horrível, eu me criei tomando banho aqui! [...] nós fomos colocar as banheiras lá, [...] só empoleirou aquelas pedras e disse: quem vai vir aqui trazer lã para ti lavar..*, contou a produtora rural.

4.3.3 Propriedade de Fruticultura, Agroindústria artesanal e Mineração

A propriedade de Jorge e Margarida está localizado a 1 km do centro da cidade. O casal tem 59 e 58 anos de idade, respectivamente e vieram de outras regiões do Estado, instalaram-se no município há 15 anos. Os 10 ha foram comprados e a sua destinação é para cultura de frutas, especialmente figos, seguido por peras, laranjas, bergamotas, uvas. (Ver figura 18).



Figura 18 - Pomares de frutas destinadas à agroindústria artesanal de doces
 Fonte: A autora, fevereiro, 2012.

A atividade agrícola, considerada inovadora, é a fruticultura e a agroindústria artesanal. O poder público municipal de Lavras do Sul motivou os produtores rurais a organizarem uma agroindústria, articulando recursos para instalação das atividades. *Nós doamos o terreno, por que senão não ia sair e o dinheiro então ia embora, só que depois que eles entregaram isso aí ano passado, veio o problema da seca, e não temos matéria prima, as nossas figueiras deram bem pouquinho, abóbora não deu nada, batata-doce muito menos, então não tem como a gente ter uma agroindústria,* explica Jorge. A dona Margarida completa: *comprar não dá, se não tu vai ficar no vermelho, se tu tiveres que comprar a fruta para produzir..* A ideia inicial era de que a Prefeitura Municipal de Lavras do Sul providenciasse os recursos para instalação da agroindústria e os produtores rurais ficassem com a tarefa de produzir as frutas e transformá-las.

Margarida diz que há retorno financeiro nesta atividade. *Se tu pegares o figo verde, tu vai vender entre 2 e 2,50 o kilo, a figada, tu vendes a 15 reais o kilo, então tu perde um pouco por causa da casca, tu ferve [...] dá uns 7 a 8 reais líquido,* calcula a produtora rural (Ver figura 19).



Figura 19 - Doces artesanais, especialmente de figo
Fonte: A autora, fevereiro, 2012.

A realidade da atividade produtiva do casal vem confirmar as reflexões de Abramovay (2000a) que defende que as regiões que conseguem incorporar as condições ambientais como um trunfo para o desenvolvimento, e não vêm isto como limite para alcançar resultados positivos economicamente, lançar formas mais

sustentáveis de geração de renda, criam um elo mais forte entre a ruralidade e o desenvolvimento.

Constata-se, também, que a ruralidade está fortemente presente neste espaço, pois além da relação com a natureza, há uma relação com as práticas que caracterizam os espaços rurais, a sociabilidade entre as pessoas que ali vivem.. Segundo Abramovay (2000a), os indivíduos e as famílias conhecem-se intimamente, e se ajudam em tempos de necessidade, confiando entre si para colaborar no alcance de objetivos que não podem ser realizados sozinhos. O que ele chama de tendência a se agrupar, “os clusters”.

Sobre as práticas na fruticultura que possam interferir na preservação da natureza, os produtores rurais também dizem não acreditarem que estejam agredindo o ambiente. *A gente tá procurando não usar nada de veneno, a gente só coloca adubo e esterco de gado[...] bem orgânico, não é, mas a gente deixa criar grama, e só roça por baixo; só passa adubo que não é químico, só na poda é que tu usa aquele preparado[...], aquela calda, conta a entrevistada. (Ver figura 20)*



Figura 20 - Fruta de qualidade produzida em sistema de práticas sustentáveis
Fonte: A autora, fevereiro, 2012.

Os proprietários rurais demonstram uma preocupação fundamentada por Salamoni e Gerardi (2001) que dizem que a sustentabilidade está relacionada, também, à organização social para valorizar os recursos de cada ecossistema para atenderem suas necessidades. O casal de produtores entende que há custos ecológicos nas práticas agrícolas realizadas e possuem um senso de limite em relação ao uso dos recursos naturais. Eles sabem que são finitos.

Jorge e Margarida esperam que a Prefeitura Municipal amplie a área do açude da propriedade rural. *Já faz dois anos e eles não vieram ainda, não fizeram nada*, falou o produtor rural. A mulher explica: *querem plantar novos pés, querem renovar o pomar com mudas de figo e investir em parreiras (uvas). O pessoal aqui só pensa em pecuária*, diz a entrevistada.

Diante disso, é possível lembrar o pensamento de Furtado (1974) sobre pensar o desenvolvimento tanto como sinônimo de crescimento econômico, quanto de manipulação ideológica, quando as práticas relacionadas à pecuária aparecem como o elemento mais importante para se ter uma posição social garantida e qualidade de vida.

A propriedade do casal Jorge e Margarida possui licença para exploração de minério. Segundo o produtor rural toda a propriedade pode ser explorada. *E tem ouro [...] foram no açude e tirou 6,5 gramas de ouro, então o município é rico, né [...]*, comentou Jorge. Porém, pode explorar mineração até 15 metros, após esta marca as empresas que pagaram royalties, têm liberação para a atividade de extração mineral. *Eles pagam 200 reais cada buraco [...] fizeram uns 30 a 40 buracos na propriedade*, contou o produtor rural.

Nesta ação de exploração de minério, a família rural acaba transgredindo seu ideário na tentativa de colocar em prática a sustentabilidade, evidenciada no manejo das frutas, e acaba explorando os recursos naturais em função da obtenção de resultados positivos economicamente. Assim é possível elucidar Souza (1996), que desfaz o mito do desenvolvimento, e que vem confirmar neste caso a existência das virtualidades negativas do desenvolvimento, onde aparece a degradação ambiental e a exploração do homem pelo homem.

Em relação ao desenvolvimento do município, Jorge julga meio pobre e Margarida, avalia que é pobre para os pequenos produtores. *A gente que tem áreas pequenas não pode ter gado né, então pros pequenos, ele é pobre*, diz Margarida. E o

produtor fala: *Mas só fazem pesquisa, só fazem pesquisa e como diz o outro, não botam a coisa pra funcionar nunca*, diz o produtor rural. Então, nesse caso, os pensamentos de Sachs (1993) podem neste momento ser destacados quando vislumbra alternativas para promover o desenvolvimento sustentável, através de mudanças culturais, possibilitando usar de maneira combinada tecnologias tradicionais e de ponta para que os pequenos produtores familiares tenham acesso, pois esse grupo é que busca com maior intensidade conservar os recursos naturais.

4.3.4 Propriedade de Pecuária e Apicultura

A propriedade de Alexandre, administrador de empresas, de 26 anos de idade, tem o privilégio de contar com a presença do Rio Camaquã em suas terras, que compõem 392 ha comprados. (Ver figura 21)



Figura 21 - Visão da propriedade e presença do Rio Camaquã, no detalhe, a pureza da água usada para consumo doméstico

Fonte: A autora, fevereiro, 2012.

A atividade principal é a criação de bovinos, caprinos e a produção de mel. Alexandre vê na atividade apícola uma renda secundária, pois a propriedade é sustentada basicamente pela comercialização de bois repassados para os frigoríficos ou encaminhados para as propriedades rurais em Caçapava do Sul (80%), a produção de carne e lã de ovinos compreende 3% da renda na propriedade. O investimento em pastagens (aveia e azevém que ocupam cerca de 60 ha) possui um retorno de 10% de investimento na propriedade, o processamento do mel, compreende 6% na renda, o qual é beneficiado na Associação Lavrense de Apicultores (ALAPI) e 90% da produção é destinada à exportação. (Ver figura 22)



Figura 22: Produção de mel do município
Fonte: A autora, fevereiro, 2012.

Ao referir-se a apicultura como uma atividade inovadora, Alexandre diz que ela é uma forma de riqueza. *Karl Marx dizia que as riquezas dependem de ti, depende do que tu trabalhas, então é um espaço em aberto que tem como aproveitar por que a apicultura não atrapalha em nada*, explica Alexandre. A leitura do produtor rural sobre a sua dedicação à apicultura, faz-se oportuno reapresentar a concepção de Porto-Gonçalves (2006), que expõe os recursos naturais, quando explorados socialmente obedecem às relações sociais e de poder, neste caso específico, de pertencimento por Alexandre. Pois, o produtor rural acaba transformando a ideia de que a natureza é também produtora de riqueza.

Para ele, a atividade apícola representa na propriedade geração de renda e aproveitamento da natureza. *Eu não preciso pagar arrendamento [...] a abelha vai para o campo do vizinho, não tem marca, de certa forma eu não preciso pagar nada, entende [...] é como se eu pudesse tirar renda de alguma outra coisa que me trouxesse vantagem*, explica o produtor.

O produtor desafia de certa maneira a teoria de David Ricardo lembrada por Montibeller-Filho (2008) em que estimula a acumulação de capital, de novos investimentos chegando a esgotar a fertilidade natural do solo. Alexandre evidencia na sua experiência que pode alcançar desenvolvimento, acompanhado de critérios não só econômicos, como inovação em atividades que associem a preservação da natureza, sem adoções de inovações tecnológicas.

O produtor rural conta que a criação de caprinos não disputa espaço e manejo com a criação de bois e ovelhas. *O cabrito fica no mato, come o que acha nas árvores, e dá dois filhotes a cada seis meses, enquanto que a ovelha dá um cordeiro ao ano*, contou ele. São duas formações de renda diferentes que o produtor investiu, e que ele também sentiu a necessidade de diversificação na propriedade rural. *Hoje as propriedades não podem seguir na rotina que elas seguem, elas são obrigadas a mudar, hoje o custo de vida é muito alto...*, fala Alexandre. (Ver figura 23)



Figura 23 - Criação de caprinos como forma de diversificar a renda na propriedade rural
Fonte: A autora, fevereiro, 2012.

O respeito ao ambiente é uma condição primordial, exaltado por ele, tanto na produção de mel quanto de cabritos. *Não trazem danos porque não atrapalha, não altera, não prejudica [...] pelo contrário, a abelha faz até a polinização [...] e o cabritos fazem a limpeza de campo*, diz o produtor rural.

Quanto ao aproveitamento produtivo de cada uma dessas atividades, Alexandre diz que com apicultura é possível derivar cinco produtos (mel, pólen, própolis, geléia real e cera) (Ver figura 24)



Figura 24 - Processo de centrifugação do mel
Fonte: A autora, fevereiro, 2012.

E a caprinocultura, além de um animal originar três ou quatro cabritos, é possível explorar a carne, o leite, o couro (lonca) e o pêlo.

Através da constatação do produtor rural, é pertinente destacar que é passível de modificação o “viés urbano do desenvolvimento” nas relações entre campo e cidade. Pois, conforme Abramovay (1999) existe um potencial de geração de renda no meio rural que a sociedade como um todo ainda não foi capaz de valorizar plenamente.

Sobre mudanças necessárias para o município, o produtor rural fala que deveria melhorar a fonte de renda, o emprego. *A questão das empresas, geração de trabalho, por que é isso que trás gente, é isso que trás população [...]*, disse ele.

Assim, é preciso entender que o desenvolvimento é um processo de transformações econômicas, sociais, políticas e culturais, onde a dinâmica acontece de dentro para fora e por iniciativa dos sujeitos. Por isso, é necessário considerar os estudos de Becker (2008) quando aposta que o desenvolvimento se estabelece, quando se estabelece também um processo democrático, onde haja uma organização social.

4.3.5 Propriedade de lavouras

A propriedade pertence a Tadeu, que tem uma parceria com a Granello Sementes, uma empresa de beneficiamento de grãos na região. A entrevista foi realizada com o responsável técnico das lavouras, o engenheiro agrônomo Gabriel, de 26 anos, natural de Lavras do Sul. Os 340 ha das terras foram adquiridos por herança. A produção principal é a soja, que compõe 90% da renda na propriedade. A cultura do milho é bem menor, ocupando 35 ha de toda a extensão da propriedade e compondo 10% da renda. (Ver figura 25)



Figura 25 - Produção de soja no município
Fonte: A autora, fevereiro, 2012.

Toda a soja produzida vai para a Granello Sementes, localizada no município, e única a realizar essa atividade. Quando há produção de sementes de soja, a propriedade já tem clientela garantida. Já a produção de milho, uma parte, é destinada para o gado e se, as condições do preço do grão, estão em alta, então, são direcionadas para a indústria. (Ver figura 26)



Figura 26 - Produção de grãos (soja e milho) beneficiados na indústria local
Fonte: A autora, fevereiro, 2012.

Gabriel conta que a escolha na produção de soja deve-se pelo fato de ser uma região deficitária para a produção de grãos. *A soja tem mais adaptabilidade e a gente consegue ter um melhor resultado em anos de déficit hídrico*, explica ele. Como atividade inovadora está sendo introduzido o plantio de ervilhaca, que é uma leguminosa para fixação de nitrogênio e, depois dela, o plantio de milho.

A gente está voltado aos parceiros que estão tentando inovar e ter melhores resultados, buscar sustentabilidade, a gente quer renda, na região. A gente foca muito nisso, a gente não fala em RS, a gente fala na Metade Sul, na região da Campanha [...] é aqui que a gente quer pesquisar e a gente está investindo em tecnologia, completa Gabriel. Ele diz que utilizam a experiência de uma associação argentina de plantio direto.

A opinião do entrevistado alinha-se com a dos chamados “fundamentalistas do mercado”, denominado por Sachs (1995), pois Gabriel deixa a entender que o desenvolvimento viria como decorrência natural do crescimento econômico, o que Sachs (1995) chama de “efeito cascata”. É importante buscar os apontamentos de Furtado (1974), que enaltece a diferenciação entre o crescimento econômico que privilegia a dimensão produtiva e monetária que se associa a modernização e o desenvolvimento.. Furtado (1974) alega que dispor de recursos para investir está longe de preparar um futuro melhor para a massa da população, quando, sim, existe um projeto social que prioriza as melhorias das condições de vida da população, então, o crescimento se “metamorfoseia” em desenvolvimento.

Sobre os impactos sobre o ambiente, o técnico afirma que *o pessoal fala do impacto da soja, aqui na nossa região a biodiversidade é muito grande, se tu sair hoje e olhar uma lavoura de soja, caminhar numa lavoura de soja e caminhar num campo nativo, tu caminhas muito mais numa lavoura, a biodiversidade é muito maior numa lavoura do que num campo nativo*, comenta ele.

Gabriel conta, ainda, que a atividade do cultivo de grãos e pastagens artificiais na propriedade, as áreas de preservação permanente, várzeas e banhados são respeitadas e utiliza o plantio direto (dissecam e plantam), tendo culturas o ano todo sobre a terra. *A gente não tem área de pousio, a gente está sempre com uma cultura plantada, aqui, o impacto ambiental é só positivo, não tem negativo*, fala ele. (Ver figura 27)



Figura 27 - Lavoura de soja e área de açudes na propriedade
Fonte: A autora, fevereiro, 2012.

Conforme as reflexões de Sachs (1995), onde a natureza está descapitalizada, cobra um alto custo social e ecológico para se estabelecer. Além disso, essa sustentabilidade está mascarada num conceito de conservação dos recursos naturais, nos quais seus limites estão sendo colocados em avaliação. Para isso, pode-se basear nas argumentações de Salamoni e Gerardi (2001), onde a sustentabilidade obedece requisitos que consideram que os efeitos das atividades humanas permaneçam dentro de um limite que impeça a destruição do contexto ambiental.

Gabriel diz que a empresa Granello Sementes, que faz parte desse consórcio de lavouras, está em busca de mudanças para os moradores de Lavras do Sul. A preocupação dos técnicos é proporcionar momentos de conscientização junto aos estudantes (crianças, adolescentes e jovens) a necessidade e importância do conhecimento, do estudo para melhorar a vida de todos. *E no momento, que uma pessoa vê uma dando certo, ela quer melhorar [...] a nossa idéia é mudar, a gente quer aumentar a renda [...] a gente quer conscientizar as pessoas que tem que seguir estudando, tem que ir pra frente, tem que buscar melhoramento na mão de obra*, falou o técnico.

Segundo Gabriel, o PIB de Lavras do Sul é um dos mais pobres do território do Alto Camaquã. A área é extensa no município, mas o que gera por habitante é

considerado muito baixo. *Um município que tem pouca agricultura, ele geralmente tem menos dinheiro por pessoas, menos investimento em economia, o carro chefe é a prefeitura*, conclui o técnico.

Segundo evidenciado pelo técnico rural, a simplificação do desenvolvimento reduzindo ao crescimento econômico, pois ao exaltar os índices do PIB do município, sua visão estabelece a concepção de desenvolvimento relacionada a indicadores quantitativos, sem relevar critérios que incorporam ao desenvolvimento, as condições humanas e ambientais.

Ao questionar o entrevistado por que vive em Lavras do Sul, ele fala: *eu vim porque penso no futuro, eu penso financeiramente, eu penso em melhorar o meu município. Eu quero ajudar as pessoas a ganhar dinheiro e a melhorarem de vida [...] eu penso grande.*

Entretanto, Gabriel fala que, no geral, os moradores têm ideias retrógradas, acreditando que a situação do município está favorável. *O pessoal tem que pensar grande [...] o pessoal está vindo investir, está mudando o parâmetro da região em ser considerada marginal [...] a gente vai ter que mudar os patamares que acham que são o que a gente é, os daqui verem e saberem, pararem de acreditar em outros, falarem e verem que dá para crescer [...] é preciso de políticas para ter incentivos financeiros*, observou Gabriel.

Ainda, neste ponto, cabe aproximar as ideias de Sen (2007) ao enfatizar o exercício da liberdade, mediado por valores, os quais devem influenciar as discussões públicas e as interações sociais e que são influenciados pelo o quanto de liberdade de participação tem cada cidadão. Sen (2007) chama a atenção de que as necessidades econômicas aumentam a necessidade das liberdades políticas. A realidade apresentada pelo técnico Gabriel motiva para que os cidadãos coloquem em prática seus direitos civis e políticos e para que seja oportunizada a valorização das potencialidades locais e exigir a ação pública apropriada. A democracia depende principalmente de como as oportunidades são usadas pelos cidadãos.

4.3.6 Exploração de rochas

A atividade de exploração de granito é realizada por uma empresa, que tem licenciamento para explorar minério nas propriedades rurais do município e região. Está instalada a pouco menos de um ano, no segundo distrito de Lavras do Sul,

denominado Ibaré. A entrevistada é Ana, uma das proprietárias, psicóloga, de 31 anos, que investe na exploração de rochas, especialmente o granito, tendo um domínio de licenciamento de 5 mil há. É a primeira empresa no Estado do RS existente no mercado. (Ver figura 28)



Figura 28 - Sede da empresa de exploração de rochas
Fonte: A autora, fevereiro, 2012.

Embora, o município de Lavras do Sul, em sua origem, tenha sido colonizado por povos que exploraram a mineração, a atividade não-agrícola desenvolvida pela empresa de Ana (em sociedade com o irmão Cláudio e o noivo Miguel) é considerada inovadora pelo fato de estar explorando economicamente as rochas ornamentais, no caso, granito (exploração e beneficiamento). (Ver figura 29)



Figura 29: Pedra granito principal fonte de produção do município
Fonte: A autora, fevereiro, 2012.

Ela diz que a empresa é uma fonte de empregos para o município, pois atualmente emprega 25 pessoas, com as quais trabalha diretamente, além dos sócios-proprietários que dividem a renda advinda do negócio. Além disso, há contrato de 10 empregos eventuais.

Sobre a influência da mineração no município, Ana declara que o importante é a presença da empresa geradora de vários empregos. *Uma propriedade rural vai precisar de umas duas ou três pessoas, eu nunca vou poder ficar com um número desses de pessoas trabalhando comigo, e se o negócio, andar como a gente está projetando, então eu não vou ficar somente com os 25 funcionários, eu vou ter que contratar mais gente*, disse ela.

Entretanto, se faz necessário lembrar o pensamento de Sachs (1995) que alega que a crise ambiental pode estar ligada a uma crise social, onde o desemprego e o subemprego são conseqüências da busca pelo crescimento-desenvolvimento. Na visão de Sachs (1995) a natureza pode perder o seu valor, pois o crescimento cobra um alto custo social e ecológico para ser implantado e as pessoas acabam sendo as mais impactadas por essa situação.

A entrevistada fala que, com o trabalho na empresa são elaborados produtos como paralelepípedos, chapas para fazer pias, pisos, lareiras, revestimentos e outros

produtos em que possam ser comercializadas na forma de peças retangulares, quadradas, o que chamam de “peças inteiras”. *Vamos manter nossa empresa no Ibaré, trabalhar com mais tipos de tonalidades de rochas – a empregada atualmente são as tonalidades de marrom – buscar todas as cores que forem possíveis e investir no mercado de exportação. (Ver figura 30) Levar para fora do RS, chegar a ter concorrência com o Espírito Santo, até para trazer outras empresas do ramo para cá, isso tudo trás muito desenvolvimento*, contou Ana sobre os planos futuros.



Figura 30 - Variedades de granito que predominam no município
Fonte: A autora, fevereiro, 2012.

Quanto aos danos ambientais provenientes da atividade com mineração, Ana sustenta a ideia de que a exploração de rochas prejudica menos que a agropecuária.

Sabe que eles tiram tudo, né [...] e não precisa tirar tudo na pedreira, é preciso tirar aquela parte ali [...] que muitas vezes fica um monte de mato, córrego, e coisa, tudo isso se mantém [...] o que fica complicado, é assim, tem uma pedra grande, tu tens que tirar, se tu fores na pedreira tu vais ver não aquela agressão, por que aqui não tem árvore nativa enorme, é um cerrado, por que antes disso, houve desmatamento, né..., argumentou Ana.

Na avaliação da entrevistada, Lavras do Sul tem tradições culturais difíceis de serem modificadas pelo fato de serem muito enraizadas, mas ao mesmo tempo, as pessoas são muito mais espontâneas.

4.3.7 Propriedade de Pecuária, Florestamento e Agroindústria artesanal

A propriedade na localidade da Meia-Lua, está localizada há 20 km de Lavras do Sul. Os proprietários são Antônia, de 60 anos de idade, e o filho, André, de 37 anos de idade. A propriedade possui 1.500 há adquiridos por herança familiar e é administrada pela família há mais de 40 anos. (Ver figura 31)



Figura 31 - Visão da sede e seus campos
Fonte: A autora, fevereiro, 2012.

As atividades agrícolas que se destacam são a pecuária com 700 cabeças de gado Hereford e Braford e 150 ovinos. Há uma área dedicada ao florestamento com cerca de 160 ha de eucaliptos. (Ver figura 32)



Figura 32 - Paisagem de campos “bons” para pecuária e plantio de eucaliptos
Fonte:A autora, março, 2012.

E a propriedade conta também com uma agroindústria artesanal de doces em calda e “schimiers” de figos, pêssegos e marmelos, além de licores e outros produtos. (Ver figura 33)



Figura 33 - Produtos caseiros são atrativos na propriedade rural
Fonte: A autora, março, 2012.

São comercializadas 200 cabeças de bovinos/ano em remates no sindicato rural do município e 60 cabeças/ano para frigoríficos; a produção de carne de ovinos é destinada para o sindicato rural do município, cerca de 94 mil kilos e 30 mil kilos, repassados para os frigoríficos. A produção de eucaliptos gera uma produção de 500m de lenha/ano vendida para padarias e fábricas de calcário da região e 30 mil kilos de carvão/ano para o comércio no município. A propriedade também possui criação de abelhas, produzindo mel para consumo próprio.

Para a família de Antônia a atividade considerada inovadora na propriedade rural é o cultivo de eucalipto à produção de carvão e lenha. (Ver figura 34) A atividade começou há muito tempo, pois a propriedade está situada numa localidade onde os

lavrenses dizem haver uma divisão de solos. *Aqui na Meia Lua, são 1.000 ha de solo arenosos, e há uns 500 ha que são os campos bons, que ficam aqui em Lavras, então, nos 500 ha ruins, nos anos 80, resolvemos colocar eucalipto (350 mil pés) numa área considerada muito ruim pra pecuária e de baixa produção, que com o passar dos anos, a gente vendia somente madeira, e de 10 anos para cá, temos uma parceria com um morador, daqui de Lavras, na produção de carvão, explicou André.*



Figura 34 - Carvão resultado da produção de eucaliptos na propriedade
Fonte: A autora, março, 2012.

Segundo o Glossário de Ecologia (ACADEMIA DE CIÊNCIAS DO ESTADO DE SÃO PAULO, 1997) devem ser combinados todos os métodos de exploração do solo contra a sua deterioração, causadas por meio de fatores naturais ou provocadas pelo

homem. Assim, as reflexões direcionam ao entendimento que não é possível definir que uma área natural seja considerada boa ou ruim para manutenção da vida do ecossistema. É possível, sim, definir o uso de maneira sustentável do ecossistema, buscando o equilíbrio na capacidade de manutenção e reposição natural. Mendes e Silva (2005) pensam na sustentabilidade que se torna insustentável pelas transformações contínuas da própria sociedade.

O surgimento da empresa de carvão deve-se ao fato de que quando a propriedade desenvolveu atividades de turismo rural no passado, Antônia começou a fazer os doces em função das visitas, e como houve uma grande aceitação, a proprietária abriu uma empresa para agroindústria como microempresa, onde foi incorporada a atividade carvoeira. *E agora, ficou mais com o carvão, do que com os meus doces*, disse ela.

Antônia diz que com a agroindústria não procurou expandir as atividades. *Fiquei um tempo parada, então marquei passo. Às vezes tenho vontade de fazer alguma coisa, incrementar mais[...]*, comentou ela. Segundo Antônia, o carvão não influenciou que parasse com a atividade da agroindústria, mas ela tem o pensamento de que a atividade carvoeira já faz parte da renda da propriedade rural, enquanto que os doces produzidos na agroindústria doméstica, a proprietária não entende como um “negócio”. Para ela, a agroindústria precisaria de maiores investimentos e dedicação por parte dela mesma.

O turismo rural foi um projeto que perdurou cerca de oito anos na propriedade (Ver figura 35). Segundo o proprietário André o projeto premia a inserção dos visitantes nas lidas mais expressivas do campo, envolvia também mais três propriedades do município, mas houve situações imprevistas nas localidades que dificultaram a logística desta ideia, então, o projeto terminou. *O turismo não estava para aquele momento [...] hoje está melhor [...] mais atrativo, a distância que o pessoal urbano tá tendo de uma propriedade rural de verdade tá deixando essa curiosidade aumentar, então vai surgir essa vontade [...]*, comentou André.



Figura 35 - Arquitetura e história na propriedade atrativos para o turismo rural
Fonte: A autora, março, 2012.

Nas concepções de Abramovay (2000a), a ruralidade supõe um contato mais imediato dos habitantes locais com o meio natural do que nos centros urbanos. Com isso, é permitido estabelecer uma concepção de que o campo não é somente um espaço produtivo, mas na oferta de produtos agrícolas que mantenham os valores naturais e culturais. Assim, o turismo rural assume uma importância social crescente às práticas que associam a qualidade dos produtos ao agregar valor e atribuir novos papéis e funções ao rural e ao agrícola. O rural pode ser visto mais como uma paisagem do que um local de produção.

Quanto aos danos ambientais com o desenvolvimento da atividade carvoeira, André entende não ser prejudicial por que a área de cultivo de eucaliptos está separada da atividade pecuária e ele considera que a área ocupada pelo plantio é pequena. *Nunca alterou nada [...] a gente pensa, que essa produção indiscriminada que tá havendo no RS sem saber onde estão colocando, sem haver pesquisa, alguma coisa que norteie a plantação [...], tem lugares que não merecem e estão com eucaliptos, a gente fica trocando orelhas, vamos dizer, não gosto de ver lugares que estão entrando eucaliptos*”, observa André.

Sobre o desenvolvimento do município, André fala que a pecuária cresceu muito nos últimos anos, em termos de qualidade e de oferta, pois Lavras do Sul é

reconhecida pelo maior percentual de campo nativo, e isso tem entusiasmado os pecuaristas de forma que estejam mais confiantes na valorização dos rebanhos criados no bioma Pampa. Por outro lado, ele vê que o município tem problemas de acesso, a ausência de asfalto para cidades vizinhas, e a educação e a saúde são muito deficientes. *Lavras falta alguma coisa, que é oriunda do nosso jeito de ser daqui, o jeito de administrar, tem que mudar as políticas públicas [...], a cidade nessa parte deixa muito a desejar, é tão pequenininha, parece que é tão fácil de arrumar, mas não anda, é meio complicado*, diz André.

4.3.8 Propriedade de Pecuária, de Tecelagem, Agroindústria artesanal e Turismo Rural

A propriedade fica em torno de 25 km da área urbana de Lavras do Sul, está situada na localidade da Meia Lua, e tem como proprietário o casal Fernando, jornalista e professor, e Alessandra, economista, respectivamente de 53 e 38 anos de idade. As terras foram compradas e tem uma extensão de 12 ha.

A propriedade dedica-se principalmente a criação de ovinos, atividade tradicional na família e que dá origem às demais atividades. (Ver figura 36)



Figura 36 - Ovinocultura, base de produção econômica e social da propriedade
Fonte: A autora, fevereiro, 2012.

Da ovinocultura o casal investe, especialmente, na tecelagem em lã, sendo a responsável por 50% na formação da renda na propriedade. Apenas dois bovinos de leite sustentam a agroindústria doméstica de mesma denominação da propriedade, na qual são elaborados queijos, doces de leite e ambrosias e colaboram com 30% na formação da renda. (Ver figura 37) Já a produção carne de ovinos apresenta um retorno de 10% de renda na propriedade, assim como a cinofilia, que também contribui com 10%.



Figura 37 - Queijos e doces caseiros
Fonte: A autora, fevereiro, 2012.

O objetivo primeiro da propriedade é a criação de ovelhas. (Ver figura 38)
Desde o meu bisavô nós temos uma tradição em ovinocultura, o município de Lavras

do Sul tem uma vasta tradição na ovinocultura [...] são campos muito bons pra ovinocultura, explica o produtor rural Fernando. E tendo essa dedicação, a propriedade investiu na tecelagem de lã, o que fez também aumentar a produção ovina e a valorização do trabalho. (ver Anexo C, p.204)



Figura 38 - Ovinocultura presente nas atividades socioprodutivas
Fonte: A autora, fevereiro, 2012.

Nesse caso, o produtor rural estabelece uma relação com o pensamento de Maluf (2000) que diz que se deve valorizar os ambientes distintos e peculiares, os quais são resultantes de fatores culturais e institucionais, históricos e outros. E de Sachs (1995) acrescenta que o desenvolvimento deve possibilitar as pessoas a viverem o tipo de vida que escolheram e com os instrumentos e as oportunidades para fazerem as suas escolhas.

Com o trabalho em tecelagem foi valorizado o processo de produção da lã pela propriedade rural. Assim o preço de 1 kilo de lã comercializado entre 4 e 5 reais no passado, agora, depois de todo o processo de produção do fio realizado por um grupo de 30 mulheres, 1 kilo de lã, vale 100 reais. Então, o trabalho de tecelagem em lã, embora milenar, da forma como é conduzida pela propriedade do Taboleiro das Lavras é considerada uma atividade inovadora. As peças produzidas também são consideradas diferenciadas por que são 100% naturais, todos os processos são realizados de maneira artesanal. (Ver figura 39)



Figura 39 - Peças artesanais produzidas desde o fio até a confecção de vestuário
Fonte: A autora, fevereiro, 2012.

Outro detalhe inovador, na concepção de Fernando, é o manejo das ovelhas, ou seja, à noite permanecem nos currais fechados. E, o esterco das ovelhas é transformado em adubo orgânico, e também é inovador a autosuficiência presente na propriedade rural. *A propriedade é quase auto-sustentável, hoje nós produzimos húmus, produzimos adubo, produzimos hortas..”,* fala Fernando. (Ver figura 40)



Figura 40 - Processo de aproveitamento do esterco das ovelhas para produção de adubo orgânico
Fonte: A autora, fevereiro, 2012.

Do ponto de vista, dos impactos ambientais, Fernando fala que utiliza apenas adubo orgânico. A mulher fala que na fabricação de queijo, o soro vai para o porco, a lavagem da lã usa-se detergente biodegradável, 50% da água usada é destinada à irrigação. *Nós temos cisterna em casa, em todo o nosso telhado corre água, há*

distribuição de canos e a irrigação das pastagens está sendo feita com a água da chuva., diz Alessandra.

Fernando e Alessandra procuram colocar em prática a perspectiva do desenvolvimento sustentável, levantada por Montibeller-Filho (2008), onde a ideia de eficiência econômica está associada a um indicativo de qualidade de vida, sem comprometer as possibilidades das gerações futuras.

O trabalho com tecelagem em lã, iniciado há três anos, além do valor econômico da lã, que foi transformado com essa atividade, também foi possível modificar o valor social, isto é, repassar a importância que a tecelagem tem para cada artesã e que cada ação de cuidado com os animais garante o futuro do processo artesanal em lã. *Cada vez que eu curo uma ovelha [...] que eu boto pra dentro pra dormir, estou enxergando o trabalho das mulheres, as peças artesanais em lã que cada uma vai fazer*, fala ele.

Através da atividade em tecelagem de lã é garantida renda para 20 famílias, que dependem exclusivamente deste recurso financeiro. *A gente entendeu a grandiosidade do trabalho, só depois que ele passou a acontecer*, fala Fernando.

O processo de produção de lã, segundo Fernando, está relacionado a uma tradição cultural, pois muitas meninas começam cedo a desenvolver atividades artesanais. *Meninas nasceram vendo lavar a lã, cardar a lã, abrir a lã, isso faz parte da cultura delas, que viram a mãe, a avó, a bisa, trabalhar com lã, então isso faz parte delas e nós canalizamos e fizemos entenderem que podem ganhar dinheiro com isso*, explica Alessandra.

Com este trabalho viabilizado por Fernando e Alessandra é importante destacar a noção de processo inclusa no conceito de desenvolvimento. Conforme Maluf (2000) o processo sustentável da melhoria da qualidade de vida de uma sociedade, com fins e os meios definidos pela própria sociedade, está oportunizando que sejam vivenciados os direitos humanos universais nesta atividade. Além disso, ao se evidenciar potencialidades, são questionadas as riquezas, que ao mesmo tempo permitem que se tenha mais liberdade. Entretanto, essa questão de ser livre para fazer escolhas é um direito humano e também um aprofundamento da democracia. No entanto, Sen (2007) pode ser incorporado ao discurso das ações desenvolvidas pelos proprietários rurais, na qual o desenvolvimento tem que servir para alargar as capacidades humanas, isto é, do que as pessoas podem ser ou fazer na vida.

Em relação à mudança, estas atividades inovadoras-tecelagem e agroindústria trouxeram benefícios materiais. *Investimos num galpão de 30 mil reais, as ovelhas começaram a dormir dentro de casa, passaram a ser mais cuidadas. A produtividade no ano passado foi de 140%, todas as mães pariram e mais 40% tiveram gêmeos, 140% é um número graças ao manejo, ao galpão, a toda a uma mudança estrutural, que se deu na propriedade em busca de melhoria da lã; para que fosse mais limpa*”, comenta Alessandra.

A concepção sobre o desenvolvimento do município, Fernando fala que é rico em potencialidades rurais, e que as últimas administrações não tem demonstrado compromisso com a área rural. *Vamos fortalecer o comércio, vamos fazer uma pequena indústria, e o rural que é a grande potencialidade do município jamais é valorizado, isso sintetiza, só pode afundar...*, observa Fernando.

Ao questioná-los sobre melhorias necessárias no município, Fernando fala que o mais importante é o comprometimento público. *Precisa-se mudar a cabeça das pessoas, mas tu não consegues mudá-las assim, tem que partir da mudança de pensamento dos governantes, da administração pública. Se eles tivessem esse comprometimento, então, as pessoas estão prontas, elas vivem num mundo globalizado, e responderiam certamente*, completa Fernando.

Sen (2007) lembra que alguém sem liberdade, não tem responsabilidades. Então, não se deve depender de terceiros, pois enfraquece nossas iniciativas individuais, assim a participação de cada indivíduo é condição para mudança social, quanto mais organizado socialmente, mais se estabelece a abertura ao desenvolvimento. Dallabrida e Becker (2008) ponderam que uma melhor participação política leva a um maior desenvolvimento econômico das comunidades regionais, mas é preciso estimular os valores culturais regionais para que seja construído um modelo próprio de desenvolvimento àquele lugar, e não um modelo pronto e acabado feito por terceiros.

4.3.9 Propriedade de Pecuária, Piscicultura e Apicultura

A propriedade está situada na localidade da Meia Lua, a 5 km da área urbana de Lavras do Sul. Os proprietários são Antônio, de 61 anos de idade, e sua mulher Jurema, de 58 anos de idade. A propriedade é arrendada, desde 1981, e possui 653

ha. Além desta área, ele também arrenda duas propriedades, a Vista Clara, de 300 ha e a Santa Joaquina, de 300 ha. (Ver figura 41)



Figura 41 - Criação de ovinos para produção de carne
Fonte: A autora, março, 2012.

A propriedade tem como atividade produtiva a criação de bovinos, mas com o objetivo de comprar terneiros e comercializá-los como “bois gordos”. Esta é a atividade que forma 85% da renda na propriedade. As demais atividades de produção como peixes, mel, aves e suínos complementam a renda em 15%. Entretanto, destaca-se como atividade inovadora a criação de peixes. (Ver figura 42)



Figura 42 - Produção de peixes é atividade inovadora
 Fonte: A autora, março, 2012.

Em relação a criação de peixes, seu Antônio é o único no município que explora a atividade. *Já tivemos isso, eu participei quando fui técnico da Emater, e estimulamos o pessoal, mas acabaram não aceitando, é uma questão cultural,* observou ele. A questão cultural a que se refere o produtor rural é por que os moradores entendem que a atividade da piscicultura tem pouco percentual para agregar renda à propriedade. *Eu entendo que será uma atividade rentável nos próximos dez anos por que estará restringida à qualidade da água. Não se produz peixe em água que não seja potável, como a água potável está desaparecendo no mundo, essa atividade cada vez mais vai ficar restrita, com menos área de produção,* comenta ele.

Em relação a dificuldades para criar os peixes, seu Antônio diz que não tem, mas também não a considera como atividade produtiva principal na sua propriedade. *Se eu a considerasse principal, eu teria que me assessorar [...] eu tenho ela quase como uma diversão, um passatempo, eu sei que vou produzir, dou uma ração, boto alevinos, sei que vou produzir alguma coisa, não tenho aquela finalidade econômica da propriedade,* comenta Antônio.

O problema aqui é o mercado. Nós temos um mercado restrito, fazendo uma feira só pra páscoa, mas nós teríamos hoje, tenho certeza absoluta pelos pedidos que têm, se eu tivesse açudes mais apropriados, com tecnologia diferente pra pescar, pras despescas, eu poderia vender peixe todo o ano, completa ele.

Sobre a atual produção de peixes, seu Antônio estima que é de aproximadamente seis toneladas. A comercialização fica em média de oito a dez reais/kg. *A gente não vende peixe industrializado, a gente vende na feira de peixe vivo. O nosso faturamento, se fosse feita a despescas geral, seria de 50 mil reais, conta Antônio. O produtor rural está envolvido por uma racionalidade econômica do capitalismo, advinda da primeira atividade produtiva na sua propriedade, a pecuária.*

Antônio e Jurema concordam que a atividade da piscicultura faz da família uma referência no município. *Isso causa polêmica, tem muita gente daqui que pensa: pô o Antônio hoje é um dos maiores invernadores de boi do município, o que ele quer vendendo peixe na praça...o que ele quer vendendo ovo de Toyota [...] Ele diz: Não se bota nada fora. Tudo é rentável. Tudo tem que ser produzido e educar a família pra saber gastar, prá nós termos um valor de referência [...], observa Antônio.*

Quanto à influência da atividade sob o modo de vida da população, Antônio diz que pode observar pelos questionamentos que chegam a ele. *Mas por que tu não vende peixe noutra época [...] eu quero comer peixe e não acho peixe... por que o peixe de água doce, se gosta mais dele [...], observa ele. Além de tudo isso, Antônio fala que a pesca extrativa está acabando, o peixe está diminuindo, e o interesse aumentando pelos novos programas de alimentação, da medicina, incentivando as pessoas ao consumo de ômega-3, no mínimo uma vez por semana. Tenho certeza que quem fizer e caprichar, vai ganhar dinheiro, é uma atividade pra pequenas propriedades de cunho familiar, explicou Antônio.*

É preciso considerar nestas declarações do produtor rural, conforme Sachs (1995) que os paradigmas de desenvolvimento não correspondem à cultura de um determinado grupo ou povo. E ainda, conforme Souza (1996) de que o desenvolvimento possui também suas virtualidades positivas, como neste caso, em que as potencialidades possuem liberdade para questionar, discutir e reivindicar a concepção cultural de cada lugar.

Ao falar de desenvolvimento do município de Lavras do Sul, Antônio diz que logo pensam na cidade, na área urbana especificamente, e então, julgam um município com sete mil habitantes, com 130 anos e que não se desenvolve, como

subdesenvolvido. *No entanto, lembra que se for olhar a pecuária, é a melhor do Estado do RS, as características naturais dos nossos campos são muito bons, avalia Antônio.*

Reside novamente aqui a discussão sobre o desenvolvimento como sinônimo de crescimento econômico. De acordo com essa abordagem, os lugares passam a serem denominados de subdesenvolvidos, em desenvolvimento ou desenvolvidos conforme uma dimensão econômica. Mas, Sachs (1995) sinaliza que há outras possibilidades de desenvolvimento na valorização de aspectos culturais, sociais, geográficos e ambientais. Sendo este último, um aspecto forte apontado pelo produtor rural, pois a ocupação dos campos bons para a atividade pecuária, são bons para o desenvolvimento de inúmeras atividades socioprodutivas, o que é necessário, de acordo com as reflexões de Montibeller-Filho (2008) é rediscutir o ritmo e a maneira como o sistema capitalista propõe o desenvolvimento da sociedade.

Sobre as características de Lavras do Sul, que os moradores buscam exaltarem, na opinião de Antônio, é a história do município. *Temos grandes pessoas, pessoas ilustres que saíram daqui [...] o grau cultural de Lavras é muito alto. Culturalmente tu vais sentir, se tu andares nas propriedades tu vais ver que é outro nível [...] tu tens uma cultura, talvez alguém diga, mas não vale dinheiro, mas todo mundo que ganha dinheiro quer comprar, quer comprar história, ninguém vive sem ter uma história, fala Antônio.*

Antônio lembra que Lavras do Sul *não tem poluição, não tem empresas, não tem fábricas, não tem miséria por que não tem mão de obra a mais do que a necessidade.* E, que talvez, seja a única cidade no Estado, que se possa tomar tranquilamente água da sanga. *Ah, aí tu me pergunta: é uma cidade atrasada...Não, é qualidade de vida, define Antônio.*

Nesta condição, o produtor rural mais uma vez de maneira conflitante nos fala das necessidades que se alteram com o tempo, mas que o desenvolvimento que deve aprimorar a condição humana, a qualidade de vida, e que deve ser continuamente buscado, necessariamente não pressupõe a degradação ambiental, a própria conservação dos recursos naturais é sinal de perspectivas de vida para futuras gerações, de acordo com Sachs (1995). A natureza se torna riqueza essencial e a agricultura se torna modo de vida. Segundo Abramovay (2000a) as regiões que conseguem incorporar as condições ambientais como possibilidades para o desenvolvimento, e não como um obstáculo para o sucesso de empreendimentos econômicos, alcançam sem muito esforço maneiras sustentáveis de geração de renda.

4.3.10 Propriedade de Pecuária e Serviços

A propriedade está situada na localidade de São Domingos, cerca de 18 km da área urbana de Lavras do Sul. O proprietário é o médico-veterinário Francisco, de 38 anos de idade. A propriedade é administrada em conjunto com o pai Pedro, de 63 anos de idade. (Ver figura 43)



Figura 43 - Sede e campos da propriedade
Fonte: A autora, março, 2012.

Além desta propriedade, que tem 305 ha, 78 ha foram herdados e compõem as demais propriedades rurais administradas pela família que são a de Joca Tavares, com

426 ha e a no Rincão das Cruzes, com 400 ha. Atualmente, também possuem campos arrendados, 110 ha sob os cuidados de Francisco e 155 ha sob os cuidados de Pedro.

A base produtiva da propriedade é a criação de gado, basicamente da raça Hereford, que compõem 80% da renda da propriedade. Já a criação de ovinos compõe 10% da renda e o centro reprodutivo de eqüinos, onde são hospedadas éguas e realizada uma prestação de serviços, compõe também 10% da renda da propriedade. (Ver figura 44)



Figura 44 - Doma como parte dos serviços eqüinos
Fonte: A autora, março, 2012.

A atividade agrícola inovadora dentro da propriedade é a prestação de serviços que Francisco realiza e que ele denomina de centro reprodutivo de eqüinos. *Eu recebo éguas, também garanhões, onde eu presto serviço sobre a questão reprodutiva, eu tento melhorar índices de prenhez, explorar o potencial reprodutivo do animal, uso de inseminação artificial com sêmen fresco e congelado, acompanhamento do controle folicular das éguas, antecipação de cios de éguas, e outros detalhes*, explica ele.

Francisco tem uma hospedaria para éguas e garanhões, que funciona há uns quatro anos. Atualmente, ele tem um limite de hospedagem para 25 éguas, e, no

momento, tem apenas um garanhão. (Ver figura 45) Mas, o seu negócio deve ampliar, pois acredita que na próxima estação de monta, no final do inverno, já poderá receber 150 éguas.



Figura 45 - Garanhão recuperado através de manejo reprodutivo
Fonte: A autora, março, 2012.

O produtor rural fala estar motivado por esta atividade, primeiramente por que gosta desse trabalho e depois por que tem uma renda extra na profissão. *Eu ia ganhar dinheiro, mas no caso desse cavalo que tenho hoje, tentar recuperá-lo, um animal ponta de raça, desacreditado, para mim, profissionalmente seria muito bom conseguir a recuperação desse cavalo, um destaque na raça crioula*, observa Francisco.

Conforme Maluf (2000) está intrínseco no desenvolvimento capitalista, que dá lugar aos processos de diferenciação, ou seja, as desigualdades, onde são comparados os que têm menos e os que têm mais. Esse emparelhamento aos desenvolvidos ou a busca de superação ao atraso, mostra a intensidade ao atendimento de necessidades econômicas do que necessidades sociais.

As mudanças de manejo na propriedade não mudaram em nada a rotina da atividade principal com a pecuária. Em se tratando da influência sobre o modo de viver dos lavradores, Francisco fala que se tornou referência no trato com cavalos e isso justifica por que tem seu serviço conhecido em outros lugares e contato com outros proprietários desconhecidos.

Com esta nova atividade socioprodutiva, o produtor rural está colocando em prática princípios do ecodesenvolvimento, quando é participante na elaboração de um sistema social que garante empregos, segurança social e respeito a outras culturas. Assim, destacam Salamoni e Gerardi (2001) que a ação do homem é que pode transformar o ecossistema e modificar as estruturas econômicas, socioculturais e políticas. Dessa maneira, o homem é o responsável por resgatar e conhecer a riqueza potencial de cada ecossistema e dos seus produtos extraídos.

Ao questionar o entrevistado sobre a visão do desenvolvimento no município, Francisco diz: *Na verdade não gosto quando falam mal de Lavras, porque é a cidade onde nasci, onde eu cresci, onde eu tenho meus amigos e parentes e [...] meus negócios*, fala ele.

De acordo com Abramovay (2000a) o produtor rural é motivado à geração de uma ocupação produtiva pelo fato de congregar aspectos da identidade regional, de desenvolver um espírito empreendedor e de possuir atrativos em relação ao ambiente natural e cultural. Ou seja, é o que Cunha (2007) defende sobre construir uma visão de revalorização do mundo rural. Há outro olhar da sociedade para o mundo rural, o lado da preservação ambiental e do espaço diferenciado do viver nas cidades. Neste ponto, ainda, cabe ressaltar a reflexão de Dallabrida e Becker (2008, p. 202) que diz: “[...] o desenvolvimento é um produto da própria comunidade, não são os outros, mas os seus próprios membros, quem o constituirá”.

5 PERSPECTIVAS PARA O DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

Tendo em vista os pressupostos básicos que fundamentam a abordagem territorial do desenvolvimento, a saber: novas práticas no uso dos recursos naturais e humanos, significando a valorização das culturas locais; o estímulo à diversidade produtiva, representando a valorização das potencialidades dos ecossistemas e dos saberes locais; (ver Anexo D, p. 205-7) e por fim, o princípio da descentralização baseado nas demandas e decisões de quem produz o espaço e constrói o território, em articulação com os órgãos de planejamento e gestão do desenvolvimento nas diferentes escalas (global, nacional, regional e local) são apresentadas a seguir as percepções de diversos atores sociais.

5.1 Os órgãos oficiais

Este item apresenta a participação de um segundo grupo de entrevistados, os informantes indiretos (os representantes de órgãos oficiais públicos e de associações, sindicatos e cooperativas), os quais vão apontar possíveis rumos ao desenvolvimento do município de Lavras do Sul, tendo como perspectiva a noção de desenvolvimento territorial e sustentabilidade.

Para este grupo também foi feita a técnica da entrevista, realizada no município de Lavras do Sul no mesmo período do primeiro grupo, ou seja, início do mês de fevereiro e primeira quinzena de março deste ano.

Foram utilizados questionários, contendo questões semi-abertas para proporcionar identificação das entidades de cada órgão oficial entrevistado. (conforme Apêndice B).

As questões abertas, através de relatos orais, formaram um questionário, que contém um conjunto de 15 questões que abordaram resumidamente o papel de cada entidade e sua atuação no município; o envolvimento da comunidade com a entidade; a

visão sobre o desenvolvimento no município de Lavras do Sul; e perspectivas para o município de Lavras do Sul.

Participaram desta etapa 18 entrevistados, os quais foram categorizados da seguinte forma: 08 representantes do grupo associações, sindicatos e cooperativas; 04 representantes do grupo identificado como instituições de ensino e pesquisa; 04 representantes do grupo poder público municipal e 02 representantes do grupo poder público estadual.

5.1.1 Poder Público Estadual

Este grupo de informantes indiretos está composto pela representante da Emater/RS- Lavras do Sul e pelo representante da Fundação Gaúcha do Trabalho e Ação Social-FGTAS. (Ver figura 46)



Figura 46 - Prédios da Emater e da FGTAS
Fonte: A autora, março, 2012.

De acordo com a extensionista da Emater/RS-Lavras do Sul, 80% dos moradores do meio rural conhecem a instituição, mas acredita que não sabem claramente a sua função. Já, a FGTAS, segundo o seu coordenador local, em função de um trabalho de divulgação há quase um ano, é bastante procurado o seu atendimento.

5.1.2 Poder Público Municipal

Este grupo de informantes indiretos está composto pela representante da Câmara Municipal de Vereadores, pelo representante da Secretaria Municipal de

Fomento Econômico, pelo representante do Conselho Municipal de Desenvolvimento e pelo representante do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural. (Ver figura 47)



Figura 47 - Prédios da Prefeitura Municipal, da Câmara Municipal de Vereadores e da reunião dos integrantes do Comude e do Conder
Fonte: A autora, março, 2012.

Para a representante da Câmara Municipal de Vereadores os moradores não têm clareza da sua instituição, não sabem o papel do vereador e qual o papel da pessoa que escolhe o vereador.

Quanto a Secretaria Municipal de Fomento Econômico, segundo o seu secretário, há conhecimento e procura por sua entidade, por que há uma dependência da Prefeitura muito grande em função do uso de maquinários e serviços pelas propriedades rurais.

A representação do Conselho Municipal de Desenvolvimento-Comude diz que os moradores não têm clareza sobre o papel do conselho, por falta de entendimento dos próprios participantes da entidade, como também, da ausência de participação da comunidade nas decisões públicas.

Já o representante do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural – Comder, entende que os moradores sabem a importância do papel da entidade, por que buscam para reivindicar a ajuda do poder público.

5.1.3 Instituições de Ensino e Pesquisa

Este grupo de informantes indiretos está formado pela representante da Universidade Estadual do RGS-UERGS, pelo representante da Universidade do Pampa-Unipampa, pelo representante da Universidade da Região da Campanha-Urcamp e pelo representante da Embrapa Pecuária Sul. (Ver figura 48)



Figura 48 - Prédios da UERGS(1), Unipampa(2), Embrapa Pecuária Sul(3)
Fonte: Bagé, março, 2012 (autora)(1 e 2); Arquivo da instituição(3)

Para a representante da UERGS, a coordenadora Unidade/Bagé há conhecimento da existência da Universidade, mas não se sabe o seu papel e o quê oferece em nível educacional.

Já o representante da Unipampa, o coordenador acadêmico campus/Bagé, diz ter certeza que a Universidade chegou a Lavras do Sul, pelo fato de terem vários alunos. Segundo ele, o ensino público gratuito da universidade fez com que seu atrativo fizesse ser reconhecida na região.

No caso da Urcamp, o representante, pró-reitor de pós-graduação, pesquisa e extensão fala que a Universidade é reconhecida pela comunidade lavrense por que possui vários alunos que são oriundos do município e que voltam para seus locais de origem, realizando a divulgação da instituição.

Para o representante da Embrapa Pecuária Sul não há uma clareza por parte do seguimento da pecuária familiar sobre a importância da Embrapa no desenvolvimento deste setor pelos lavrenses. Há no momento um envolvimento do grupo da apicultura e do artesanato do município no projeto de estratégias de desenvolvimento regional no território Alto Camaquã.

5.1.4 Associações, Cooperativas e Sindicatos

Este grupo de informantes indiretos é composto pelos representantes da Associação/Sindicato Rural de Lavras do Sul, Associação Lavrense de Fruticultores, Associação de Apicultores, Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Lavras do Sul, Núcleo de Produtores de Terneiros de Corte, Núcleo de Criadores de Cavalos Crioulos, Cooperativa Triticola Caçapavana-Cotrisul, e Rotary Club de Lavras do Sul “Terra do Ouro”. (Ver figura 49)



Figura 49 - Prédios Associação/Sindicato Rural de Lavras do Sul (1), da Alapi (2), e da Cotrisul (3)
Fonte: A autora, março, 2012 (autora) (1 e 2); Arquivo da instituição(3)

Para o representante da Associação/Sindicato Rural de Lavras do Sul há uma conscientização pela comunidade do papel do sindicato, mas entende que uma parte da população não entende como funciona a entidade.(ver anexo G, p. 220-24)

Para o representante da Associação Lavrense de Fruticultores há conhecimento da entidade por aqueles que querem formar uma cooperativa, a entidade não é lembrada para participar de discussões ou motivada a propor ideias.

A representação da Associação Lavrense de Apicultura, no entendimento do vice-presidente os moradores não têm clareza por que possuem uma resistência à criação de abelhas. Esta atividade não é considerada como uma fonte de geração de renda, a pecuária é a atividade produtiva mais valorizada na escala local.

Já a representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, a secretária geral, vê que a comunidade está mais ciente do papel da entidade, pois antes não se tinha tanta informação, agora, entende também que o sindicato está mais informado e a classe dos trabalhadores está mais organizada.

Quanto à representação do Núcleo de Produtores de Terneiros de Corte, o vice-presidente conta que a entidade está presente há 32 anos, esteve sempre próxima dos produtores, pois a maioria deles repassam seus animais para comercialização junto ao núcleo, então, há um conhecimento, um entendimento do papel da entidade e uma participação ativa pela comunidade.

O representante do Núcleo de Criadores de Cavalos Crioulos acredita que parte da população entende o papel da entidade por estarem num município com atividades voltadas à pecuária, então conclui que o cavalo crioulo está vinculado a este meio, sendo assim é mais fácil o entendimento e aproximação pelos moradores do município.

O representante da Cotrisul, o auxiliar administrativo da unidade/Bagé diz acreditar num entendimento pelos moradores do município em relação ao papel da cooperativa pelo fato de que a instituição é vista como fonte de emprego. Além disso, ele conta que grande parte dos agricultores de lavouras de grãos dependem da cooperativa, seja quanto ao financiamento das lavouras, seja para uso do serviço de seleção de grãos e sementes.

A visão da representante do Rotary Club Lavras do Sul Terra do Ouro é que a comunidade está iniciando um processo de reconhecimento do papel da entidade, mas as estratégias para melhor informar o morador de Lavras do Sul tem sido a inserção da entidade em projetos do município com outros parceiros e também o uso do rádio para divulgação da entidade.

5.2 A visão das entidades sobre o desenvolvimento territorial

Dos 18 entrevistados, 12 manifestaram uma definição avaliando o desenvolvimento do município de Lavras do Sul. Para seis dos entrevistados, o município é considerado “pobre”, “atrasado”, “sem crescimento” e “sem desenvolvimento”. *A cidade não cresceu um palmo para lugar algum*, define o representante da Cotrisul. Com esse pensamento o entrevistado traz à luz as discussões de Saquet (2010) que revelam a presença de uma abordagem econômica e material da organização social no território. “O território passa a ser compreendido além de abrigo, como um receptáculo de investimentos econômicos feitos por pessoas” (SAQUET, 2010, p.27)

Contudo, há cinco entrevistados que evidenciam potencialidades, destacando a atividade pecuária, que a faz um município desenvolvido. Além disso, ainda há os que dizem *tem potencialidades, mas não são vistas*, como fala o representante da FGTAS. Já, na visão do representante da Embrapa Pecuária Sul, o município pertence à “metade rica” do Estado. *A Metade sul não é pobre não, é rica*, fala ele ao fazer referência às especificidades, especialmente, do meio natural, representado pelo bioma Pampa. Neste ponto, cabe mencionar a visão de Saquet (2010), no qual argumenta que o território é condição de processos de desenvolvimento, onde a natureza e a sociedade manifestam-se de maneira específica em diferentes lugares. E Haesbaert acrescenta “[...] menosprezamos ou simplesmente ignoramos a dinâmica da natureza que dita hoje indissociável da ação humana, na maioria das vezes acaba perdendo totalmente sua especificidade” (HAESBAERT, 2007, p.48)

Sobre os pontos positivos apresentados pelos entrevistados no município de Lavras do Sul, em primeiro lugar mencionam a segurança pela possibilidade de deixar seus pertences à vontade, sem muitas preocupações, com uma baixa criminalidade. *Pode ser comparada a países de primeiro mundo*, comenta o representante da Urcamp. E, em segundo lugar, a tranquilidade, pois é conferido ao município, o atributo de bom lugar para se viver e para criar os filhos, lugar para o futuro da aposentadoria. *É uma cidade rica, mas não sabe que é rica, a tranquilidade é um desses tesouros*, fala a representante da Emater /Lavras do Sul. “Estes são valores que devem se transformar em fontes de desenvolvimento e geração de renda, mas estará na dependência da organização dos habitantes e das instituições rurais em aproveitarem

oportunidades, como maneira de atender as necessidades da sociedade”. (ABRAMOVAY, 2000a, p.15)

Logo depois, aparecem como vantagens presentes no município as atividades relacionadas ao turismo no meio rural, a vinculação dos moradores ao meio rural, a hospitalidade do lavrense que é um diferencial, a história de identificação do ouro e outros minérios no município, tanto no passado, como no presente. *O município tem uma grande mina de potássio, elemento que está 100% sendo importado de outros países*, revelou o representante da Associação/Sindicato Rural de Lavras do Sul.

A presença de um ambiente qualificado conservado e de uma comunidade envolvida em ações que garantam a sustentabilidade no território, em suas diferentes dimensões, pode ser expressa na identificação dos habitantes com o lugar. *Lavras do Sul cultua as tradições, a vivência do lugar e com isso, possui uma boa qualidade de vida, não só em padrões econômicos, mas culturais. Há uma educação elevada, independente da escolaridade no município*, completou o representante da Urcamp. Assim é possível, segundo Maluf (2000),

O objetivo do desenvolvimento é compatível com qualquer critério ou escala de valores para avaliar a qualidade de vida, sem estar preso a um dado padrão ou modelo de vida. O respeito à diversidade das formas de materialização da qualidade de vida deve ser perpassado por uma ótica fundada na noção de direitos humanos universais que o qualifica e o delimita. (MALUF, 2000, p. 11)

O município também é destacado pela integração dos moradores, uma vez que, a proximidade entre os moradores e o fato de as pessoas se conhecerem e manterem laços de sociabilidade, faz com que as ações coletivas tenham melhores possibilidades de realização *Numa cidade grande, tu és mais um*, afirmou o representante do Núcleo de Criadores de Cavalos Crioulos. Cunha (2007) lembra que a proximidade é um fenômeno intrínseco nos territórios. “A proximidade define as possibilidades de dinamização de processos de desenvolvimento regionais e locais” (CUNHA, 2007, p.1)

Quando foram questionados sobre as dificuldades encontradas no município, a falta de emprego, de mão-de-obra especializada, e a localização de Lavras do Sul em relação as principais rodovias do Estado se destacam na visão dos entrevistados. *Saíram 600 pessoas da cidade, saem jovens e não voltam em função do mercado de trabalho, voltam somente para a aposentadoria ou para descansar*, lembrou a representante da Câmara Municipal. Entretanto, para Abramovay (2000b) “a baixa

densidade demográfica, a maior ou menor distância de grandes centros urbanos e a relação com a natureza não são condições suficientes para explicar o atraso em que se encontra a população rural, que ali vive” (ABRAMOVAY, 2000b, p.13)

Somada a essas questões também está o acesso à educação, pois as escolas rurais não estão funcionando em função da não conclusão de obras, e o acesso à saúde, a qual possui um hospital pequeno. *No município se pratica a “ambulânciaterapia”, se vive correndo para outras cidades, e com tudo isso, o salário de médico não é atrativo, então, temos somente três profissionais,* define o representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais. Aqui, neste ponto, é oportuno trazer a reflexão de Abramovay (2000b) quando afirma que o desenvolvimento não se reduz ao crescimento agrícola, há uma dimensão territorial do desenvolvimento que busca enriquecer o capital social de um lugar, isto é, compreender a formação de redes, das convenções, das instituições com ações cooperativas ao incluir a conquista de bens públicos como educação, saúde e informação. O desenvolvimento rural pode “sugerir informações dos obstáculos a serem superados para criar capital social onde ele não existe” (ABRAMOVAY, 2000b, p.3)

Outro ponto levantado é em relação à Prefeitura Municipal ser considerada a maior fonte de renda e de emprego no município. *A Prefeitura é a mãe de todos, não se trabalha muito, não se tem tanta obrigação, então a pessoa termina se estabilizando naquilo, não tenta melhorar,* explica o representante da Associação Lavrense de Apicultura. A representante da Emater/Lavras do Sul completa: *O pessoal parece que não tem ambição, e eu não sei até que ponto eles estão errados,* reflete ela.

Para o representante da Urcamp, o município não tem aproveitado seu diferencial, a saber: a cordialidade da população e a tranquilidade da cidade para agregar valor ao turismo rural e a fixação das pessoas na região.

Tanto os pontos positivos como os negativos elucidados pelos entrevistados qualificados demonstram a relação com os estudos realizados por Becker e Wittmann (2008), quando definiram que os territórios possuem algo inovador. Para eles o inovador pode ser visto como uma criação do próprio território, ao integrar saberes, normas e valores locais (os próprios pontos positivos e negativos de Lavras do Sul), constituem-se em elementos para a matriz do desenvolvimento do município ao produzir competências distintivas locais e específicas do território em questão.

Destaca-se o pensamento de Abramovay (1999) sobre o desenvolvimento ser concebido num quadro territorial e não somente na realização de uma série de

atividades, pois a sociedade precisa criar condições para valorizar o território. Como tentativa de explicar o desenvolvimento de algumas regiões rurais, o autor indica que é preciso criar uma dinâmica territorial específica, destacando-se a identidade regional capaz de promover atrativos ao lugar, como no caso, de Lavras do Sul, o ambiente cultural e natural, como é lembrado pelos entrevistados.

Para Cunha (2007) “a visão do desenvolvimento territorial é a de revalorização do mundo rural” (CUNHA, 2007, p.6). Isto quer dizer, é substituir uma visão setorial por uma abordagem territorial, tendo as potencialidades de cada local valorizadas. Ainda, Miranda e Tiburcio (2011a) apresentam a ideia de que o território é uma construção social. Por isso, considera-se importante os elementos ambientais (recursos naturais do bioma Pampa em Lavras do Sul), os econômicos (atividades socioprodutivas de Lavras do Sul como pecuária, artesanato, apicultura, fruticultura, lavouras, etc), os sociais (a qualidade de vida das pessoas de Lavras do Sul, como a presença de tranqüilidade, segurança, integração, hospitalidade), os políticos (a organização de grupos setoriais de Lavras do Sul como grupos de artesãos, grupo de produtores e trabalhadores rurais, etc) e os culturais (a história, o apego à tradição, os hábitos e modos de viver e a arquitetura de Lavras do Sul).

5.3 Rumos e perspectivas para o município de Lavras do Sul: uma abordagem territorial

O território é entendido como uma construção social e, neste sentido, é tomado como categoria analítica para reconhecer, no território Alto Camaquã, as relações com o ambiente natural, com a sociedade, a economia, a cultura e as institucionalidades. Paralelo a isso, é preciso refletir que o desenvolvimento territorial se estabelecerá num espaço que seja apropriado, isto é, é nele que se estabelecem as atividades socioprodutivas, as ações do Estado e os processos de construção de vida das pessoas.

Assim, faz-se necessário apresentar a participação das instituições e da sociedade civil organizada na gestão territorial com vistas ao estabelecimento do desenvolvimento territorial e da sustentabilidade no município de Lavras do Sul.

5.3.1 Dimensão econômica do desenvolvimento territorial

Esta dimensão trata de como o território foi apropriado pelos grupos sociais, tomando os seus recursos naturais como fonte geradora de ações de desenvolvimento. “A ligação do território com a natureza é explícita, e nessa ligação o território se torna, antes de mais nada, uma fonte de recursos, meios materiais de existência” (HAESBAERT, 2007, p.48). Assim, há uma relação de atividades percebidas pelos entrevistados, onde se relacionam alguns elementos (natureza-sociedade-tecnologias) que formam a base econômica do território e constituem em estrutura da vida social.

Para o grupo de entrevistados representantes do poder público estadual, há a percepção dos moradores em relação as especificidades da atividade agrícola, o que confere ao município a possibilidade de cultivar e realizar o aproveitamento de algumas frutas, originando as agroindústrias caseiras. Existe, também, um projeto de merenda escolar, que está mobilizando a organização de agricultores para a organização de feiras livres semanais com produtos orgânicos. Através de projetos públicos, há a condução de capacitações para famílias rurais, como no artesanato, que ganhou características diferenciadas, onde os artesãos tornaram-se independentes no seu trabalho. *Muita gente conseguiu fazer uma caminhada, algumas delas vão te dizer que sequer pensavam estar ou sustentar sua filha na cidade [...] as pessoas estão enxergando o desenvolvimento rural*, fala a representante da Emater. Abramovay (1999) colabora com esta visão ao declarar que “o acesso a terra e também de um conjunto de condições que alterem o ambiente institucional local e regional permitem a revelação de potenciais com que cada território pode participar do processo de desenvolvimento” (ABRAMOVAY, 1999, p.49-50)

A FGTAS está investindo na oportunidade de empregos, onde o município é o primeiro, dentro da abrangência do Corede Campanha, a receber 21 cursos de treinamento e capacitação de pessoal a partir de uma comissão social do emprego. *Nosso papel é dar condições e qualificação aos trabalhadores lavrenses*, fala o representante da FGTAS. Para Abramovay (1999) “esses recursos não dependem do Estado, mas da mobilização das próprias forças sociais interessadas na valorização do meio rural”. (ABRAMOVAY, 1999, p.50)

Para o grupo de entrevistados do poder público municipal, os produtores rurais de Lavras do Sul estão apropriando-se da vantagem de possuir os melhores campos nativos, portanto, garantindo uma produção pecuária de qualidade. *Somos o município mais conservado do Estado pelos dados do Ibama, não somos nós que dizemos, são*

eles que dizem, declara o secretário municipal de Desenvolvimento e Fomento Econômico. Nas palavras de Abramovay (1999), o desenvolvimento territorial “supõe políticas públicas que estimulem a formulação descentralizada de projetos capazes de valorizar atributos locais e regionais no processo de desenvolvimento” (ABRAMOVAY, 1999, p.50)

Os representantes das associações, sindicatos e cooperativas o Núcleo de Produtores de Terneiros de Corte e o Núcleo de Criadores de Cavalos Crioulos promovem em conjunto com outras entidades rodeios e remates. *Há uma movimentação que gera renda, que gera algum valor pro município*, explica o representante. Para Abramovay (2000b), “para construir novas instituições propícias ao desenvolvimento rural é necessário fortalecer o capital social dos territórios muito mais do que promover crescimento desta ou daquela atividade econômica”. (ABRAMOVAY, 2000b, p.13)

O representante da Associação/Sindicato Rural de Lavras do Sul indica o programa “Juntos para Competir”, ligado ao Senar e a Farsul, como meio de levar tecnologias para o desenvolvimento da pecuária no município e região.

5.3.2 Dimensão cultural do desenvolvimento territorial

Esta dimensão trata da relação das pessoas com o espaço/lugar, como são estabelecidas as formas de viver daquele local e da simbologia que o envolve. “Ao se apropriar de um território é o acesso, o controle e o uso, tanto das realidades visíveis quanto dos poderes invisíveis, e que partilham o domínio das condições de reprodução da vida dos homens, tanto deles próprias quanto a dos recursos dos quais eles dependem” (HAESBAERT, 2007, p.49).

Procura-se, assim, evidenciar a questão do pertencimento e de permanência de elementos como a história, a cultura e os modos de viver em Lavras do Sul. Esses traços culturais estão sustentados pela produção pecuária, onde o valor à terra e as atividades relacionadas ao campo e ao rural são exaltadas, onde hábitos e costumes das lidas campeiras fazem parte do viver do morador lavrense, que sobrevive economicamente dessa atividade. *O pessoal que vive aqui na cidade, principalmente nos bairros são todos, praticamente todos, oriundos do meio rural e tem aquela ligação com o meio rural, ou veio, comprou uma casinha aqui na vila e ficou com as terras lá*

para pôr o gado...e sempre, nunca perderem aquele vínculo com o rural, falou o representante do Comude.

Todas as representações dos grupos de entrevistados desta pesquisa citaram a hospitalidade do morador de Lavras do Sul e a tranquilidade do município, aspectos culturais que simbolizam os valores intrínsecos ao rural. O representante das associações, cooperativas e sindicatos alia a estas características outra peculiaridade *aqui todo mundo se conhece, chama todo mundo pelo nome*, destaca ele. Segundo Heidrich (2008), essas peculiaridades revelam os aspectos mais contudentes da construção social da identidade gaúcha. “O pertencimento apresenta um tipo especial de identidade territorial, inserida em outra, mais abrangente. Do ponto de vista político, faz parte de uma estratégia que visa manter a autonomia e força no conjunto nacional” (HEIDRICH, 2008, p. 250)

Para Heidrich (2008) a regionalidade gaúcha é realizada a partir da contextualização do ocupante do território:

[...] em primeiro lugar, do guerreiro e, em seguida, do modo de vida pastoril. A síntese expressa o fazer guerreiro como necessidade, a partir dele a relação com o meio e com a nacionalidade e, contextualizado no meio, a produção da sobrevivência. Sobressai um conjunto de atributos que denotam as peculiaridades regionais. Elas são preconizadas pela condição fronteira do território, pelo horizonte aberto, a paisagem de campo, um espírito de luta que foi revelado ao longo da história, o desejo de ser nacional e a defesa territorial [...] (O gaúcho), na origem (desprezado) por seu caráter bandoleiro, [...] passou a ser cultuado como tipo representativo do Pampa [...]. A implantação do mito completou sua vestimenta, incluindo-lhe adereços enobrecedores, bem como, passou à descrição de seus hábitos e costumes, filtrando o estilo bárbaro e enobrecendo o rústico. Os atributos e peculiaridades que fazem parte do simbolismo ressaltam, por exemplo, a valentia, a bravura, a qualidade de defensor, de fidelidade a uma causa ou paixão, ser guerreiro e livre [...] (HEIDRICH, 2007, p. 250-1)

Segundo Haesbaert (2007) a dimensão cultural do território “é mais bem apreendida por meio de concepções como lugar e paisagem, a leitura cultural ou simbólica é minoritária” (HAESBAERT, 2007, p. 50). Assim, o representante da Embrapa Pecuária Sul chama a atenção para a atmosfera própria do município *que ficou quase que parado no tempo, isto é, extremamente rico, uma comunidade pacata tradicional que tem uma história vinculada e a exploração do ouro, além de uma paisagem belíssima, creio que os moradores dão muita importância para isso, eles tem um certo orgulho desse passado*, observa ele.

Diante dessas observações, Haesbaert (2007) contribui com sua visão sobre o território ser concebido como um valor. Por isso, os moradores estabelecem vínculos afetivos com o lugar, esse sentimento é a evidência também de uma relação de poder, da necessidade de manutenção de valores não somente materiais, mas éticos, espirituais e simbólicos.

A tradição da ovinocultura, ao produzir rebanhos voltados a produção de lã, é algo que se perpetua por décadas no município, repassados pelos antepassados, os costumes de criação de animais e de aproveitamento de seus subprodutos permaneceram ao lado das inovações da sociedade tecnológica. A representante da Emater/Lavras do Sul comenta que os grupos de artesãs se organizaram para produção de peças diferenciadas que agreguem maior valor ao seu trabalho. *Existia aquele artesanato em lã voltado a roupa campeira. Hoje, nós temos um artesanato que é formado por diversas artesãs [...] especializaram-se em outras áreas do artesanato, e já estão trabalhando sozinhas, já não precisam mais de tutoração da Emater. Elas não só comercializam, como elas hoje criam, esquilam, adquirem animais, enfim, elas perderam aquela dependência do marido,* conta a representante.

A produção artesanal e a tecelagem em lã são atividades que implicam na representação da identidade cultural deste território, conforme orientações evidenciadas nos estudos de Haesbaert (2007). Quanto a essas características culturais, no desenvolvimento territorial de Lavras do Sul, “significa que esses atores possuem, de modo mais ou menos claro, ou mesmo implícito, interesses que justificam uma perspectiva de atuação territorial ou que consideram estratégica a ação no território para a sua preservação e realização...” (MIRANDA; TIBURCIO, 2011a, p.56)

Silva (2007) também apresenta uma abordagem do espaço rural, não somente voltado as funções mercantis, à economia formal, mas a outras esferas do mundo sociocultural. Assim, este autor salienta as possibilidades culturais e turísticas de um tipo de mercado interessado em outras formas de consumo. “Transformando-o num espaço educacional e de lazer que atrai populações de outros espaços para a divulgação da história e do conhecimento inerentes ao interior” (SILVA, 2007, p. 35) Dessa forma, o representante das universidades, da Urcamp, associou a cordialidade da população a tranquilidade do município como atrativos para contribuir na agregação de renda e desenvolvimento territorial através de práticas de turismo rural. *Poderia fixar o pessoal da região e longe de criar, um cenário artificial como se fez na Serra Gaúcha, um artificialismo em torno de Gramado e Canela [...], mas Lavras do Sul*

poderia se fixando nos costumes locais, naturalmente um aprimoramento de seus moradores para o turismo, uma aceitação e uma atenção ao ambiente tão preservado que muitas pessoas, os que buscam naturalmente este tipo de distração ou descanso poderiam vislumbrar, então a cidade tem potencialidade, ela é bonita, seguramente, é uma cidade histórica, e tudo isso são atrativos, que podem incrementar o município, argumentou ele.

As ações de turismo rural fortalecem a valorização do patrimônio cultural e natural do município, já que seria evidenciado suas potencialidades na pecuária, identificando as condições dos recursos naturais, tendo um olhar atento as paisagens e ao “saber fazer” na criação de animais. Associadas a estas atividades, a produção artesanal de doces e o artesanato em lã, transmitidas pelas gerações das famílias, assim como, a suas histórias e lendas simbolizadas através dos principais pontos do município e por personalidades marcantes.

A busca de resgate e revalorização da história arquitetônica do município (os casarios, objetos, móveis) compõe também a força simbólica da dimensão cultural do desenvolvimento territorial indicada por Haesbaert (2007): “ a força da carga simbólica é tamanha que o território é um construtor de identidade, talvez o mais eficaz de todos” (HAESBAERT, 2007, p.51)

O representante da Embrapa Pecuária Sul comenta que Lavras do Sul tem um nível de organização que é muito interessante. *Há uma diferenciação ainda, pois os pecuaristas familiares estão mais vinculados ao sindicato dos trabalhadores, enquanto que os pecuaristas de médio a grande porte e que tem uma lógica empresarial, estão vinculados ao sindicato rural, o sindicato patronal. Esse sindicato é extremamente organizado, realizam feiras e eventos de alta qualidade. O pessoal é muito mobilizado e articulado, eu acho que isso é uma coisa que o município valoriza. E Lavras, nesse sentido, é um município que se diferencia. É uma referência,* explica o representante. Cabe então citar Abramovay (1999): “As políticas voltadas para o fortalecimento e para a criação de novas unidades familiares no meio rural terão tanto mais sucesso quanto mais importantes forem às oportunidades de intensificação de suas ligações dinâmicas e diversificadas com as cidades” (ABRAMOVAY, 1999, p. 49)

Como forma de fazer emergir os poderes invisíveis, definidos por Haesbaert (2007) na apropriação simbólica para o desenvolvimento territorial de Lavras do Sul, o representante da Embrapa Pecuária Sul desafia: *para assumir o controle das potencialidades e para transformar em valores, não só econômicos, mas em valores*

culturais, em valores paisagísticos, turísticos, etc., o primeiro passo é fazer com que a população local, fazer com que os atores locais (indivíduos, organizações, instituições) reconheçam no sentido de conhecer de novo. O conhecer de novo é olhar com outros olhos, isso poderia avançar no município, e estabelecer e fortalecer o seu tecido social, promovendo a organização social, as redes locais. Parar de reproduzir a noção de que somos uma região pobre... e não temos capacidade. Lavras, assim como os outros municípios que compõem o território do Alto Camaquã, podem fazer um esforço para ampliar a sua base social.

5.3.3 Dimensão política do desenvolvimento territorial

Esta dimensão trata da forma como o espaço/lugar pode ser organizado e gerenciado, busca destacar o papel do território como mediador nas relações de poder e também de promotor de oportunidades.

Está acoplada a discussões sobre o domínio político do espaço a serviço de interesses econômicos [...] a figura do Estado precisa incluir o papel gestor das grandes corporações industriais, comerciais, de serviços e financeiras, e imprescindível trabalhar com o território numa interação entre as múltiplas dimensões sociais. (HAESBAERT, 2007, p.52).

As proposições apresentadas pelos entrevistados são fontes de inovação, de reconhecimento social e de garantia de reprodução social e territorial pra os moradores do município em busca de desenvolvimento.

Do poder público municipal, destaca-se a participação e o envolvimento do Comude no Corede Campanha, onde se têm buscado recursos para investimentos no setor da educação.

Estão sendo reformadas escolas, construção de muros, áreas esportivas”, conta o representante. Como reforço ao papel dos atores sociais, lembra-se “mesmo tratando-se de políticas do Estado, questiona-se a influência dos atores da sociedade civil e do setor privado na sua construção [...] (MIRANDA; TIBURCIO, 2011a, p.49)

A Câmara de Vereadores está elaborando um projeto “Minha Casa, Minha Vida” para o município, mas depende do apoio do executivo municipal. *Precisamos que a Prefeitura forneça a área, um terreno e consiga através do governo o acesso a 50 famílias de baixa renda*, explicou a representante. Oportuno destacar o pensamento de Miranda e Tiburcio (2011a):

O desenvolvimento territorial sustentável pressupõe a cooperação entre atores cujos interesses não são idênticos, mas que podem encontrar áreas de convergência em novos projetos, de tal maneira que uma atmosfera propícia à geração de iniciativas criativas seja gerada. (MIRANDA; TIBURCIO, 2011a, p. 45-6)

O representante municipal explicou que o Comder está pressionando o executivo para atendimento aos prejuízos da seca junto aos agricultores e produtores rurais, em busca de alternativas para geração de renda e minimização das perdas nas propriedades rurais. Para Miranda e Tiburcio (2011a) a construção das coalizações para execução das políticas públicas é extremamente necessário para o desenvolvimento do território.

A institucionalidade e as dinâmicas territoriais vão depender das estruturas de poder existentes no território e da força política e da capacidade de construir coalizações, dentro e fora deste, das agências estatais, das empresas e das organizações empresariais, e das organizações da sociedade civil, aí existentes. (MIRANDA; TIBURCIO, 2011a, p.52)

Para o representante das associações, cooperativas e sindicatos da Cotrisul, grande parte dos produtores rurais do município mantém dependência com a cooperativa para produção de grãos em função da obtenção de financiamentos. *Eles plantam bem, colhem bem e trabalham bem com a cooperativa [...]*, comenta.

Quanto aos representantes das instituições de ensino e pesquisa – UERGS, Unipampa e Urcamp – não possuem atividades especialmente planejadas para atender a comunidade de Lavras do Sul. Todos os representantes julgaram a necessidade de envolver o município em seu planejamento, já que todas têm um cunho regional de atuação. *É um alerta bem importante que tu estás me fazendo com este teu trabalho, por que o nosso trabalho, a nossa missão, a UERGS, foi criada com o intuito de alavancar o desenvolvimento regional*, declarou a representante da UERGS. Para Abramovay (2000b) “as universidades podem ter papel na formação de redes territoriais de desenvolvimento, sendo formadoras de incubação de empresas, na difusão de informações sobre linhas de créditos acessíveis.” (ABRAMOVAY, 2000b, p.12)

Nesta dimensão da territorialidade as funções das políticas públicas são essenciais e estratégicas. Através delas se estabelecem a mediação do poder, as estratégias de desenvolvimento tornam-se compartilhadas, além de promover espaços de oportunidades, de participação por diversos atores sociais, qual sejam não

exclusivamente o Estado. É conveniente perceber a importância das relações de poder na sociedade e no próprio território.

A descentralização político-administrativa e a inserção e participação da sociedade civil na gestão do Estado, advém das diferentes aspirações da sociedade à redemocratização, tendo iniciado no Governo Collor e aprofundado-se, a partir de 1995, no Governo de Fernando Henrique Cardoso. Segundo Ruckert (2008) “os estados e municípios passam a ter maiores atribuições” (RUCKERT, 2008, p.127). Mas, ele completa: “A descentralização, no entanto, conforme a crítica oriunda principalmente dos meios municipalistas, por exemplo, não se concretizou na prática, tendo em vista ocorrer um repasse crescente de atribuições e não dos recursos correspondentes” (RUCKERT, 2008, p.127). Ainda, Etges (2001) contribui enfatizando a necessidade de rever o discurso globalizante, na aplicação dos recursos públicos “coloca na ordem do dia a discussão sobre o papel relevante de localização dos recursos públicos a favor da redução das desigualdades” (ETGES, 2001, p.17) O representante das associações, cooperativas e sindicatos, fala que o meio rural de Lavras do Sul tem que ter mais participação para desenvolver o município, pois as potencialidades estão ali localizadas. *É possível gerar riqueza através da CRM e a questão do turismo. Não fico sonhando com empresas e indústrias vindas pra cá, por que não vão vir, estamos longe de tudo, longe dos centros urbanos. O Sindicato dos Trabalhadores Rurais trabalha em conselhos, os municípios hoje em dia tem vários conselhos, pra tudo tem que existir um conselho,* destaca ele.

As políticas de desenvolvimento na escala local-regional ganham força do Brasil, principalmente, a partir das transformações político-institucionais recentes, do final da década de 80, trazendo a possibilidade de estímulo às vocações regionais e locais. Isso faz com que os territórios mesmo distante dos centros de poder, ganhem importância no desenvolvimento. E, ainda, esse retorno à agenda política nacional da questão regional e local é chamado de “vívido territorial”. Assim, o entorno é um diferencial nesse processo. De outra forma,

[...] interesses territoriais regionalizados podem ser entendidos ou como uma diversidade espacial nas formas de reprodução econômica ou como um estabelecimento de subdomínio no território nacional [...] dois campos do poder social: a dominação social e o poder político, que podem ser apontados como razão e origem da questão regional (HEIDRICH, 2008, p.253)

5.3.4 A abordagem territorial como processo a ser construído

Heidrich (2008) entende que esse processo pode ser visto como uma reivindicação territorial pertinente junto às esferas do poder público em suas diferentes escalas. “Uma forma particularmente moderna de alcance e justificação do poder público [...] da separação entre dominação social e poder político, entre domínio privado e domínio público” (HEIDRICH, 2008, p. 45) e, Etges (2001) acrescenta,

[...] as ações que integram o desenvolvimento regional são de infra-estrutura na região e seus principais gargalos, os principais eixos estruturantes da região, a competitividade sistêmica em relação a outras regiões e meios para fortalecê-la, a disponibilidade de recursos naturais e formas de utilizá-los de maneira sustentável [...] o contexto do desenvolvimento local são voltadas ao fomento de empreendedores locais, para programas de inclusão social, para melhoria da qualidade de vida, em comunidades do município (ETGES, 2001, p. 13)

Entretanto, segundo Tartaruga (2008), os centros de poder se manifestam nas estratégias socioprodutivas regionais e locais e não somente nas esferas do poder estatal.

Mas, o Estado tem sido, ainda na concepção de Tartaruga (2008) o agente principal do desenvolvimento, definindo as mais diferentes estratégias e prioridades na efetivação dos planos e projetos sobre os territórios. Há elementos em comum nos territórios que são destacados por Tartaruga:

[...] os projetos devem se adaptar aos territórios e não o inverso [...] modernização da capacidade dos governos locais e o fortalecimento da capacidade das organizações locais [...] promoção da competitividade no território e do empreendedorismo [...] diminuição da reprodução e do aprofundamento das iniquidades sociais. (TARTARUGA, 2008, p. 149-50).

No Brasil, a abordagem territorial para o desenvolvimento rural começou a ser efetivada recentemente com a criação da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT) e a formulação de um programa desse órgão, no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). “O enfoque territorial implicaria no desenvolvimento endógeno e na autogestão dos territórios rurais [...] tem um de seus pilares na gestão participativa” (TARTARUGA, 2008, p.151)

A experiência da abordagem territorial traz a necessidade da participação das populações na efetivação das políticas públicas, tendo como referência o protagonismo dos atores sociais e sua participação política. Diante disso, Tartaruga (2008) afirma que o desenvolvimento em geral, baseado nos territórios, não deve ser considerado em si,

mas nas próprias instituições como agentes mediadores. “Colocando as populações como elemento central das ações institucionais” (TARTARUGA, 2008, p.152).

Portanto, Pires (2006) reforça no seu pensamento que “o sentimento de pertencimento a um território e a identidade coletiva em torno de um projeto comum de desenvolvimento, depende muito mais dos efeitos de proximidade organizacional e cognitiva de suas redes do que as divisões geopolíticas e administrativas” (PIRES, 2006, p. 444).

Para o representante das instituições de ensino e pesquisa, a Embrapa, Lavras do Sul *precisa qualificar a sua organização social, fortalecer as redes, constituir um tecido social. Há uma dificuldade de compreensão dos atores locais, de como é que aquilo que eu passei a vida inteira dizendo que é sinal de atraso e pobreza, pode alguém me dizer, que nisso existe um potencial de riqueza e desenvolvimento*, fala ele.

A partir da abordagem territorial está subentendida a multiplicidade de poderes que afeta a ação de planejamento e que precisa de legitimidade.

Através da participação popular ocorre uma legitimação e, conseqüentemente, uma melhor aceitação das políticas públicas perante a população participante, apesar de não garantir uma aceitação de todo o conjunto da população em um dado espaço” (TARTARUGA, 2008, p. 153).

Assim, a representante da Emater/Lavras do Sul, diz que o município teria que se apropriar das questões que envolvem os projetos de desenvolvimento, ela afirma que: *as políticas públicas trabalhadas de uma maneira mais participativa, as gestões passadas parecem que não estão preocupadas, parece que fazem questão de olhar só pro umbigo, só pra dentro, é só fazer bons projetos, estar mais voltado para o momento atual.*

Nas palavras de Tartaruga (2008):

[...]a participação das pessoas possibilita o aparecimento de informações que vêm diretamente delas, elas trazem o conhecimento dos seus lugares, um conhecimento que é profundo por estar fundamentado no cotidiano, e imprescindível para o gestor porque jamais conseguirá alcançar esse conhecimento somente com suas técnicas. O estado possui sempre informações incompletas para a tomada de decisões. (TARTARUGA, 2008, p. 154).

A representante do poder público municipal, o executivo deveria desenvolver parcerias junto a empresas localizadas fora do município. *Cedendo terrenos para que se estabeleçam aqui e os isentando de alguns impostos para chamar a atenção dos*

investidores, precisamos que o município incentive mais quem quer vir trabalhar aqui, manifesta ela.

Dessa maneira, ainda Pires (2006) corrobora o pensamento de Tartaruga (2008) quando diz:

[...]o desenvolvimento territorial, as localidades e regiões tornam-se, cada vez mais, as fontes específicas de vantagens competitivas e de solidariedade na globalização. É por isso mesmo que o desenvolvimento territorial não é universalizável nem transferível. Ele é um método de ação para os atores e as comunidades em um quadro normativo de resposta ao desenvolvimento 'por cima', que valoriza a intimidade das relações que partilham os mecanismos econômicos com a sociedade e a cultura locais" (PIRES, 2006, p. 451)

Mas, há problemas para realização efetiva do desenvolvimento territorial na perspectiva participativa. Um deles, levantado por Tartaruga (2008) é a questão da imposição do governo federal e estadual sobre as municipalidades. "O que acontece muitas vezes é que a escala regional adjacente (estadual, nacional) ou global (mundial), tem seu rebatimento no local (território)" (TARTARUGA, 2008, p.154) O representante das associações, cooperativas e sindicatos, da Alapi, entende que *passou a época de pensar que eu vou criar só bois e vacas, tem que criar alternativas de renda. A apicultura, por exemplo, onde invisto 1k de mel para dar-me um retorno de 50k. Na pecuária tenho alto custo, e na apicultura o investimento vem da natureza, custo zero, conta ele.*

Outro ponto fundamental do desenvolvimento territorial é o fortalecimento do tecido social dos territórios. "Para cada território corresponderia um nível de participação [...], os papéis do gestor e da população participante são os mesmos, o que muda para cada situação é o grau (ou nível) de poder (ou participação) em cada território" (MIRANDA; TIBURCIO, 2011a, p.86). Para o representante das associações, cooperativas e sindicatos, da Associação/Sindicato Rural de Lavras do Sul, a falta de emprego para juventude é o item para ser melhorado. *Esta ida da juventude para outros lugares, pois precisam estudar fora da cidade e os custos são altos. Os poucos votos do município não garantem aos políticos olhar para a cidade e fazerem ações de melhorias na educação,* argumenta ele.

E, uma terceira dificuldade está na geração de conflitos ao considerar o modo de interação entre os indivíduos no embate pela distribuição de recursos. "A abordagem territorial e participativa do desenvolvimento deve proporcionar fóruns para

o debate das demandas entre os diversos atores do território [...], pensar o território como tentativa de emancipação”. (TARTARUGA, 2008, p. 156).

O representante das associações, cooperativas e sindicatos, do Núcleo de Criadores de Cavalos Crioulos, pensa que uma das melhorias para Lavras do Sul e também forma de emancipação é *ter um acesso viário pra Bagé, nos colocando numa rota, não precisaria passar pela BR 153, para ir de POA para Montevideú, seria só possível por Lavras, isso tudo facilitaria as deficiências que se tem nas questões da educação, saúde, lazer*, argumenta ele.

Na construção do desenvolvimento territorial as relações na sociedade, entre os indivíduos e com os grupos que a compõem, são fundamentais. Assim, o território é um depósito de investimentos feito pelas pessoas, é um lugar de investimentos econômicos, relações sociedade-natureza, dos homens com os homens. Mas, é neste espaço, conforme Saquet (2010) que a dinâmica territorial se apresenta através da atuação dos atores locais que se organizam socialmente e ordenam o próprio território para estabelecer as prioridades no desenvolvimento do território.

De acordo com o coordenador da FGTAS o município não tem um planejamento na questão do desenvolvimento: *Os órgãos públicos, a prefeitura municipal precisava ter outra visão, há potencialidades em Lavras do Sul, mas são mal trabalhadas, falta vontade política*, fala ele. Divide igualmente expectativas sobre o desenvolvimento do município a representante da Emater/RS. *As pessoas estão enxergando, o que está faltando são políticas públicas locais para que realmente a coisa deslanche*.

O que se pode depreender das falas dos entrevistados de Lavras do Sul é que é preciso modificar o fazer política no território. Para Miranda e Tibúrcio (2011a) é necessário fazer uma política, que engloba e inclui os diversos segmentos sociais e produtivos e mudanças para envolver entidades territoriais em modelos de descentralização na gestão territorial. Sendo assim, o poder é compartilhado, e “a vontade política” não dependerá de um único ator, como a Prefeitura. Podem ser formados os colegiados territoriais, os conhecidos conselhos, não restringindo o poder às prefeituras. Entretanto, segundo os estudos de Miranda e Tiburcio (2011a), os conselhos tem mostrado fragilidades na articulação de institucionalidades e de atores no processo de desenvolvimento territorial como não sendo democrático, mas centralizador e legitimador das relações de poder já existentes.

Segundo a representante da Câmara Municipal, os vereadores, na sua maioria, apresentam projetos de desenvolvimento, mas esbarram na gestão do executivo municipal. *A gente faz a busca, mas nós precisamos da parceira maior. Tem muitas coisas que não avançam se o executivo não estiver presente*, fala ela. Dentro desta situação, é preciso tomar os pressupostos de Abramovay (1999), onde defende a organização local pelos agricultores, buscando novos conhecimentos (capacitações) a fim de alargar os acessos aos créditos e investimentos, tornando-os autosuficientes, sem necessitar de exclusiva dependência do poder público, no caso, a Prefeitura Municipal.

Para o representante da Associação/Sindicato Rural de Lavras do Sul, *em função da contabilidade de poucos votos da comunidade, os políticos não olham muito pra cá [...]* Mas, ainda nesta realidade pode residir os dilemas da ação do Estado em promover o desenvolvimento, na qual Miranda e Tiburcio (2011b) dizem que, muitas vezes, para o poder público a percepção do rural está associada a ideia de pobreza e de atraso, restringindo, assim, os investimentos econômicos. Com isso, o número pequeno de votos é um sinal para não necessidade de atenção por políticos em ações de fomento ao desenvolvimento.

Na concepção de Becker (2008) as regiões não conseguem desenvolver-se ou reagem de uma maneira considerada passiva é por que não criaram seu modelo próprio de desenvolvimento. Por isso, o representante da Cotrisul fala que a administração não sabe administrar, gerir. *A administração manda muito pouco. Não desenvolve, não cresce [...]* *É sempre de um ano para outro. O desemprego aqui é muito grande, muito, muito grande*, comenta ele. Entretanto, os lugares, no caso Lavras do Sul, tem necessidade de articular seus interesses locais (sociais, culturais, econômicos, políticos e ambientais) de maneira regional e inserí-los na dinâmica local de desenvolvimento, articulando os interesses socioambientais regionalizados.

Na avaliação do representante da Embrapa Pecuária Sul, o poder público, constitui-se como agente importante na promoção do desenvolvimento. *Historicamente aquelas características, que pra muitos nada mais é do que sinais de atraso do passado, que deveriam ter desaparecido. Os elementos são os diferenciais nesta região*, comenta ele. Abramovay (2000a) destaca que,

[...] o meio rural só pode ser compreendido em suas relações com as cidades, com as regiões metropolitanas e também com os pequenos centros em torno

dos quais se organiza a vida local. É crucial o papel destes pequenos centros na dinamização das regiões rurais. (ABRAMOVAY, 2000a, p.27).

Mas, o mesmo autor, também indica possibilidades otimistas e diferenciadas para a população rural.

Há uma visão pessimista que os agricultores familiares seriam marginalizados pelo processo de globalização, mas aqueles que buscarem a valorização dos atributos de sua localização na produção de produtos diferenciados terão mais chances de desenvolvimento do que os ligados a mercados anônimos e indiferenciados; o desenvolvimento rural passa pela construção de novos territórios, isto é, pela capacidade que terão os atores econômicos locais de manejar e valorizar ativos específicos às regiões em que habitam; os vínculos territoriais motivam ao surgimento de potenciais adormecidos na cultura local” (ABRAMOVAY, 1999, p. 63)

Segundo Cunha (2007), o desenvolvimento é autêntico, quando a comunidade estabelece uma autonomia para decidir o que quer para seu futuro.

Uma política pública de caráter territorial não pode ser construída e concretizada sem a participação dos atores públicos e privados vinculados ao maior número possível de segmentos econômicos, sociais, políticos ou territoriais. A perspectiva territorial não pode ser objetivada sem uma espécie de governança que envolva o maior número de atores sociais (CUNHA, 2007, p.165)

De outra maneira, Abramovay (1999) define que a desvantagem pode ser contrabalançada pela construção de novas relações entre agricultores e mercado, pela organização local, o acesso ao crédito e os investimentos públicos em infra-estrutura e serviços, além de investimentos em capacitação e formação desse público, os quais podem alterar o ambiente institucional do meio rural a fim de que deixe de ser assimilado ao “atraso” e ao “abandono”. “O capital social substitui, em parte o capital físico: ele é a base a partir da qual os agricultores adquirem as prerrogativas necessárias à sua participação no processo de desenvolvimento” (ABRAMOVAY, 1999, p. 65)

CONCLUSÕES

Todo o conhecimento social está embebido no imaginário de uma época e de uma sociedade. Qualquer reflexão sobre o desenvolvimento pode referir-se a um objeto que abarca ou envolve os mais variados aspectos da vida em sociedade, será profundamente limitada e artificial se não considerar essa exigência de pluridimensionalidade analítica (SOUZA, 1996, p.18)

Pretendeu-se nesse trabalho, estudar um dado território, suas características físicas e sociais e as suas transformações através da diversidade de atividades produtivas, relacionadas à sustentabilidade e a perspectiva do desenvolvimento territorial. Assim, Desenvolvimento territorial e sustentabilidade no Alto Camaquã- Um estudo de caso no município de Lavras do Sul-RS apresentou um conjunto de informações qualitativas presentes em um território delimitado, com o objetivo de discutir os argumentos sobre os quais residem os atuais modelos de desenvolvimento capitalista.

Embora, diante de tantas mudanças em escala mundial da sociedade contemporânea, principalmente relacionada a evolução tecnológica e aos impactos ambientais, o desenvolvimento ainda é associado aos “ganhos” econômicos. No caso em estudo, o município de Lavras do Sul, tendo permanecido por décadas vocacionado à criação de gado, como sua principal atividade produtiva, revela outras características socioeconômicas, culturais e ambientais resistentes às transformações globalizadas.

Neste estudo há uma amostragem das potencialidades dessas propriedades rurais. Algumas propriedades, mesmo as vocacionadas à criação de gado, apresentaram atividades produtivas inovadoras como agroindústria artesanal, turismo rural, artesanato e tecelagem em lã. Aparecem, ainda, como alternativas de agregação de trabalho e renda, a fruticultura, a apicultura, a piscicultura e o florestamento. Há também investimentos considerados inovadores nas propriedades de lavouras de soja e nas áreas licenciadas para exploração de rochas ornamentais. Com isso tudo, durante a elaboração desta pesquisa, foi possível também compreender o grau de criatividade, do poder inovador e da intensidade de pertencimento do homem rural sob

a terra. Essas características foram manifestadas através da formação do Grupo Sabor da Terra (agroindústria artesanal), da lavanderia campeira, da quantidade de mel destinada à exportação, da elaboração do carvão “Casarão”, da feira do peixe-vivo organizada pelo seu Antônio, da tecelagem em lã que valoriza o trabalho manual e milenar e exporta peças para Europa, e das rochas ornamentais, algumas, exclusividade do município no país. Assim, foi possível deduzir que Lavras do Sul é um município “rico”, quer pela sua sustentabilidade, quer pela cultura e capacidade empreendedora de seu povo. Pode-se dizer que a comunidade está à frente dos tempos, e não faz parte do estigma de “atrasada e pobre”, conforme preconizado em estudos anteriores sobre o território Alto Camaquã. O município não está inserido em mercados convencionais, mas está voltado a utilização de formas de produção integradas à natureza, com uma cultura própria, ao ofertar serviços diferenciados.

Dessa forma, o conceito de desenvolvimento adquire uma expressão qualitativa, ou seja, junto ao crescimento econômico ganham igualmente importância o grau de satisfação das necessidades da população, dotada de um senso de limite em relação à utilização dos recursos naturais.

Nesse sentido, as mudanças e inovações dos sistemas produtivos, dos tipos de tecnologias, das possibilidades de novos produtos e novos mercados e da valorização dos modos de vida (culturas locais), levam a profundas transformações das estruturas socioeconômicas e político-institucionais dos territórios.

Associada à sustentabilidade, estão alguns dos atributos sociais do local (segurança, tranquilidade e hospitalidade), características unânimes declaradas pelos informantes diretos e indiretos, que tornam o município referência em desenvolvimento e que são proporcionadas pela perspectiva territorial.

Além disso, a participação dos órgãos públicos oficiais e das entidades na construção do desenvolvimento territorial deve ser considerada como importante elemento. Pois, a facilidade da proximidade entre os moradores incentiva a sua capacidade organizativa, o que faz com que as ações coletivas sejam garantidas e efetivamente colocadas em prática. Exemplos dessa organização dos atores sociais está identificada nos conselhos municipais, nos sindicatos, nas cooperativas. E também reafirmados nas entidades como os clubes de serviços, o Rotary e suas ações em parceria. O nível de participação se reconhece também na formação da Associação Lavrense de Apicultura e da Associação Lavrense de Fruticultores, no envolvimento e na vontade de fazer diferente pelos grupos cooperativados de mulheres da lavanderia

campeira de lã e da agroindústria artesanal, ações intermediadas pela Emater Municipal. Outra forma, de comprometimento com o desenvolvimento está no grupo de mulheres de tecelagem em lã. Todas essas manifestações, embora muitos dos órgãos públicos e das entidades entrevistadas acreditem que não há um entendimento claro sobre o seu papel, apresentam um potencial imerso para dinamizar os processos de desenvolvimento. E mais, esse desenvolvimento está na dependência direta da organização da comunidade às oportunidades evidenciadas neste território.

Ao transpor uma concepção de desenvolvimento setorial para outra a de desenvolvimento territorial, o município de Lavras do Sul está em processo de reorganização do seu espaço. Assim, propõe-se uma nova postura dos atores sociais, onde será necessário construir “novos territórios”, nos quais as atividades não-agrícolas e agrícolas construam mercados de qualidade, sendo os atributos ambientais dos produtos decisivos na agregação da renda. Além disso, exige-se um olhar para o meio rural menos produtivista e mais de preservação e conservação ambiental, favorável ao lazer, à manutenção de paisagens, de estilo diferenciado das cidades, que são altamente valorizados pela sociedade urbana na atualidade.

Por fim, conclui-se que de nada adianta entender a grandeza da sustentabilidade que alavanca as estratégias socioprodutivas de Lavras do Sul, e conseqüentemente, as possibilidades de desenvolver estratégias de desenvolvimento territorial, se “os do lugar” não se apoderarem dessa realidade, colocando em ação a organização social. É preciso, também, legitimar as escolhas, isto é, ter ampla participação dos representantes da comunidade para as tomadas de decisão e construção de políticas públicas junto às instituições e ao Estado. E mais do que isso, é oportuno que se desenvolva um espírito empreendedor, movendo-os a viver nas áreas rurais, tornando-os protagonistas na construção de novos territórios. Pois, a emancipação dos atores que ali vivem e o fortalecimento dos mercados potenciais advindos da agricultura, apresentados no município de Lavras do Sul serão referências para o desaparecimento da idéia de “atraso” e “pobreza” no meio rural.

Assim, o desenvolvimento territorial é entendido como um processo em que os esforços encontram-se baseados na parceria construtiva entre todos os segmentos da sociedade e os agentes institucionais; porém, privilegiando o poder de decisão local como base definidora do tipo de desenvolvimento que se deseja aos lugares.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. Agricultura familiar e desenvolvimento territorial. **Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária**, vol.28, n. 1, 2, 3, 29, Jan/dez 1998 e jan/ago 1999.

_____. **Do setor ao território: funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo**. São Paulo/Rio de Janeiro: IPEA-PROJETO BRA, 2000a.

_____. O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural. **Revista Economia Aplicada**, São Paulo, v. 4, n. 2, p.379-397, abr./jun. 2000b.

ACADEMIA DE CIÊNCIAS DO ESTADO DE SÃO PAULO. **Glossário de Ecologia**, 2. ed. São Paulo, Aciesp, 1997.

ASPECTOS Físicos e Ambientais. **Panorama Lavrense**, Lavras do Sul, 2011. Disponível em: <<http://www.panoramalavrense.com.br/geografia.html>> Acesso em: 20 out. 2011.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE HEREFORD E BRAFORD. **Carne Certificada Pampa: Expandindo as Fronteiras da carne de qualidade**. Bagé, 15 jul. 2006. Disponível em: <www.carnepampa.com.br>. Acesso em: 20 out. 2011.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BECKER, Dinizar F. Competitividade: um novo padrão ambiental de desenvolvimento regional. **Redes**, Santa Cruz do Sul, v.1, n.1, p. 107-112, 1996.

BECKER, Dinizar F. Os primeiros resultados de uma experiência de programa de pesquisa cooperativa e interdisciplinar. In: BECKER, D.; WITTMANN, M.(Orgs.) **Desenvolvimento Regional: abordagens interdisciplinares**. 2. ed. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2008.

BIOMAS. **Atlas Sócioeconômico do Rio Grande do Sul**, 2011. Disponível em: <<http://www.scp.rs.gov.br/atlas/atlas.asp?menu=591>> Acesso em: 04 set. 2011.

BNDES - Banco Nacional do Desenvolvimento. **PRONAF**. Disponível em: <www.bndes.gov.br>. Acesso em: 15 maio 2012.

BORBA, Marcos F.S. **Modelo alternativo de desenvolvimento rural sustentável**. Espanha: Universidade de Córdoba, 2001.

_____. O Alto Camaquã, 2006. Disponível em:
<<http://www.altocamaqua.org/altocamaqua.php>>. Acesso em 20 out. 2011.

BORBA, Marcos F.S; TRINDADE, José P.P. Laboratório de Estudos em Agroecologia e Recursos Naturais da Embrapa Pecuária Sul articulando produção e conservação. **Documento Técnico 18**. Série Embrapa, 2010, 28 p.

BUARQUE, Sérgio. **Construindo o desenvolvimento local sustentável: Metodologia de planejamento**. 4. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

CASTELLS, Manuel. **The power of identity - the information age: economy, society and culture**. v. 2 Grã-Bretanha Cornwall: Blackwell Publishers, 1997.

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais**. 3. ed. São Paulo, SP: Cortez, 1998.

CINOFILIA. Disponível em: www.amocachorros.com.br. Acesso em 15 maio 2012

CONSELHOS Regionais de Desenvolvimento-Coredes. **Atlas Sócio-Econômico do RS**. Disponível em: <<http://www.scp.rs.gov.br/atlas/html>>. Acesso em: 16 maio 2012.

CONTROLADORIA GERAL DA UNIÃO. **Sobre a OCDE: Informações Gerais**. Brasília, 2007. Disponível em: <<http://www.cgu.gov.br/ocde/sobre/informacoes/index.asp>>
Acesso em: 20 set. 2011.

COSTA, Fábila A. **Mapa da localização do município de Lavras do Sul no Estado do RS**. Pelotas: Laboratório de Planejamento Ambiental da Embrapa Clima Temperado, 2011.

COSTA, Fábila A. **Mapa da localização do Alto Camaquã no Estado do RS**. Pelotas: Laboratório de Planejamento Ambiental da Embrapa Clima Temperado, 2011.

COSTA, Fábila A. **Mapa da localização do Corede Campanha no Estado do RS**. Pelotas: Laboratório de Planejamento Ambiental da Embrapa Clima Temperado, 2011.

COSTA, Maria. R. C. **O Futuro entre o rural e o urbano: Um estudo de caso sobre a juventude de Morro Redondo, RS**. 2011. Tese. Programa de Pós-Graduação em Sistemas de Produção Agrícola Familiar, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2011.

_____. **Juventude Rural: O futuro profissional entre o rural e o urbano. Um estudo de caso no município de Morro Redondo-RS**. Projeto de Qualificação. Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2009.

CUNHA Luiz. A. G. Território, desenvolvimento territorial e o “novo mundo rural”. **Revista Emancipação**, Ponta Grossa, n. 1, ano 7, p.165-176, 2007.

DALLABRIDA, Valdir; BECKER, Dinizar F. Dinâmica territorial do Desenvolvimento. In: BECKER, Dinizar F.; WITTMANN, Milton (orgs.). **Desenvolvimento Regional: abordagens interdisciplinares**. 2. ed. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2008. p.158-175.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **O anti-édipo: Capitalismo e esquizofrenia**. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1976.

DOMINGUES, José Maurício. Amartya Sen, a Liberdade e o Desenvolvimento. **Novos Estudos CEBRAP**, São Paulo, n.65, p. 57-70, mar. 2003.

ELIAS, Denise. O meio técnico-científico informacional e a reorganização do espaço agrário nacional. In: MARAFON, G. J.; RUA, J.; RIBEIRO, M. A. (Orgs.) **Abordagens técnico-metodológicas em geografia agrária**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2007.p.49-66.

ESTRUTURA Mineral e Geológica. **Panorama Lavrense**, Lavras do Sul, 2011. Disponível em: <<http://www.panoramalavrense.com.br/geologia.html>> Acesso em: 20 out. 2011.

ETGES, Virgínia E. (org.). **Desenvolvimento Rural: potencialidades em questão**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2001.

FAO/SDA. **Program on rural indicators**, 1998, (mimeo).

FEPAM, 2006. Disponível em: <http://www.fepam.rs.gov.br/qualidade/bacia_camaqua.asp> Acesso em: 12 set. 2011.

FORMAÇÃO do Município de Lavras do Sul. **Panorama Lavrense**, Lavras do Sul, 2011. Disponível em: <<http://www.panoramalavrense.com.br/historia.html#Características Históricas>> Acesso em: 20 out. 2011.

FURTADO, Celso. **O mito do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

GRANDO, Marinês Z. Os resultados socioeconômicos do RS Rural. **Textos para Discussões FEE**, n.002, 2007. Disponível em: <www.fee.tche.br>. Acesso em: 16 maio 2012.

HAESBAERT, Rogério. Concepções de território para entender a desterritorialização. In: SANTOS, M.; BECKER, B. K. (orgs.) **Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial**. São Paulo: Lamparina, 2007. p. 43-71.

HAGUETTE, Teresa Maria Frota. **Metodologias Qualitativas na Sociologia**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1987.

HEIDRICH, Alvaro L. Territorialidades enredadas: formação das territorialidades nacionais e regionais e problemas decorrentes da integração socioespacial global. In: HEIDRICH, Alvaro I. *et al.* (Orgs.) **A Emergência da Multiterritorialidade – a**

ressignificação da relação do humano com o espaço. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2008. p. 241-256

IBGE. **Lavras do Sul:** Rio Grande do Sul. 2009. Disponível em:
<<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>> Acesso em 30 set. 2011.

_____. **Lavras do Sul:** Rio Grande do Sul. 2010. Disponível em:
<<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>> Acesso em 20 out. 2011.

KAGEYAMA, Angela A.. **Desenvolvimento rural:** conceitos e aplicação ao caso brasileiro. Porto Alegre:UFRGS/Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural, 2008.

KARNOPP, Érica *et al.* Desenvolvimento Rural Sustentável. **Revista Redes.** v.4, n. 2., Santa Cruz do Sul: UNISC, mai./ago. 1999.

KOCH, Siziane. **Rio Grande do Sul – Espaço e Tempo:** A Geografia e a História do nosso estado. São Paulo: Ática, 2004. Disponível em:
<<http://www.panoramalavrense.com.br/geografia.html>> Acesso em: 20 set. 2011.

LUDKE, Marli; ANDRÉ, Marli E. D. **A pesquisa em educação:** abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

MALUF, Renato. Atribuindo Sentido a noção de Desenvolvimento Econômico, **Revista Sociedade e Agricultura,** Rio de Janeiro, n. 15, p. 53-86, out. 2000.

MARTINS, José de Souza. O falso problema da exclusão e o problema social da inclusão marginal. In: MARTINS, José de S. **Exclusão social e a nova desigualdade.** São Paulo: Paulus, 1997. p. 24-38.

_____. Reflexão crítica sobre o tema da exclusão social. In: **A Sociedade Vista do Abismo:** Novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais Petrópolis, RJ: Vozes, 2002. p 24-47.

MENDES, Judas T. G.; SILVA, Christian L. da (orgs.). **Reflexões sobre o desenvolvimento sustentável:** agentes e interações sob a ótica multidisciplinar. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social:** Teoria, método e criatividade. 5. ed., Petrópolis, RJ: Vozes, 1993.

MIRANDA, Carlos; TIBURCIO, Breno (orgs.). Políticas Públicas, atores sociais e desenvolvimento territorial no Brasil. **Série Desenvolvimento Rural Sustentável,** Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), Representação do IICA no Brasil, Brasil, ago. 2011a.

_____. Políticas de Desenvolvimento Rural Territorial:Desafios para construção de um marco jurídico normativo. **Série Desenvolvimento Rural Sustentável,** vol. 13, Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), Representação do IICA no Brasil, Brasil, maio 2011b.

MONTIBELLER-FILHO, Gilberto. **O mito do desenvolvimento sustentável**: Meio ambiente e custos sociais no moderno sistema produtor de mercadorias. Florianópolis: UFSC, 2008.

MORAES, J. L. A. **Capital Social: potencialidades dos fatores locais e políticas públicas de desenvolvimento local-regional**. In: Becker, D.; WITTMANN, M. (Orgs.) *Desenvolvimento Regional; abordagens interdisciplinares*. . 2. ed. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2008.

O ALTO Camaquã. **Desenvolvimento Territorial Endógeno Território Alto Camaquã**. Disponível em: <<http://www.altocamaqua.org/altocamaqua.php>>. Acesso em: 20 set. 2011.

OLIVEIRA, Ariovaldo U de. A. Agricultura: desenvolvimento e contradições. In: BECKER, B. K.; *et al.*. (orgs.). **Geografia e Meio Ambiente no Brasil**. São Paulo: Annablume, 2002. p. 280-306.

ORIGEM e Fundação da Cidade. **Prefeitura Municipal de Lavras do Sul**, Lavras do Sul, 2011. Disponível em: <<http://www.lavrasdosul.rs.gov.br/historia.htm>> Acesso em: 12 out. 2011.

PANASOLO, Alessandro. O setor de florestas plantadas e o novo Código Florestal. **Revista A Granja**, Ano 68, n.763, p.62-63, 2012.

PEREIRA, Maria de L. D.; CHIARI, Mirna; ACCIOLY, Sabrina M. de L. As Dimensões da Sustentabilidade e suas Possibilidades de Utilização nas Políticas Públicas. **ANPPAS**, v. 5, Florianópolis, 2010. Disponível em: <<http://www.anppas.org.br/encontro5/cd/artigos/GT10-597-570-20100903202725.pdf>> Acesso em: 12 set. 2011.

PIRES, Elson.L.S.; MULLER, Geraldo.; VERDI, Adriana.R. Instituições, territórios e desenvolvimento local: delineamento preliminar dos aspectos teóricos e morfológicos. **Geografia**, Rio Claro, v.31, n.3, p. 437-454, set/dez.,2006.

PORTO-GONÇALVES, Carlos W. Nota conceitual: a centralidade do conceito de território para enfrentar o desafio ambiental contemporâneo. In: PORTO-GONÇALVES, Carlos W. **A Globalização da natureza e a natureza da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006. p. 287-298.

RAMIRES, Julio Cesar de Lima; PESSÔA, Vera Lúcia Salazar (orgs.). **Geografia e Pesquisa Qualitativa nas Trilhas da Investigação**. Uberlândia, MG: Assis Editora, 2009.

RUCKERT, Aldomar A. Reforma do Estado, reestruturações territoriais, desenvolvimento e novas territorialidades. In: HEIDRICH, Alvaro I. et al (Orgs.) **A Emergência da Multiterritorialidade – as ressignificação da relação do humano como o espaço**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2008.p.119-136

SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento Sustentável**. Palestra proferida durante mesa redonda do ciclo de debate Cinco e Meia Ambiente. Serie Meio Ambiente em Debate, 7. Brasília, DF: IBAMA, 1995.

_____. **Estratégias de Transição para o século 21**. São Paulo: Studio Nobel, 1993.

SALAMONI, Giancarla; GERARDI, Lúcia H. de O. Princípios sobre o ecodesenvolvimento e suas relações com a agricultura familiar. In: GERARDI, Lucia H. de O.; MENDES, landara A. (orgs). **Teoria, Técnicas, Espaços e Atividades-Temas de Geografia Contemporânea**. Rio Claro: Programa de Pós-Graduação em Geografia-UNESP, 2001.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e concepções de território**. 2. Ed. São Paulo: Ed. Expressão Popular, 2010.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SHISHITO, Fábio Akira. **Reflexões sobre o conceito de desenvolvimento humano frente as particularidades periféricas**. Londrina: UEL, 2010.

SILVA, Augusto C. Pinheiro. Concepções e abordagens socioespaciais sobre o rural: alguns referenciais analíticos para a gestão de territórios. **Terra Plural**, Ponta Grossa, v.1, n. 1, p. 23-38, jan-jul. 2007.

SINDICATO RURAL DE LAVRAS DO SUL. **Revista Lavras Rural**. Porto Alegre, Grupo Futura RS Comunicação Integrada, nov. 2009.

_____. **Revista Lavras Rural**. Porto Alegre, Grupo Futura RS Comunicação Integrada, nov. 2010.

_____. **Revista Lavras Rural**. Porto Alegre, Grupo Futura RS Comunicação Integrada, nov. 2011.

_____. Lavras do Sul, 2011. Disponível em: <<http://www.srlavrasdosul.com.br>> Acesso em: 02 out. 2011.

SOTO, William H. G.. Desenvolvimento sustentável, agricultura e capitalismo. **Revista Redes**, Santa Cruz do Sul, v.1, n.1, p. 65-92, jul. 1996.

_____. Dialética do desenvolvimento regional: capital social, democracia, redes empresariais e dinâmica territorial. In: BECKER, Dinizar F.; WITTMANN, Milton (orgs.). **Desenvolvimento Regional: abordagens interdisciplinares**. 2. ed. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2008, p.383-395.

SOUZA, Marcelo L. de. A teorização sobre o desenvolvimento em uma época de fadiga teórica, ou: Sobre a necessidade de uma “teoria aberta” do desenvolvimento sócio-espacial. **Revista Território**, Rio de Janeiro: LAGET/UFRJ. v. 1, n. 1, p. 05-22. Jul./dez. 1996.

SPOSITO, Eliseu.S. A noção de território: uma leitura pela noção de desenvolvimento. In: HEIDRICH, Álvaro I. et. al. (orgs.) **A emergência da Multiterritorialidade: a Ressignificação da relação do humano com o espaço**. Porto Alegre: UFRGS, 2008. p. 63-75.

TARTARUGA, Ivan G. P. Território e participação: apontamentos para o desenvolvimento territorial rural no Brasil. In: HEIDRICH, Álvaro I. et. al. (orgs.) **A Emergência da Multiterritorialidade: a resignificação da relação do humano com o espaço**. Porto Alegre: UFRGS, 2008. p.145-159.

TEIXEIRA, Edilberto. Lenda da Maldição do Padre. **Prefeitura Municipal de Lavras do Sul**, Lavras do Sul, 2011. Disponível em:
<http://www.lavrasdosul.rs.gov.br/turismo_lenda1.html> Acesso em: 20 set. 2011.

VALADÃO, José de Arimatéia Dias; SIENA, Osmar. Concepção e visões do centro de formação por alternância por perspectiva no desenvolvimento rural e sustentável. **RGSA – Revista de Gestão Social e Ambiental**, São Paulo, v. 4, n. 1, p.52-79, jan./abr. 2010. Disponível em: <www.gestaosocioambiental.net>. Acesso em: 20 abr. 2012.

APÊNDICES

APÊNDICE A

MODELO DE ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA APLICADA AOS PRODUTORES RURAIS DE LAVRAS DO SUL

1- Dinâmica Demográfica

Identificação Produtores Rurais	Naturalidade	Tempo de residência no município	Sexo

2- Forma como é constituída a propriedade

Compra(no./ha)	Herança(no./ha)	Posse(nº. ha)	Outros

3- Utilização das Terras

Uso Agrícola				Não- Agrícola		
Lavouras		Pastagens		Matas		Não aproveitadas e com construções
Permanente	Temporária	Permanente	Temporária	Permanente	Temporária	

4- Atividades Agropecuárias

Tipo de Cultivo	Cultivo	
	Área	quantidade
Arroz		
Aveia		
Soja		
Sorgo		
Outros		
Tipo de Rebanho	Nº. de Cabeças	
Bovino		
Ovino		
Equinos		
Aves		

Suínos	

5- Comercialização da Produção

Tipo de produto	Destino da produção				
	Associação	Frigorífico	agroindustrias	cooperativas	Outros
Carne bovina					
Carne ovina					
Arroz					
Sorgo					
Aveia					
Soja					
Outros					

6- Como é formada a renda na propriedade

Agrícola		Não- agrícola	
Tipos	Percentual	Tipos	Percentual

7- A renda na propriedade é investida em

Tipos	Percentual (aproximado)
Alimentação	
Empregados	
Materiais Veterinários	
Arrendamento de campo	
Compra de imóveis	
Outros	

8- Relações sociais de trabalho

Divisão interna da mão de obra familiar			Mão de obra extra-familiar		
Nº. pessoas	sexo	Idades	Empregados temporários	Empregados permanentes	Ajuda mútua

Questões Abertas - Produtores rurais

- a) Qual é a atividade agrícola ou não-agrícola que mais se destaca na sua propriedade rural?
 - b) Por que?
 - c) Qual é a atividade agrícola ou não-agrícola inovadora que está sendo implementada em sua propriedade?
 - d) Quando esta nova atividade começou a ser implementada?
 - e) De onde vieram os recursos financeiros para o implemento desta atividade?
 - f) Quem lhe fornece ou forneceu suporte técnico para o implemento desta atividade?
 - g) Quantos empregos diretos são gerados com esta atividade?
 - h) Quantos empregos são permanentes e quantos são eventuais?
 - i) Quais são os fatores que levaram a implementar esta atividade?
 - j) Quais são as despesas pagas por esta atividade?
 - k) Qual o percentual de lucro líquido ou de prejuízo com esta atividade?
 - l) Como esta nova atividade produtiva modificou o manejo ou o sistema de produção das demais atividades implementadas na propriedade?
 - m) Quais os danos ambientais provenientes desta atividade?
 - n) Quais são seus planos de futuro ligados a esta atividade?
 - o) De que maneira esta nova atividade está influenciando a maneira de viver das pessoas residentes neste município?
 - p) Como você considera seu município em termos de desenvolvimento?
 - q) Por que o considera desta forma?
 - r) O que você acha que mais chama a atenção no seu município pelos moradores?
 - s) Por que?
 - t) O que você acha que mais chama a atenção no seu município pelos visitantes?
 - u) Por que?
 - v) O que você acha que deveria melhorar no seu município?
 - w) Por que?
-

APÊNDICE B

MODELO DE ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI-ESTRUTURADA APLICADA AS REPRESENTAÇÕES DE ENTIDADES/ÓRGÃOS OFICIAIS

1- Identificação das Entidades

Tipos de entidades	Área de atuação			Estrutura Física			Tempo de atuação
	local	Regional	Estadual	local	regional	estadual	
Emater							
Embrapa							
Sind.de Trab. Rurais							
Sind.Rural							
Prefeitura Municipal							
Corede							
Associações							
Instituições de Ensino							
Sistema S (Senac/Sesi/Senat/ Sebrae)							
ONGs							

Questões Abertas - Representações de Entidades/órgãos oficiais

- a) Você acredita que os moradores têm uma noção clara do papel de sua entidade no município de Lavras do Sul?
- b) Por que?
- c) Os moradores de Lavras do Sul buscam seu apoio para desenvolver atividades, negócios, propor idéias?
- d) Se sim, quais são as ações realizadas pela sua entidade?
- e) Se não, por que não procuram?
- f) Na sua opinião, a sua entidade promove o fortalecimento das potencialidades do município de Lavras do Sul?
- g) De que forma?
- h) Como você considera seu município em termos de desenvolvimento?
- i) Por que o considera desta forma?
- j) O que você acha que mais chama a atenção no seu município pelos moradores?
- k) Por que?

- l) O que você acha que mais chama a atenção no seu município pelos visitantes?
- m) Por que?
- n) O que você acha que deveria melhorar no seu município?
- o) Por que?

ANEXOS